

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**BEBIDAS E BEBEDORES NO NORTE DO BRASIL À ÉPOCA
DA CONQUISTA HOLANDESA, 1624-1654**

FRANCA

2018

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**BEBIDAS E BEBEDORES NO NORTE DO BRASIL À ÉPOCA
DA CONQUISTA HOLANDESA, 1624-1654**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de pesquisa: História e Cultura Social

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

FRANCA

2018

Gurian, Gabriel Ferreira.

Bebidas e bebedores no norte do Brasil à época da conquista holandesa, 1624-1654 / Gabriel Ferreira Gurian. – Franca : [s.n.], 2018.

139 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Jean Marcel Carvalho França

1. Brasil - História - Domínio holandês - 1624-1654.
2. Bebidas alcoólicas. 3. Bebidas alcoólicas - Consumo.
- I. Título.

CDD – 981.032

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**BEBIDAS E BEBEDORES NO NORTE DO BRASIL À ÉPOCA
DA CONQUISTA HOLANDESA, 1624-1654**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

1º Examinador

2º Examinador

Franca, 14 de março de 2018.

*Para meus pais, que tanto valorizam
a formação de seus filhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, pela primorosa orientação, pela confiança em meu trabalho, e por ser uma figura intelectual, acadêmica e profissional em quem me inspiro.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Franca, pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Soares de Moura e ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, pelas considerações feitas no exame de qualificação, as quais influenciaram largamente a redação final e organização deste trabalho. Reitero os agradecimentos ao professor Ricardo por também ter integrado a banca de defesa desta dissertação, juntamente como o Prof. Dr. José Manuel Damião Soares Rodrigues, a quem também sou muito grato.

Aos membros do grupo de pesquisa *Escritos sobre os Novos Mundos*, pelas valiosas discussões e contribuições a este estudo e à minha formação, especialmente à Prof.^a Dr.^a Susani Silveira Lemos França, outra figura exemplar em minha trajetória, além de sempre muito receptiva em sua casa e preocupada com a condução dos trabalhos de todos, e ao Thiago Henrique Alvarado, por toda a ajuda e amizade.

A Ana Carolina de Carvalho Viotti, Guilherme Correa Bianchini, Janaína Salvador Cardoso, José Inácio Neto, Rodolfo Nogueira da Cruz e Waslan Saboia Araújo, que, além de caríssimos amigos, foram meus leitores e críticos sempre que o tempo e os próprios trabalhos lhes permitiram. Companheiros por quem torço absurdamente.

Aos meus pais, Carlos Alberto Gurian e Maria Beatriz Ferreira Gurian, e à minha irmã, Vitória Ferreira Gurian, pelo amor incondicional e pelo incentivo e apoio a todos os passos dados até aqui em minha trajetória como historiador.

O Olimpo antigo, ao qual demos fim, primava antes pela sobriedade: comia apenas a ambrosia e bebia apenas o néctar. Foram os homens que, a este respeito, deram mau exemplo aos deuses.

Alexandre Dumas

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Bebidas e bebedores no norte do Brasil à época da conquista holandesa, 1624-1654*. 2018, 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Na primeira metade do século XVII, a presença dos holandeses no norte do Brasil em função do empreendimento conduzido pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais com o intuito de conquistar aquelas terras legou um volumoso montante de cartas, relatórios, missivas, provisões, crônicas, tratados, diários e narrativas de viagem, fazendo do chamado “tempo dos flamengos” um dos períodos mais bem documentados da época colonial brasileira. Nestes textos, encontram-se descrições de aspectos administrativos da conquista batava, das condições de produção açucareira, dos conflitos e pelejas entre lusos e neerlandeses, e também de vários contornos do cotidiano das gentes que então coabitavam os territórios setentrionais da América portuguesa. Em meio a esses registros, vê-se também diversas notas sobre variadas práticas em torno das bebidas embriagantes, protagonizadas pelos diferentes grupos radicados naquelas paragens – portugueses, neerlandeses, povos indígenas e escravos africanos –, e registradas por múltiplos letrados, desde a investida e ocupação batava na Baía de Todos os Santos, em 1624, até sua derrota e expulsão de Pernambuco, em 1654. Considerando a vasta e variada documentação, a pluralidade dos atores que bebiam e a particular presença dos holandeses no contexto colonial brasileiro, o presente estudo objetiva mapear os contornos do beber nos registros escritos ao longo dos trinta anos da sistemática presença batava na colônia portuguesa deste lado do Atlântico. Busca-se, pois, identificar os diferentes papéis dos licores e da embriaguez em cada grupo social, os usos e aplicações das bebidas, além dos juízos e impressões sobre as várias práticas de beber que foram observadas e relatadas pelos coevos.

PALAVRAS-CHAVE: Bebidas – Embriaguez – Brasil holandês

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Drinks and drinkers in northern Brazil during the Dutch conquest, 1624-1654*. 2018, 139 pages. Dissertation (Masters in History) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2018.

ABSTRACT

In the first half of the seventeenth century, the presence of the Dutch in the north of Brazil as a result of the enterprise led by the Dutch West India Company aiming to conquer those lands bequeathed a large number of letters, reports, missives, provisions, chronicles, treatises, journals and travel narratives, making the so-called “Flemish time” one of the best documented periods of Brazilian colonial times. In these texts there are descriptions of administrative aspects of the conquest, conditions of sugar production, conflicts and combats between Portuguese and Dutch, as well as of various outlines of the daily life of the peoples who then cohabited the northern territories of Portuguese America. In the midst of these testimonies, there are also several notes on various practices related to drinking carried out by the different groups settled in those lands – Portuguese, Dutch, indigenous peoples and African slaves – and registered by multiple literates, from 1624, during the Flemish attack and occupation of the Baía de Todos os Santos, until the Dutch defeat and expulsion from Pernambuco in 1654. Taking into account the vast and varied documentation, the plurality of actors who drank and the particular presence of the Flemings in the Brazilian colonial context, this study aims to map the different aspects of drinking in the documents written throughout the thirty years of systematic Dutch presence in the Portuguese colony on this side of the Atlantic. The objective is, therefore, to identify the different roles played by liquors and drunkenness in each social group, beverage uses and applications, in addition to the judgments and impressions of the various drinking practices that were observed and reported by the contemporaries.

KEY-WORDS: Drinks – Drunkenness – Dutch Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – DAS BEBIDAS EMBRIAGANTES E SEUS CONSUMIDORES NO NORTE DO BRASIL	16
CAPÍTULO 2 – DAS APLICAÇÕES E USOS DAS BEBIDAS	53
CAPÍTULO 3 – DOS JUÍZOS E IMPRESSÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE BEBER.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
Documentos	116
Documentos complementares.....	120
Estudos	121
APÊNDICES	127

APRESENTAÇÃO

Não há Wanderley que não beba; Albuquerque que não minta; Cavalcanti que não deva.¹

Ao tratar da aclimação dos europeus ao Brasil tropical em *Casa-grande e senzala* (1933), Gilberto Freyre cita como popular no “folclore do povo rural” nordestino a impressão de que os Wanderley, família de descendência holandesa e uma das poucas que se mantiveram “brancas ou quase brancas” ao longo de gerações, por meio de casamentos incestuosos,² eram “degenerados pelo álcool”. O ditado que reverbera tal imagem da família tem algumas variantes, mas nelas o gosto dos Wanderley pelas bebidas é sempre reafirmado.³ Apesar de apontada como uma irregularidade pelo célebre autor, a impressão estereotipada da família como beberona parece ter sólidas e antigas raízes no imaginário popular do Nordeste. Mas quem são os Wanderley?

Freyre, na mesma obra, conta de forma breve que a família foi fundada em princípios do século XVII pelo holandês Gaspar van der Ley,⁴ “fidalgo de confiança de Maurício de Nassau”.⁵ Já ao prefaciar a importantíssima obra *Tempo dos flamengos* (1947), escrita por José Antônio Gonsalves de Mello, o mesmo Freyre trata um pouco mais dos Wanderley, afirmando que somam legiões no Brasil, principalmente radicadas no sul de Pernambuco, e que “só eles bastam para assegurar a sobrevivência de olhos azuis e de sangue flamengo em nosso país”, ainda que aponte a notável (e talvez incontornável) miscigenação na família, de maneira que não há “apenas sararás esbranquiçados entre os descendentes do insigne Gaspar”. O autor de *Casa-grande e senzala* também comenta sobre um tio seu, “tipicamente Wanderley pelo arrastado da voz fanhosa,⁶ pela lentidão dos gestos semelhantes aos dos fidalgos arruinados, pelo gosto de bebidas fortes, de cavalos grandes e de mulatas quase negras, faltando-lhe para ser o completo tipo clássico de Wanderley de Serinhaém ou Rio Formoso a gordura flamenga

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006, p. 336.

² Segundo Freyre, esses casamentos não eram motivados por preconceitos de raça, como é possível supor, mas sim por preconceitos sociais e de família, “observados sempre nas velhas zonas rurais do Brasil em que os casamentos de primos com primas e tios com sobrinhas se sucederam através de gerações”. Idem

³ Idem.

⁴ Há algumas variações da grafia do nome do fidalgo, a depender dos documentos examinados, suas traduções para o português e dos autores que tratam do patriarca dos Wanderley em estudos contemporâneos. O próprio Freyre escreve-o de maneiras distintas em *Casa-grande e senzala* e no prefácio da obra de José Antônio Gonsalves de Mello, a saber, “Gaspar van der Lei” e “Gaspar van Niehof van der Ley”, respectivamente.

⁵ FREYRE, Gilberto. op. cit., 2006, p. 336.

⁶ Freyre trata mais do “modo de falar” dos Wanderley em *Sobrados e Mucambos*. Ver: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004, p. 189, 190.

[...]”.⁷ Além de apontar a endogamia da família de ancestralidade batava, Freyre reitera seu estereótipo bebedor.

Ainda em *Tempo dos flamengos*, seu autor, um respeitado estudioso da conquista holandesa no Brasil, dá mais informações a respeito de Gaspar, seu estabelecimento em Pernambuco e seu casamento com uma portuguesa. Como conta Gonsalves de Mello, o patriarca dos Wanderley, um *ritmeester*, “capitão de cavalos” no exército da *West-Indische Compagnie* (WIC), a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, adquiriu alguns engenhos no Cabo de Santo Agostinho e fixou-se no meio rural, algo raro entre os holandeses na América portuguesa. Tudo indica, segundo o historiador pernambucano, que Van der Ley “apreciava o conforto que desfrutava nos seus engenhos e raramente aparecia no Recife”, deixando-se “prender à vida da sua vila”, enchendo-se “de interesse por ela, como é de admirar em um homem transplantado”.⁸ Casou-se – em cerimônia conduzida por padre católico – com uma filha de um senhor de engenho chamado Manuel Gomes de Mello, residindo, assim, no engenho Algodoais e dando início à família Wanderley.

O que, no entanto, a duradoura associação entre os descendentes do “insigne Gaspar” e as bebidas embriagantes tem a nos dizer? A documentação da época revela pouco sobre Van der Ley além de sua reclusão rural, atuação política como escabino⁹ no Cabo, relação com o Alto e Secreto Conselho,¹⁰ casamento e conversão ao papismo, além de sua permanência no Brasil após a expulsão dos flamengos e a assinatura da capitulação de Taborda, em 1654. Então, de onde vem o estereótipo de bebedor de seus descendentes? A resposta talvez esteja nos contemporâneos do patriarca. Em *Sobrados e mucambos* (1936), Gilberto Freyre afirma que o “vício do álcool [...] tomou um desenvolvimento alarmante” no Recife “durante a ocupação dos holandeses”, tornando a cidade “um burgo de bebedores”, onde “pessoas da melhor posição social eram encontradas bêbadas pelas ruas”. Ao tentar justificar tal afirmação, Freyre levanta a hipótese de que esse cenário de ebriedade teria se constituído em função da “maior

⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 16.

⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 147.

⁹ Magistrado, membro de colegiado responsável por questões jurídicas locais. José Antônio Gonsalves de Mello considera a Câmara dos Escabinos uma instituição que funcionava, entre fins da década de 1630 e início da década seguinte, “como tribunal de justiça de primeira instância”, abaixo do Conselho Político. MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 17.

¹⁰ Conselho formado por três membros titulares, além de um assessor, que compôs o governo do Brasil holandês a partir de 1637, sob o Conde de Nassau, e continuou sua administração por cerca de dois anos após a partida de João Maurício, até a instauração do Alto Governo em 1646. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 48.

predisposição dos nórdicos ao álcool”.¹¹ A partir dessas observações, talvez seja razoável supor que a reputação desfrutada pelos neerlandeses seiscentistas tenha sido legada aos seus mais ilustres descendentes no Brasil. De qualquer modo, a notável permanência dessa associação entre as bebidas e os batavos no imaginário pernambucano, e a impressão de Freyre sobre o Recife holandês, suscitam maior atenção pelos hábitos de beber no tempo dos flamengos. Esse é o tema do presente trabalho.

O consumo de licores no Brasil certamente não foi uma prática exclusiva dos holandeses. Desde o Quinhentos, as penas europeias puseram-se a descrever o que testemunhavam deste lado do Atlântico, com notável ênfase para o cenário e seus habitantes nativos, povos que fermentavam bebidas a partir de frutos e raízes da terra, chamando a atenção dos viajantes que por aqui passaram e despertando a preocupação dos clérigos que levavam a cabo a educação religiosa dessas gentes. Muitos escravos africanos eram oriundos de culturas que gozavam de repertórios próprios de licores e aqui continuaram a beber conforme lhes foi possível, como afirmam os registros. Já os portugueses radicados na colônia, principalmente os abastados, ainda que culturalmente menos inclinados ao beber imoderado do que os holandeses, mantiveram seu tradicional consumo de vinho de uvas. Os três grupos, como se sabe, figuraram em praticamente todos os cenários do período colonial. Contudo, o quadro formado pela adição dos holandeses ao jogo de contatos interculturais testemunhado no norte do Brasil na primeira metade do século XVII mostra-se peculiar e rico no que tange aos aspectos em torno das bebidas embriagantes.

Não são numerosos, no entanto, os estudos sobre o consumo de licores na colônia, e a atenção dada ao assunto no tempo dos flamengos é ainda menor. Em um ensaio sobre o estado da historiografia dedicada ao Brasil colonial publicado em 1973, Charles Boxer chegou a propor uma pausa nas pesquisas sobre a conquista holandesa, sob a alegação de que o período já havia sido suficientemente discutido, e que seus principais aspectos vinham sendo exemplarmente abordados ou revistos por nomes como Gonsalves de Mello e José Honório Rodrigues.¹² Contudo, com exceção das breves afirmações de Freyre em *Sobrados e mucambos*, algumas notas pontuais de Luís da Câmara Cascudo – um conhecedor dos textos da época, mas que

¹¹ FREYRE, Gilberto. op. cit., 2004, p. 280.

¹² BOXER, Charles. “Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970”. In: ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1973, p. 12. Vale ressaltar, entretanto, que, com a publicação de *Olinda restaurada*, de Evaldo Cabral de Mello, em 1975, Boxer voltou atrás em seu posicionamento e ainda elogiou calorosamente a obra. Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37.

preferiu privilegiar outros recortes ao tratar das beberagens coloniais e da cachaça¹³ – e alguns comentários igualmente breves de estudiosos como os próprios Gonsalves de Mello e Honório Rodrigues, Joaquim Ribeiro,¹⁴ Evaldo Cabral de Mello,¹⁵ Leonardo Dantas Silva¹⁶ e mesmo Boxer,¹⁷ pouco interesse foi demonstrado pelas práticas cotidianas de ingestão no Brasil holandês – cabendo a estudos de história militar, por exemplo, reflexões sobre aprovisionamento e alimentação que, de alguma maneira, abordaram o tópico das bebidas.¹⁸ Tal lacuna historiográfica somada à inquietação gerada pela reputação dos Wanderley, herdeiros do suposto “burgo de beverrões” sediado em Pernambuco no tempo dos flamengos, motivaram o interesse em redigir o estudo que se segue.

Antes, porém, de passar adiante, convém fazer alguns esclarecimentos ao leitor a respeito do vocabulário empregado neste trabalho. O termo “conquista”, para se referir ao Brasil holandês como um todo – tanto os territórios sob administração batava quanto o período entre 1630 e 1654, aqui recuado até o ataque da WIC à Baía de Todos os Santos, em 1624, em função das narrativas do episódio que relatam diversas ocasiões e consequências do consumo de bebidas entre os invasores –, apesar de transmitir uma ideia errônea de êxito militar e estabilidade administrativa,¹⁹ é utilizado por ser a principal e mais recorrente designação dos coevos neerlandeses para as terras governadas pela Companhia das Índias Ocidentais na América portuguesa.²⁰ O recorte geográfico definido como “norte do Brasil” é referente, como no tempo dos flamengos, às capitanias cujos territórios compõem a atual região Nordeste do

¹³ CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Coleção Canavieira, n. 1. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968b; _____. *História da Alimentação no Brasil*. Segundo volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968a, p. 411-429.

¹⁴ RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. Série 5ª, Brasileira, vol. 180. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 217, 218.

¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. 1ª reimpressão. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 252-283; _____. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª edição, revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 266-317.

¹⁶ SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 3ª edição. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2011.

¹⁷ BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, volume 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 175.

¹⁸ Ver: NASCIMENTO, Rômulo L. X. “‘Navegar, sim, comer... pouco’: algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês”. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 157-175; MIRANDA, Bruno R. F. “Mantendo um exército: abastecimento de víveres durante a ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)”. In: ____; et al (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial*. Séculos XVI-XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 25-56.

¹⁹ Nas palavras de João Capistrano de Abreu, “a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado”. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 80.

²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 1999, p. 42.

país,²¹ mas que então constituíam a região setentrional da colônia portuguesa, de ocupação majoritariamente litorânea. Já os grupos sociais aqui tratados assim o foram nos moldes em que foram descritos pelos coetâneos: os índios distintos como brasileiros e tapuias, e também referidos de forma geral como nativos, gentios, íncolas, etc.; os lusófonos tratados principalmente por portugueses, mas também por luso-brasileiros, sem grande distinção entre reinóis e nascidos na terra; os cativos africanos referidos como negros, escravos e denominações generalizantes similares; e todos aqueles envolvidos com o empreendimento da WIC, neerlandeses ou não – haja visto que grande parte dos soldados contratados como mercenários pela Companhia, assim como muitos funcionários da administração, eram estrangeiros²² –, designados como holandeses, flamengos,²³ batavos, etc., salvo casos de autores coevos citados, cuja nacionalidade e ocupação foram explicitados. O leitor mais familiarizado com as narrativas e estudos sobre o período pode notar a ausência dos judeus, mas, de antemão, é válido pontuar que os sefarditas não aparecerem como consumidores de bebidas nos documentos. Segundo os olhares coetâneos expressos na série discursiva²⁴ elencada neste estudo, os principais grupos de bebedores no Brasil dos holandeses são apenas os quatro previamente citados.

Convém ressaltar, também, que o leitor não encontrará nas páginas seguintes termos do presente empregados para designar os licores embriagantes. Dito de outro modo, quaisquer referências a processos ou substâncias inexistentes no repertório cultural dos contemporâneos do período aqui privilegiado, como o próprio álcool etílico (etanol) ou a sistematização microbiológica da fermentação alcoólica, não integram este estudo. Segundo o célebre padre D. Rafael Bluteau, em seu *Diccionario da lingua portugueza [...]*, pelo menos até a primeira metade do século XVIII, “alcofor” (do árabe, “alcohol”) se referia principalmente a uma “pedra metálica de cor negra”,²⁵ chamada *Stibium*, hoje conhecida como antimônio, e que era utilizada para fabrico de uma tintura cosmética para escurecer os olhos, denominada cazol.²⁶ Bluteau

²¹ Para melhor visualização dos territórios ocupados pelos holandeses no Brasil entre 1630 e 1654, ver mapa nos Apêndices.

²² Entre esses mercenários, havia ingleses, escoceses, alemães, dinamarqueses, franceses e outros. Para mais sobre as origens dos soldados recrutados pela Companhia das Índias Ocidentais para servirem no Brasil, ver: MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 1ª edição. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 40-45.

²³ O termo “flamengo”, segundo José Antônio Gonsalves de Mello, é impreciso para se referir aos holandeses, pois cabe àquele oriundo da região de Flandres. Todavia, é uma denominação que fez parte do vocabulário da época para designar de maneira geral aqueles naturais das Províncias Unidas em geral, e é encontrada numerosas vezes na documentação, sendo, portanto, usada aqui nestes termos. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 11, 12.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 7-9.

²⁵ BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo primeiro (A-K). Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 53.

²⁶ Ibid., p. 250.

também inclui em seu dicionário um verbete para “alcool”, nesta grafia, como entendido pela *Chymica*, e que, de antemão, redireciona o leitor a “alcofor”. Nele lê-se: “espírito de vinho o mais retificado”.²⁷ Ainda que, de certa maneira, faça referência a um produto destilado, o termo é bastante distante da generalizante conotação que lhe é atribuída no presente. E por não aparecer em nenhum texto do período aqui privilegiado,²⁸ optou-se por não utilizá-lo, de maneira a evitar possíveis anacronismos, ainda que seu uso pareça ser lugar comum nos trabalhos sobre as bebidas embriagantes no passado, a exemplo das obras de Fernand Braudel,²⁹ Henrique Carneiro³⁰ e do já citado Freyre. Feitas essas considerações, passemos ao estudo.

De saída, realizou-se um mapeamento da produção e do consumo de bebidas embriagantes, assim como das distintas relações com essas substâncias protagonizadas pelas diferentes culturas que coabitaram o norte do Brasil durante os anos da conquista holandesa. Além das múltiplas relações e significações atribuídas às práticas de beber – como a presença dos licores na alimentação cotidiana e seu uso comedido, ou ainda o consumo imoderado, em contextos festivos e lúdicos ou mesmo cerimoniais e catárticos –, o capítulo faz um levantamento dos vários tipos de bebidas então disponíveis, desde o vinho de uvas e as aguardentes importados da Europa, passando pelos inúmeros “vinhos” fabricados pelos gentios e pelas primeiras bebidas fermentadas e destiladas a partir dos substratos da cana-de-açúcar. Também foram cotejadas as diversas situações em que se bebia, quais licores eram associados a cada cultura e de que maneira essas substâncias flertaram com – e, em alguns casos, conquistaram – os paladares de outros grupos.

O segundo capítulo trata dos usos dos licores fora de contextos alimentares ou festivos. Além de ingredientes fundamentais à mesa e produtos consumidos nas tabernas, festejos e banquetes, os fermentados e destilados também apresentavam aplicações práticas no cotidiano das gentes do Brasil holandês. Os diferentes empregos das bebidas eram, também, condicionados pelas culturas que delas lançavam mão. Os europeus e sua tradição médica atribuíam propriedades terapêuticas aos licores e os utilizavam nas práticas de cura. Dissertaram

²⁷ BLUTEAU, Rafael. op. cit., 1789, p. 53.

²⁸ Com exceção de uma aparição na obra de Georg Marcgraf, cuja presença pode se justificar tanto pela primazia semântica de bebida *destilada*, possivelmente intencionada pelo autor, quanto por um eventual acréscimo do termo pela mão do tradutor da obra. MARCGRAF, Georg. *História natural do Brasil*. Edição comemorativa do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 274.

²⁹ BRAUDEL, Fernand. “Bebidas e dopantes”. In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 202-236.

³⁰ CARNEIRO, Henrique. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010; _____. *Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna: economia e embriaguez do século XVI ao XVIII*. 2004. Disponível em: < http://www.neip.info/downloads/t_henrique_historia.pdf > Acessado em abril de 2016. Ver também: _____. VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

sobre seus benefícios no alívio de vários males que lhes afligiam nos trópicos – sem deixar de lado, também, os malefícios do exagero –, especialmente nas receitas que diplomados recomendaram para o tratamento de algumas doenças que observaram durante sua estadia deste lado do Atlântico. As bebidas também foram usadas como “encorajadoras” da labuta e do exercício da guerra, seja no mar – onde eram parte das rações, aliviavam os percalços das longas viagens e motivavam as atividades e os ânimos das tripulações – ou em terra. Esse “encorajamento” se dava tanto entre os europeus quanto entre os nativos, mas de maneiras distintas. Os “vinhos da terra” também tiveram papel importante entre os grupos indígenas, como ingrediente das celebrações de memória coletiva, fomentando uma embriaguez grupal que propiciava momentos de cânticos e lembranças dos grandes feitos individuais e coletivos, principalmente aqueles nos âmbitos da guerra e da vingança. Em contraste a essa rememoração, havia a recorrente busca por bebidas locais por parte dos soldados da WIC, que enfrentavam condições cotidianas precárias e bebiam para aliviar e esquecer dos sofrimentos da mente e do corpo enfrentados no Brasil.

O terceiro e último capítulo tem seu foco voltado para os juízos morais e as impressões sobre as várias práticas de beber, isto é, discorre sobre o que os letrados escreveram sobre os consumos de bebidas que observaram entre as distintas culturas durante a conquista. Tratou-se de mapear aí de que maneira os europeus registraram a embriaguez, os festejos e rituais dos nativos, o beber, cantar e dançar dos negros, e, ainda, como os portugueses encaravam os hábitos ébrios dos neerlandeses e como estes viam o consumo de licores protagonizados por seus próprios compatriotas. Ao longo de tal mapeamento, é possível perceber alguns condicionantes das impressões e das condenações registradas, como o lugar de origem, cultura e orientação religiosa daquele que escreve e daquele sobre quem se escreve, além da natureza do que se bebia.

CAPÍTULO 1 – DAS BEBIDAS EMBRIAGANTES E SEUS CONSUMIDORES NO NORTE DO BRASIL

A bebida dos portugueses é principalmente água da fonte, que é muito boa e agradável; nela ensopam um pedaço de pão de açúcar e vão chupando, o que é muito são e refrescante. Também fazem garapa de mel [da cana-de-açúcar], que é o que os negros mais bebem, assim como os brasileiros fazem uma beberagem de caju, que eles tomam com muito gosto. [...] Encontram-se muitos portugueses que não bebem vinho; há outros que, pelo contrário, bebem muito, e se diz costumam vir anualmente ao Recife 5.000 pipas que na terra se consomem.³¹

A passagem supracitada, saída de um relatório escrito em 1638 e assinado pelo Conde João Maurício de Nassau e dois de seus três Altos e Secretos Conselheiros, sumariza brevemente os hábitos de beber então notados e registrados à época da conquista holandesa das capitanias setentrionais do Brasil: temperança e a sobriedade que eram comumente atribuídas à maior parte dos colonos portugueses, em contraste com a assiduidade de alguns senhores de engenho no consumo do vinho de uvas, os primeiros produtos embriagantes da cana-de-açúcar – ancestrais remotos da cachaça – consumidos pelos escravos africanos e as borracheiras dos índios brasileiros e tapuias, que fermentavam seus “vinhos”³² a partir de frutos e raízes da terra. Essas diferentes culturas, com suas distintas formas de consumo e de significações do beber e da ebriedade, constituíram, em linhas gerais, o cenário das possíveis relações com as bebidas no princípio do desenvolvimento colonial no Brasil, notavelmente durante o século XVII. Os flamengos e sua perspectiva particular sobre o beber e a embriaguez figuraram como uma nova peça nesse jogo, que já contava com atores tão distintos entre si. O período conhecido como Brasil holandês assistiu a um quadro particular de consumo e trocas de licores embriagantes, sendo palco de diferentes usos práticos, significações e apropriações de variadas bebidas, assim como de reflexões de cunho moral sobre os hábitos e efeitos de beber.

Olhar, portanto, para esses possíveis papéis atribuídos às bebidas embriagantes e suas diversas variedades no cotidiano das diferentes gentes que coabitaram os territórios no norte do Brasil do primeiro quartel até meados do século XVII permite melhor compreender outras questões que se desenrolaram em torno das bebidas no tempo dos flamengos. Cada um daqueles grupos, além de beberem às suas maneiras, consumiam distintas variedades de licores, dentre

³¹ CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 109.

³² Desde a documentação quinhentista, os vários fermentados indígenas eram chamados de “vinhos”, o que não é diferente nos textos do período holandês. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Coleção Canavieira, n. 1. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968b, p. 11; HUE, Sheila. *Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no Século XVI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 197.

os que então se faziam disponíveis na terra: os que eram produzidos no Brasil, por conhecimento tradicional dos gentios e escravos africanos ou em decorrência do trato com a produção de açúcar, e aqueles trazidos pelas naus europeias que atracavam nos principais portos da América portuguesa. Este capítulo pretende tratar dessas várias sortes de bebidas e das significações que as atribuíram as culturas em interação no Brasil dos holandeses, a partir das descrições legadas por letrados portugueses e batavos.

Uma tópica dos relatos sobre a colônia, em especial daqueles escritos por viajantes estrangeiros, quando tratam de descrever os hábitos em torno dos licores que observavam nessas paragens, é a sobriedade do luso-brasileiro. Temperança guiada por valores católicos, que abominavam o exagero tanto no comer quanto no beber,³³ e que também se ligava diretamente à indisponibilidade de alguns víveres que vinham para o lado de cá do Atlântico apenas em limitadas quantidades nos navios europeus e, via de regra, eram caros para a maioria dos colonos. Um desses gêneros era o vinho de uvas, o “vinho do reino”. A citação do relatório de Nassau e seus conselheiros menciona a dita postura de comedimento dos luso-brasileiros ao mesmo tempo em que deixa nota de grandes carregamentos de vinho que aportavam periodicamente no Recife, carregamentos “que na terra se consomem” por alguns portugueses “que bebem muito”. Dessa forma, é de se pensar que talvez a tópica da temperança atribuída aos lusitanos tenha se originado majoritariamente da observação dos homens comuns, de poucos recursos, sem condições de adquirir os caros produtos importados, como o dito vinho. Ao que parece, os portugueses abastados não perdiam o hábito do beber diário, que se dava principalmente no contexto de suas refeições, e também, por vezes, elevavam-no ao patamar do exagero, como foi relatado por alguns que aqui estiveram no ocaso do Quinhentos e ao longo do Seiscentos, retratando um contraste entre os padrões de consumo dos diferentes nichos sociais de lusitanos nos princípios da colônia. Observemos, pois, as notícias da presença do vinho europeu nas mesas do Brasil para melhor compreender as nuances do beber entre os portugueses.

Fernão Cardim, tratadista e pregador jesuíta que viveu muitos anos na América portuguesa, entre o fim do século XVI e início do XVII, narra alguns episódios de suas andanças em que se deparou com a presença constante e até mesmo a abundância de vinho, semelhante à

³³ Ver: DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*: volume 1: Colônia. São Paulo: LeYa, 2016, p. 383; BUESCU, Ana Isabel. “À mesa do rei: cultura alimentar e consumo no século XVI”. In: FERNANDEZ, Máximo García; SÁ, Isabel dos Guimarães (org.). *Portas adentro: comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidad de Valladolid, 2010, p. 34-37. Ver também: AQUINO, Tomás de. “Os sete pecados capitais” (artigos selecionados extraídos das *Questões disputadas sobre o mal e da Suma teológica*). In: *Sobre o ensino (De magistro)*, *Os sete pecados capitais*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 103, 104.

que seria descrita pelo Alto e Secreto Conselho dirigido por Nassau, em 1638. Ao tratar do Colégio de Salvador, por volta de 1580, o padre discorre acerca da disponibilidade monetária e do sustento cotidiano dos religiosos que ali residiam e atuavam. Cardim anota que “o Colégio tem três mil cruzados de renda, e algumas terras onde fazem os mantimentos; residem nele de ordinário sessenta; sustentam-se bem de mantimentos, carne e pescados da terra”,³⁴ onde também “nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos; vestem e calçam como em Portugal”.³⁵ Além de noticiar a constância do vinho no Colégio e sua essencialidade ao sustento daqueles que se encontravam no Brasil, Cardim parece ter em pouca estima os mantimentos oriundos da terra. Cabe notar também certa preocupação na manutenção de padrões culturais lusitanos, já que os padres dali não mudavam suas maneiras de vestir e calçar, mesmo em vista do clima dos trópicos.³⁶ A falta do vinho de uvas em algumas regiões de abastecimento mais complicado era particularmente problemática para os religiosos, por afetar diretamente o seu ofício clerical de condução das missas, cujos momentos de eucaristia deveriam contar com o dito ingrediente.³⁷ Porém, aparentemente, esse não era um problema para os jesuítas de Salvador em fins do Quinhentos.

Produtos dispendiosos não eram encontrados apenas nos colégios e conventos. O mesmo Cardim descreve como eram tratados os clérigos nos engenhos de Pernambuco, quando sustentados pelos senhores com a finalidade de atender às necessidades religiosas daqueles que ali residiam, e destaca os mimos de que desfrutavam em mesas relativamente fartas para os padrões coloniais. O inaciano conta que

o padre Quirício Caxa e eu pregávamos algumas vezes nas ermidas, que quase todos os senhores de engenhos têm em suas fazendas, e alguns sustentam capelão à sua custa, dando-lhe quarenta ou cinquenta mil réis cada ano, e de comer à sua mesa. E as capelas têm bem concertadas, e providas de bons ornamentos: não somente os dias da pregação, mas também em outros nos importunavam que disséssemos missa cedo, para exercitarem sua caridade,

³⁴ As traduções e atualizações da grafia, nas citações cuja documentação fonte não se encontra em edições recentes ou em língua portuguesa, são nossas.

³⁵ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925, p. 290.

³⁶ É de se pensar, contudo, que talvez isso tenha se dado mais por uma questão de respeito à tradição das ordens religiosas e da Igreja, ainda que o calor dos trópicos castigasse aqueles vestidos com muitos panos. Diz outro inaciano, José de Anchieta, que “os nossos Padres e Irmãos vestem e calçam propriamente como em Portugal dos mesmos panos que lá, mas faltam-lhes muitas vezes, mas não se amofinam, porque a terra não pede muita roupa e quanto mais leve e velha tanto é melhor e folgam com ela; e o andarem descalços é uso da terra e não lhes dá tanta pena e trabalho como se fora na Europa e desta maneira o fazem também os mui ricos e honrados da terra”. ANCHIETA, Pe. José de. “Informação da província do Brasil para nosso Padre (1585)”. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 426, 427.

³⁷ HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 200; SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: _____. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 77.

em nos fazer almoçar ovos reais, e outros mimos que nesta terra fazem muito bons, nem faltava vinho de Portugal.³⁸

Os senhores que custeavam tais mimos e o sustento monetário de religiosos em suas terras também tiveram seus hábitos de beber descritos por Cardim. Aqueles que possivelmente integraram o mesmo grupo social consumidor das ditas cinco mil pipas anuais de vinho que chegavam ao Recife à época de Nassau, eram, segundo o inaciano, “muito dados a festas”, mas

são sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenhos juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos beberam oitenta mil cruzados dados em rol. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa.³⁹

A disponibilidade de vinho era deveras notável, considerando as notícias de que a maioria dos portugueses bebia pouquíssimo no Brasil. As forças holandesas, durante seus primeiros saques em Pernambuco, depararam-se constantemente com a bebida estocada em armazéns e em algumas casas. Após saquearem Olinda, em 1630, o jovem soldado alemão Ambrosius Richshoffer, então com apenas 18 anos recém-completos, diz terem encontrado, mesmo que avariados pelo fogo ateados pelos portugueses em fuga,⁴⁰ “quinze mil caixas de açúcar, afora considerável quantidade de tabaco brasileiro e de vinho de Espanha [...]”.⁴¹ Conta também que, após a tomada da cidade, alguns alojamentos foram arranjados e atribuídos aos destacamentos de soldados, e que se achavam “um barril de vinho de Espanha e toda a sorte de víveres” naquele em que ficou instalado.⁴² Frei Manoel Calado, pregador da Ordem de São Paulo e um dos mais importantes cronistas de língua portuguesa a tratar da presença holandesa no Brasil,⁴³ narra a ocasião em que as tropas da WIC invadiram Porto Calvo,⁴⁴ em 1635, provocando a fuga apressada da população. Ao entrarem na povoação, os soldados batavos encontraram nas casas “as panelas postas ao fogo com a carne que os moradores tinham a cozer para jantar aquele dia, onde também acharam muitas pipas de vinho, e azeite, e muita farinha”, indicando a rapidez da debandada, assim como a presença da bebida nas moradas de

³⁸ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 318, 319.

³⁹ Ibid., p. 334, 335.

⁴⁰ A mando de Matias de Albuquerque, líder da resistência luso-brasileira, os homens ateavam fogo nos armazéns, navios e mercadorias estocadas a fim de impedir que os invasores holandeses lucrassem com os espólios. Ver: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 51, 52.

⁴¹ RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 64.

⁴² Ibid., p. 65.

⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Prefácio”. In: CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. XXV.

⁴⁴ Localizada atualmente no estado de Alagoas, mas, à época, parte da capitania de Pernambuco.

particulares.⁴⁵ O licor também apareceu estocado nos fortes,⁴⁶ como provisão dos militares lusos previamente responsáveis pela defesa de Olinda antes da invasão neerlandesa. Ao que tudo indica, a situação no Recife não foi muito diferente, como conta o padre Joannes Baers,⁴⁷ que aqui chegou na mesma frota que Richshoffer, ou ainda nas instalações defensivas de Salvador à época do primeiro assalto da WIC à Bahia, em 1624, segundo outro soldado alemão, Johann Gregor Aldenburgk, integrante das tropas que então atacaram a Baía de Todos os Santos.⁴⁸ As notícias parecem apontar para uma notável disponibilidade de vinho aos particulares abastados, e também aos militares e mesmo aos clérigos portugueses, entre fins do Quinhentos e a primeira metade do Seiscentos.

A distinção entre os lusos no que diz respeito aos seus hábitos de beber no Brasil, tendo em vista a noção registrada pelos estrangeiros de que eram pouco inclinados ao consumo de vinho – por vezes nem de forma dosada, sendo realmente abstinentes –, é digna de nota. Dada a limitada acessibilidade das mercadorias importadas para a maior parte dos colonos, beber dependia das possibilidades de aquisição de licores europeus. Logo, diante de tal quadro, é importante ponderar que a moral, possivelmente, não foi o grande impeditivo do consumo exagerado nos primeiros anos coloniais.⁴⁹ Ao que tudo indica, o maior obstáculo para a manutenção do hábito⁵⁰ do vinho à mesa e para a proliferação dos excessos em torno da bebida foi seu alto preço. Ainda que haja algumas menções àqueles que se entregaram ao gosto pelas beberagens locais, as quais serão tratadas mais adiante, a maioria dos homens comuns bebia pouquíssimo, ou consumiam somente água, dadas essas circunstâncias.

⁴⁵ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 54.

⁴⁶ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 74.

⁴⁷ BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004, p. 42.

⁴⁸ ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 173, 174.

⁴⁹ Já no século XVI, Pe. Manuel da Nóbrega afirma que “os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos, porque além de seu mau exemplo e maus costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado [...]”. Se a bússola moral dos colonos e de seus guias religiosos era questionável, não seria espantoso que sua temperança no beber fosse, por vezes, deixada de lado. NÓBREGA, Pe. Manuel da. “Outra, de outro padre, enviada da mesma capitania de Pernambuco” (1551). In: HUE, Sheila (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 67.

⁵⁰ Evaldo Cabral de Mello afirma que “o vinho fazia parte da existência quotidiana dos colonos olindenses do período *ante bellum* que nos espiam dos fólios da documentação inquisitorial. [...] É raro haver referência a almoço ou a jantar, por frugal que tenha sido, que não aluda ao consumo do vinho”. Enfatiza ainda que por aqui se consumia principalmente o licor vindo da Madeira ou das Canárias. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª edição, revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 271, 272. Ver também: FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens Bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 14, 114, 120, 121; HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 199.

O célebre jesuíta José de Anchieta ilustra as distintas condições de acesso a mercadorias importadas entre os senhores abastados e os religiosos. Segundo o padre, apenas os “ricos comem pão de farinha de trigo de Portugal, máxime em Pernambuco e Bahia, e de Portugal também lhes vêm vinho, azeite, vinagre, azeitonas, queijo, conserva e outras cousas de comer”, ao passo que os pares do inaciano “comem da farinha da terra e dos vinhos e azeites de Portugal, que de lá lhes vem quando lhes vem, porque muitas vezes faltam estas cousas”⁵¹ – ainda que a notícia de Cardim sobre o Colégio da Bahia fosse de que a bebida não faltasse –, carência que provavelmente se devesse ao abastecimento precário da colônia,⁵² fator que influenciava largamente o preço dos produtos e a consequente restrição de seu consumo. E mesmo para aqueles em situações de opulência, o acesso a essas mercadorias não era garantido. Como conta Dierick Ruiters, navegador holandês que esteve na costa do Brasil em 1618, sendo capturado perto de Paraty pelas autoridades portuguesas e aqui ficando cerca de 30 meses, sendo transferido como prisioneiro entre o Rio de Janeiro e Pernambuco, com passagem pela Bahia,

os que vivem mais afastados, por ricos que sejam, levam uma vida dura no que respeita ao passadio, pois o Brasil não produz outra coisa senão açúcar e farinha, de modo que tem eles de se contentar quase sempre com um prato de farinha e outro de mariscos ou ostras que seus escravos encontrem pela costa. A melhor coisa a fazer é ter dois ou três escravos que sejam pescadores e destiná-los à pesca, para terem pescado com frequência, mas o pior é que pelo azeite, o vinho e outras exigências da cozinha e mesmo para se vestirem, os mercadores fazem-se pagar o que querem, mormente dos que não têm moeda e são obrigados a comprar em açúcar e, portanto, a preços mais altos.⁵³

Um relatório destinado à administração holandesa no Recife, redigido em 1640 por Adriaen van der Dussen, um dos Conselheiros do governo de Maurício de Nassau, também menciona a careza das “mercadorias mais procuradas no Brasil [...] por parte dos moradores dos engenhos e dos seus aderentes”, majoritariamente portugueses e ricos, além de outros indivíduos atrelados às fazendas açucareiras. Dentre esses produtos, grande parte impensável à mesa dos comuns, encontravam-se os “seguintes gêneros alimentícios: vinhos, cervejas, azeite, manteiga, queijo, farinha de trigo fina, bacalhau, toucinho, presunto, línguas, carnes de fumeiro, peixes da Terra-Nova, sardinhas e tudo de bom que aparece [...]”.⁵⁴

⁵¹ ANCHIETA, Pe. José de. op. cit., 1933, p. 428.

⁵² “O abastecimento precário [...] foi companheiro dos colonos durante vários séculos”. ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 120.

⁵³ RUITERS, Dierick. “A tocha da navegação para navegar pelas costas situadas ao sul do Trópico de Câncer, como Brasil, Índias Ocidentais, Guiné e Angola etc. (1623)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 269. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1966, p. 83.

⁵⁴ DUSSEN, Adriaen van der. “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640.” In:

Haja visto a procura por essas mercadorias e a ausência de produtividade de certos gêneros essenciais, os vinhos e outros gêneros europeus aparecem com certa frequência nas descrições dos carregamentos de naus com destino ou passagem pelo Brasil. François Pyrard de Laval, viajante e aventureiro francês que passou por vários territórios do Império Ultramarino Português entre 1601 e 1611, descreve brevemente os navios que comumente compunham as esquadras mercantes lusas que se dirigiam às regiões coloniais a partir de Lisboa, seus carregamentos usuais e paradas de abastecimento destes produtos. Pyrard conta que os portugueses, em “sua navegação mercantil para o Brasil, Índias Ocidentais, Angola, e outras partes daquém do Cabo da Boa Esperança, não se servem de grandes navios, mas só de caravelas, as maiores das quais não excedem o porte de mil e duzentas a mil e trezentas toneladas; ou também usam de navios redondos⁵⁵”, comprados de franceses e holandeses. “Nestes navios seguem sua rota para o Brasil, e saem de Lisboa carregados de toda a sorte de mercadorias da Europa, necessárias à vida e comodidade do homem, como panos de linho, de lã, e de seda, vinhos, azeite, e outras cousas”, que tomam em maior parte “na sua passagem nas ilhas Canárias, e nas dos Açores” além de carregar também “farinha de trigo, carne de vaca salgada, couros de boi, e peixe salgado”,⁵⁶ indo aportar principalmente em Pernambuco e na Bahia. O aventureiro atribui a importação dessas mercadorias, o vinho e a farinha “em comutação d’outras que trazem de Portugal”, ao fato de que, no Brasil, “não se produz nem trigo nem vinho; e por não haver lá sementeira de cereal algum, e nem ainda moinhos, é mister levar a farinha já moída de Portugal”.⁵⁷ Pyrard estava correto sobre a inexistente produção, ao menos em escalas relevantes, de uvas e trigo. Contudo, o francês desconsidera que principalmente a mandioca, mas também outros produtos como o milho e o arroz, apropriados da alimentação dos índios, tornaram-se alternativas para o sustento dos europeus radicados na

MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 191.

⁵⁵ “Por oposição a ‘navio longo’, como as galés, as fustas, as caravelas, ‘navio redondo’ significava genericamente a embarcação a vela ‘cuja proporção entre o comprimento e a largura era apenas 3 ou 4: 1’, [...]. Em Portugal, porém, dera-se significação abusiva àquela frase, designando-se como ‘redondos’ os navios de velas quadrangulares. Talvez, como originalmente só os navios de formas bojudas, os ‘redondos’, usassem esta espécie de pano, viesse a prevalecer a denominação com base na forma das velas, mais perceptível do que a dos cascos. E seria de imaginar-se que influiria para tal o aspecto dessas velas arredondadas, quando enfunadas pelo vento”. In: PEREIRA, Moacir Soares. *Capitães, naus e caravelas da armada de Cabral*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1979, p. 45.

⁵⁶ PYRARD DE LAVAL, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, contendo a noticia de sua navegação ás Indias Orientaes, Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os diferentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou nestes paizes (1601-1611)*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, p. 189, 190.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 190.

América portuguesa,⁵⁸ nas situações de escassez da farinha de trigo. A mandioca, por exemplo, desfrutou de boa aceitação até mesmo entre aqueles que aqui se encontraram em função da empreitada neerlandesa.⁵⁹ Quanto ao vinho, houve, desde meados do século XVI, tentativas de cultivo de parreiras, que obtiveram certo sucesso na vila de São Paulo⁶⁰ e no Rio de Janeiro,⁶¹ como afirma Fernão Cardim. Todavia, de maneira geral, a produção realmente não vingou em proporções relevantes deste lado do Atlântico nos primeiros séculos de colonização. Ambrósio Fernandes Brandão, funcionário do governo da Bahia e posteriormente senhor de engenho radicado na Paraíba, em seu tratado em forma de diálogos sobre as “grandezas do Brasil”, datado de 1618, afirma que o grande impeditivo do cultivo eficaz das parreiras eram as formigas, “que é o que faz dano ao vidonho”⁶² e condena as plantações. Brandão também diz haver na terra bastante “descuido [por parte] dos que a habitavam”,⁶³ o que determinava em definitivo a inviabilidade do cultivo, a necessidade de importação e, conseqüentemente, a careza e a difícil acessibilidade ao gênero. Brandão ainda afirma que no Brasil havia “grande quantidade de vinhos, que se acham pelos seus matos, posto que não do nosso de Portugal, que se faz das uvas [...]”,⁶⁴ mas os “vinhos da terra”, feitos da cana-de-açúcar ou ainda de várias plantas, raízes e frutos, por meio das técnicas dos nativos. Entretanto, estes fermentados locais

⁵⁸ “Os mantimentos, de que se sustentam os moradores do Brasil, brancos, índios e escravos de Guiné, são diversos, uns sumamente bons, e outros não tanto; dos quais os principais e melhores são três, e destes ocupa o primeiro lugar a mandioca, que é a raiz de um pau, que se planta de estaca, o qual, em tempo de um ano, está em perfeição de se poder comer; e, por este mantimento se fazer de raiz de pau, lhe chamam em Portugal *farinha de pau*”. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, n. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 207.

⁵⁹ “Com essa farinha, feita desse modo, se mantém quase todos os habitantes (no Brasil tanto os portugueses, brasileiros e negros, quanto também quase todos da nossa nação que moravam no interior) e depois do trigo não se encontra substância mais nutritiva. Nossos soldados se acostumaram tanto a ela que preferiam receber como ração, a farinha do que o pão dos armazéns”. In: BULLESTRATE, Adriaen van; HAMEL, Hendrick; JANSEN BAS, Pieter. “Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 225.

⁶⁰ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 356.

⁶¹ Ibid., p. 107.

⁶² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit., 2010, p. 233, 234. Ambrósio Fernandes Brandão não é o único que relata o problema das formigas na cultura das parreiras. Johan Nieuhof, que anota que elas “atacam furiosamente as vinhas, sugando todo o néctar e deixando ao viticultor apenas a casca”, Georg Marcgraf, e mesmo notáveis vozes do século XVI, como Manuel da Nóbrega e Pero Magalhães de Gândavo, também o fazem. NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 333; MARCGRAF, Georg. *História natural do Brasil*. Edição comemorativa do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 262; NÓBREGA, Pe. Manuel. “Informação das partes do Brasil” (1551). In: HUE, Sheila (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 32-33; GÂNDAMO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Edições do Senado Federal, volume 100. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 72.

⁶³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit., 2010, p. 221.

⁶⁴ Idem.

não foram aceitos como substitutos do vinho europeu da mesma maneira que a farinha de mandioca e, em menor escala, as de outros gêneros locais substituíram a de trigo.

É seguro afirmar, pois, que alguns portugueses abastados radicados no Brasil bebiam regularmente, e até de forma descomedida, indo na contramão da tópica da sobriedade generalizada entre os lusos na colônia. O alto preço do vinho que chegava à América portuguesa com as naus que atracavam em seus principais portos inviabilizava um consumo disseminado, ainda que a bebida fosse parte dos hábitos tradicionais dos lusitanos no Velho Mundo, e parece ter tido importante papel na abstinência e sobriedade da maior parte dos colonos. Aqueles que não podiam pagar pelos vinhos do reino resignavam-se à água fresca e à moderação ou, como alguns poucos, se entregavam aos gostos da terra e faziam uso das beberagens locais dos gentios, o que seria bastante comum entre os holandeses. Estes foram pouco resignados perante a carência das bebidas que costumavam consumir na Europa,⁶⁵ como o próprio vinho de uvas, a cerveja e as aguardentes, e tentaram manter seu beber habitual, deveras assíduo nas Províncias Unidas se comparado com Portugal, pelos meios que se mostraram possíveis durante sua conquista dos territórios setentrionais do Brasil. Passemos a eles.

Num relatório sobre o estado do território das Alagoas, redigido em 1643, o então recém-nomeado Diretor daquelas paragens, Hendrik de Moucheron, e o cartógrafo e assessor do Alto e Secreto Conselho, Johannes van Walbeeck, afirmam que “os moradores portugueses [...] estão afeitos comumente a viver de água, farinha, um pouco de bacalhau ou qualquer comida vulgar, de modo que em alguns engenhos não há vinho por muito tempo”. Em seguida, comentam o seguinte de seus compatriícios:

não se contentam somente com tomar à mesa um trago de cerveja ou de vinho, mas gostam também de reunir, às vezes, os seus amigos, do que resulta que as despesas de manutenção são muito desiguais: onde um pode subsistir, o outro se arruína. Seria, pois, muito desejável que os da nação holandesa se aproximassem um pouco mais da sobriedade dos moradores portugueses do Brasil, com o que se tornariam mais aptos para povoar as terras. Mas dificilmente se pode alterar as qualidades naturais, e só a necessidade os força muitas vezes a essa abstinência, de que a não ser assim não querem saber.⁶⁶

⁶⁵ Os vários tipos de bebidas consumidos pelos holandeses incluíam os já citados vinho de uvas, cerveja, espírito de vinho, também denominado aguardente e que viria a ser conhecido como *brandy*, rum, vários destilados de cereais e *genever*, o ancestral do gim. Para mais, ver: BRAUDEL, Fernand. “Bebidas e dopantes”. In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 202-236; COURTWRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Third printing. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002, p. 9-30; ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1989, p. 89-98; 213-222.

⁶⁶ MOUCHERON, Hendrik de; WALBEECK, Johannes van. “Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 133, 134.

O comentário evidencia o contraste então observado entre a temperança da maioria dos portugueses e a cultura do beber demasiado dos holandeses⁶⁷ – tida como “qualidade natural” da nação, segundo os oficiais batavos –, além de sua difícil adaptação a um novo cenário no qual a disponibilidade de licores – e de víveres em geral – a que estavam acostumados era muito menor. No Velho Mundo, as bebidas eram parte essencial do cotidiano e da sociabilidade neerlandeses, e integravam a mesa diária e os banquetes, de maneira similar à alimentação dos portugueses, mas também faziam parte da hospitalidade, das reuniões e das interações camaradas nos festejos e tabernas.⁶⁸ Tamanha presença do beber nos hábitos das Províncias Unidas – e nas regiões setentrionais da Europa, em geral – foi evidenciada pelo comportamento dos homens da WIC durante a conquista no Brasil. Antes de observarmos suas condutas deste lado do Atlântico, contudo, ouçamos algumas notícias que ilustram esse beber costumeiro na vida dos neerlandeses.

Ambrosius Richshoffer, pouco antes de sua partida rumo ao Brasil, em maio de 1629, relata que se apresentaram à Companhia das Índias Ocidentais todos aqueles por ela alistados naquele ano em Amsterdã. “Demos várias salvas e fomos novamente conduzidos para os transportes, depois de nos havermos regalado com pão, queijo, manteiga, arenques frescos e cerveja, do que mais tarde sentimos grande falta”. Como num momento de alívio dessa carência “vieram, porém, a bordo alguns compatriotas nossos, que trouxeram um bom vinho de França e beberam conosco à despedida”.⁶⁹ Peter Hansen Hajstrup, soldado dinamarquês que aqui aportou em 1644, ficando até a derrocada do domínio neerlandês em 1654, também se serviu de “um bom almoço, acompanhado de cerveja e aguardente” quando partia da Dinamarca rumo às Províncias Unidas.⁷⁰ Em Amsterdã, pouco antes de embarcar para o Brasil, alojou-se num bordel junto de um amigo, onde bebiam diariamente muito vinho, que lhes era servido por uma cortesã “tão elegantemente vestida que qualquer um teria pensado que se tratava de uma senhora da nobreza”, e que deixava Hansen “pasmo” com seus flertes e insinuações, pois o dinamarquês era ainda “muito jovem e sem experiência nesses assuntos”.⁷¹ Durante seu retorno do Brasil,

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004, p. 280; MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 36, 37; SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*: a cultura holandesa na Época de Ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 192-196.

⁶⁸ De maneira sintética, Massimo Montanari elenca os vários papéis cotidianos das bebidas embriagantes para os europeus, desde sua faceta alimentar até o aspecto lúdico de seu consumo, o uso eufórico e coletivo como forma de agregação social. Ver: MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância*: história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003, p. 154-157.

⁶⁹ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 9.

⁷⁰ HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil (1644-1654)*: o diário de um soldado dinamarquês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Recife: CEPE, 2016, p. 45.

⁷¹ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 47.

em 1632, Richshoffer cita os dizeres de um marinheiro ansioso por regressar às Províncias Unidas, após uma tormenta enfrentada na viagem: “logo que chegarmos a Amsterdã havemos de divertir-nos, comer, beber e frequentar os bordéis diariamente, enquanto durar o dinheiro, e acabado este nos engajaremos de novo”.⁷² Aportando em novembro daquele ano, os tripulantes da frota foram “cercados por muito povo, principalmente mulheres que, em parte nos pediam notícias dos seus maridos, filhos e irmãos, e em parte regozijavam-se com o regresso dos mesmos”, ao passo que “muitas também ficavam em extremo penalizadas por saberem que os haviam perdido. Apesar disto trouxeram-nos aguardente, vinho de França e comida, dando-nos assim amavelmente a boa-vinda”.⁷³

O oferecimento de algumas taças de bebida também parecia ser imprescindível na hospitalidade neerlandesa. Roulox Baro, em sua viagem ao “país dos tapuias” a fim de tratar com seu rei, Janduí, por ser versado na língua daqueles índios e ter sido nomeado embaixador da WIC, foi recebido na casa de um compatriota no Rio Grande, já perto de alcançar o destino final de sua viagem. “No dia 23 [de abril de 1647], [...] enviei à minha frente dois brasileiros, a fim de reconhecerem os trechos indicados e avisar Janduí ou sua gente da minha chegada”. No dia seguinte, “fomos cortesmente recebidos na casa de Schouten, [...] que nos ofereceu aguardente e depois nos mandou conduzir além de Pitimboa, onde pegamos um porco do mato, que fomos comer na Campina, onde pernoitamos”.⁷⁴ Ao que tudo indica, a recepção de pessoas sem o oferecimento de licores era vista como descaso e comentada com bastante desagrado. Uma situação nesses moldes se passou com Hendrik Haecx, Alto Comissário enviado pela WIC ao Brasil em 1645 para compor o Alto Governo.⁷⁵ Em setembro de 1647, teve de fazer um breve retorno às Províncias Unidas, a fim de relatar alguns pontos importantes do estado da conquista e fazer alguns requerimentos ao Conselho dos XIX, cúpula de autoridade máxima da Companhia. Perto de sua partida de volta ao Brasil, em dezembro do mesmo ano, na última “reunião plenária dos diretores” em que esteve presente, “fiz minhas despedidas agradecendo muito a Suas Excelências a cortesia e amizade (embora nunca me tivessem oferecido uma gota de água, e muito menos de vinho), e recomendando muito as coisas gerais e manutenção de

⁷² RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 179.

⁷³ Ibid., p. 188.

⁷⁴ BARO, Roulox. “Relação da viagem de Roloux Baro”. In: MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 93.

⁷⁵ Colegiado composto por um presidente e cinco conselheiros que governou a ocupação holandesa no Brasil entre 1646 e sua expulsão, em 1654. MELLO, José Antônio Gonçalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 48.

socorro e de dinheiro, o que eles me prometeram observar com todo zelo”.⁷⁶ Essas situações permitem um breve vislumbre da notável presença das bebidas no cotidiano dos neerlandeses. Sua relação com o vinho, licor familiar a praticamente todas as nações europeias no século XVII,⁷⁷ assim como com a cerveja⁷⁸ e as aguardentes, era corriqueira e seu consumo elevado. Dessa maneira, para saciar a vontade de beber durante sua estada no Brasil, os batavos tiveram de encontrar meios de contornar a usual carestia desses licores, o que não impediu aqueles mais sedentos de tomarem alguns tragos com certa frequência por aqui.

Há alguns relatos curiosos do período da conquista que tratam de sujeitos embriagados e alguns acontecimentos decorrentes de sua ebriedade, elucidando a dita inclinação dos batavos para as bebidas, e que também ilustram o seu gosto pelo vinho de uvas. Ambrosius Richshoffer conta que, na travessia do Atlântico rumo ao Brasil, ao partilharem águas com uma nau mercante holandesa carregada de vinho das Canárias, alguns marinheiros “que estiveram a bordo do navio mercante embriagaram-se por tal forma que foi preciso içá-los a bordo com cordas, e o vinho forte quase lhes paralisou o coração”.⁷⁹ Outro caso digno de menção foi testemunhado por Hendrik Haecx. Ao aportar no forte Orange, em Itamaracá, o Alto Comissário registra:

começamos a navegar e queríamos ir pelo recife adentro, mas, não estando a maré bastante cheia, tivemos que ancorar até às 11 horas, quando então navegamos. O barqueiro Pieter Willemsz, estando embriagado, foi, por imprudência, bater num rochedo do lado da terra; o vento se tornou muito forte e o barco começou a jogar tão fortemente que receávamos ir a pique, ademais estávamos bastante indispostos, e todo o pessoal se achava também embriagado, pois durante a noite haviam mexido no nosso vinho, fartando-se dele.⁸⁰

Na mesma ocasião relatada pelo Frei Manoel Calado, quando as tropas neerlandesas encontraram algumas pipas de vinho nas casas de Porto Calvo, um certo número delas foi levado “para a igreja para serem guardadas, e abriram os fundos de muitas [...] para que a gente não se embriagasse e fosse surpreendida pelo inimigo”,⁸¹ tamanha a falta de comedimento que

⁷⁶ HAECX, Hendrik. “Diário de Henrique Haecx, Membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 69. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 105.

⁷⁷ “O vinho, se se trata de quem o bebe, congrega a Europa inteira”. BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 206.

⁷⁸ “A cerveja é a bebida nacional. Mesmo quando o gosto pelo vinho estiver difundido [...], ela continuará a ser a única bebida da maior parte da população. [...] O consumo nacional de cerveja é enorme”. ZUMTHOR, Paul. op. cit., 1989, p. 97.

⁷⁹ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 21.

⁸⁰ HAECX, Hendrik. op. cit., 1950, p. 66.

⁸¹ LAET, Johannes de. “Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XLI-II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925, p. 106.

se esperava dos soldados da Companhia. Dessas notícias, é possível perceber que os holandeses continuaram a demonstrar sua inclinação “natural” para a intemperança no beber. Peter Hansen Hajstrup foi um sujeito que ilustra bem essa costumeira tendência à ebriedade: o dinamarquês relata que bebia com bastante frequência, mencionando várias ocasiões em que, embriagado, se envolvia em brigas com oficiais e outros companheiros militares.⁸² Vale pontuar que, assim como no caso dos portugueses, o consumo de vinho entre os holandeses se dava apenas nas ocasiões em que o licor europeu se fazia disponível – para os soldados, a bebida era geralmente obtida em saques e pilhagens, sendo que as situações em que podiam compra-la eram raras; mesmo prescrito como parte de sua ração, o vinho faltava com frequência. Veremos mais adiante como os militares tentavam contornar essa carestia.

Encontra-se na documentação, inclusive, o termo “bebedores de cerveja”⁸³ como designação pejorativa associada aos batavos, a partir de um estereótipo comum na época,⁸⁴ que, ao menos no Brasil, parece se referir mais ao excesso no beber que comumente demonstravam do que à natureza daquilo que bebiam – ainda que houvesse distinções culturais na Europa entre os que consumiam majoritariamente vinho e os que tomavam cerveja.⁸⁵ Os neerlandeses se mostravam notavelmente imoderados no beber deste lado do Atlântico, tanto que Willem Piso, médico e naturalista que esteve no Brasil durante o período nassoviano no intuito de estudar e documentar a fauna, a flora, o clima e a geografia das possessões flamengas na América portuguesa, e que também serviu como douto pessoal de Maurício de Nassau, trata dos níveis problemáticos dessa intemperança no consumo de vinho – que afirma já ter sido adquirida na pátria, de maneira semelhante à predisposição “natural” atribuída por Moucheron e Van Walbeeck a seus compatriotas – para a saúde dos flamengos no clima do Brasil.⁸⁶

⁸² HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 74-76, 84-86, 90.

⁸³ MOREAU, Pierre. “Relação verdadeira do que se passou na guerra travada no país do Brasil entre os portugueses e os holandeses desde o ano de 1644 até o ano de 1648”. In: MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 39.

⁸⁴ Massimo Montanari afirma que, nos séculos XVI e XVII, a imagem do alemão, e em geral dos europeus setentrionais – o que incluía os neerlandeses –, bêbado era um *topos* da produção escrita do período, que inclusive era reconhecido pelos próprios alemães. MONTANARI, Massimo. op. cit., 2003, p. 141-143.

⁸⁵ Fernand Braudel enfatiza em seu capítulo sobre “bebidas e dopantes”, presente no primeiro volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, uma diferenciação das culturas europeias, no que tange ao consumo de bebidas, observada geograficamente: “O Sul [mediterrâneo, consumidor de vinho] contempla com um ar trocista esses bebedores do Norte que, a seus olhos, não sabem beber, despejam o copo de um trago”, e cuja base cultural remonta aos povos tradicionalmente consumidores de fermentados de cereais, principalmente as cervejas. O sentido pejorativo de “bebedores de cerveja” tem sua intenção de distinção a partir dessa diferença. In: BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 207. Ver também: MONTANARI, Massimo. op. cit., 2003, p. 141-148.

⁸⁶ PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 64.

Os neerlandeses também enfrentaram os mesmos problemas relativos ao abastecimento e aos preços de alimentos e bebidas providos pelas naus europeias, já pontuados no caso dos luso-brasileiros. Todavia, ainda que, por essas razões, o vinho europeu não tenha sido lugar comum no consumo cotidiano das tropas da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, a sede dos homens fazia com que buscassem alternativas na terra, o que é visto na documentação com muito mais frequência do que as menções de portugueses que se entregaram às beberagens nativas. Assim como os flamengos nutriam a impressão de que os portugueses bebiam pouco, estes relataram diversas vezes o hábito de beber excessivo dos holandeses deste lado do Atlântico, o que provavelmente se deve em grande medida ao consumo que faziam das beberagens locais, muito mais acessíveis do que as bebidas europeias.

De maneira similar ao contraste observado entre os luso-brasileiros – os abastados que podiam pagar pelas bebidas importadas e os comuns sem acesso a esses licores –, o vinho faltava para alguns holandeses, mas não para outros. A bebida era prescrita nas ordenanças para ser incluída nas provisões dos militares e funcionários da Companhia, e seu fornecimento regular nas devidas proporções era uma preocupação dos governos do Brasil holandês. Adriaen van Bullestrate, um dos Altos e Secretos Conselheiros que serviu sob João Maurício de Nassau, foi enviado, a mando do Conde e do Conselho, como fiscal ao sul da capitania de Pernambuco e às Alagoas para averiguar questões de fraude no pagamento dos soldos a soldados, excessiva cobrança na finta de farinha⁸⁷ dos moradores, e o estado de aprovisionamento de víveres nos armazéns da região, entre o fim de 1641 e início de 1642. Bullestrate reporta que faltava “tudo, pois não havia carne, toucinho, manteiga, queijo, azeite, vinho ou aguardente; os soldados tinham que se contentar com peixe”, e que tal “situação foi causada por negligência, pois nada foi escrito ao Conselho”.⁸⁸ Não seria só por falta de aviso, mas principalmente pelas condições e dificuldades de abastecimento enfrentadas pelos territórios coloniais no Brasil, haja visto que Pernambuco e as Alagoas não representavam exceções dessa carência alarmante de provisões para as tropas e homens estacionadas nos territórios da conquista batava. Entretanto, em contraste, a abundância de alguns permitia acesso sem grandes dificuldades aos gêneros importados, e o vinho, assim como outros licores europeus, sempre integravam a mesa do

⁸⁷ Nassau estabeleceu o plantio obrigatório de roças de mandioca aos produtores de açúcar, exigindo pagamento em farinha no intuito de contornar a carestia decorrente dos problemas de aprovisionamento, que, segundo José Antônio Gonsalves de Mello, se davam em parte pelo deficitário abastecimento proveniente das Províncias Unidas, e em parte pela monocultura da cana-de-açúcar nos engenhos, que ocupava toda a mão-de-obra escrava disponível para produção agrícola, enquanto não produzia nada voltado ao sustento daquelas capitanias. Ver: MELLO, José Antonio Gonsalves de. op. cit., 2007, 156-163.

⁸⁸ BULLESTRATE, Adriaen van. “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de Dezembro de 1641 até 24 de Janeiro do ano seguinte de 1642”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 177.

próprio Conde de Nassau, como conta o Frei Manoel Calado: na “mesa na casa do Príncipe [como Nassau era denominado pelo padre]”, na ocasião de um banquete em homenagem a seu falecido irmão, havia “muitos pratos cheios de carne cozida, e assada, e peixe de escabeche, outros com pedaços de queijo, outros com manteiga, e muito pão partido em fatias”, além de “muitos frascos de vinho de Espanha, e França, cerveja, e aguardente, aonde cada um ia tomar sua refeição, e fazer seus brindes”.⁸⁹ Calado também disserta sobre os passatempos preferidos do Conde, observados especialmente a partir da conclusão de seu palácio e jardins na Cidade Maurícia, construída na ilha de Antônio Vaz. Ali, Nassau fez colocar “algumas casas de jogos e entretenimentos onde iam as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão e a ter seus regalos e fazer suas merendas e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos”,⁹⁰ ocasiões nas quais certamente não devia faltar qualquer bebida que desejassem.

Os neerlandeses também foram fabricantes e consumidores de espirituosos, aguardentes produzidas pela indústria de destilados que então florescia na Europa⁹¹ e era capitaneada pelas Províncias Unidas no Seiscentos. As regiões setentrionais do Velho Mundo, como a Alemanha, os Países Baixos e o norte da França foram mais precoces em relação ao Mediterrâneo na produção comercial e secularizada⁹² de aguardente. Destacou-se principalmente o espírito de vinho, o “vinho queimado”, chamado *burnt wine* em inglês, e *brandewijn* em holandês, que viria a ser conhecido como *brandy*. Donos do mais expressivo comércio marítimo de vinho em princípios do século XVII, os neerlandeses logo promoveram a disseminação das bebidas espirituosas – que, além de maior potência embriagante, se mostraram produtos mais viáveis no comércio naval, por sua durabilidade e, conseqüentemente, menor custo de transporte e prejuízos, estes bastante comuns nos carregamentos avinagrados ou perecidos de bebidas fermentadas.⁹³ O sucesso da indústria de destilados nos Países Baixos foi tal que o controle de

⁸⁹ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 152.

⁹⁰ Ibid., p. 111.

⁹¹ “Na Europa [...] a grande inovação, a revolução, é o aparecimento da aguardente e dos álcoois de cereal, numa palavra: do álcool. O século XVI, por assim dizer, criou-o, o século XVII empurra-o para diante, o século XVIII vulgariza-o”. In: BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 214.

⁹² A princípio, a destilação era praticada com intenções medicinais; a aguardente foi considerada como remédio por muito tempo, e seu consumo sem conotação médica teve maior impulso a partir do século XVII e a intensa participação dos holandeses em sua produção e comércio. Para mais, ver: BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 215-217; COURTWRIGHT, David T. op. cit., 2002, p. 73; MONTANARI, Massimo. op. cit., 2003, p. 157.

⁹³ “Na época moderna, o vinho conservava-se mal, pois o uso da rolha só se tornou corrente a partir do século XVII”. CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 96.

excelência das bebidas levava o nome de “prova da Holanda”,⁹⁴ método para estipular um padrão mínimo de qualidade aceitável para a comercialização dos produtos.

As aguardentes⁹⁵ europeias também integravam as variedades consumidas por aqueles vindos a serviço da WIC no Brasil, especialmente entre os soldados – sua ausência nos armazéns e fortes do sul de Pernambuco e das Alagoas é mencionada por Adriaen van Bullestrate com preocupação igual à que relata a falta de vinho.⁹⁶ As bebidas já haviam se tornado essenciais na preparação bélica holandesa, especialmente as espirituosas. O hábito de dar de beber aos soldados antes dos combates agregou um caráter militar à produção das destilarias,⁹⁷ e firmou uma tradição denominada pelos ingleses de *Dutch courage*, a “bravura holandesa”: pelo sorvo de aguardentes, principalmente o *genever*, os homens eram animados antes de pegarem em armas. Estas bebidas espirituosas foram trazidas ao Brasil durante empreitada neerlandesa, que aqui introduziu de forma notável os destilados antes do alambique ser posto a funcionar sistematicamente com os produtos da cana-de-açúcar.

A bordo dos navios, cuja tripulação geralmente era formada por marinheiros, soldados e oficiais, era habitual que a aguardente fosse parte da ração diária de todos.⁹⁸ Um gênero tão essencial que, na sua falta, garantir a estabilidade dos ânimos nos conveses era complicado. Pierre Moreau, francês que veio ao Brasil como secretário de um dos nomeados a compor o Alto Governo em 1645, narra um motim que presenciou durante a travessia do Atlântico, no qual alguns soldados presentes a bordo do navio-almirante da esquadra “sublevaram-se e armaram os outros, queixando-se todos de que não recebiam queijo, aguardente, nem fumo e, sob este pretexto, subtraíram ao copeiro-mor do navio as chaves da despensa e beberam e comeram durante dois dias”. Após a rendição dos insurgentes, os superiores lhes concederam perdão, advertindo que tal atitude era passível de execução; todavia, “para acalmá-los

⁹⁴ Segundo Fernand Braudel, “[...] tira-se uma amostra da destilação em curso para um frasco que se enche até o meio. Fecha-se o frasco com o dedo, inverte-se e agita-se: se o ar que penetra no líquido formar bolhas, bolhas de certa forma, a aguardente tem o grau que lhe confere a qualidade comercial, isto é 47 ou 50 graus. Abaixo deste nível é o ‘bagaço’, que é para jogar fora ou submeter a nova destilação. A qualidade média tem o nome de três-cinco, entre 79 e 80 graus alcoólicos; a mais alta, a três-oito, é o ‘puro espírito’ com 92 a 93°”. In: BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 217.

⁹⁵ Vale notar que havia espirituosos que não eram diferenciados pela documentação, sendo simplesmente denominados “aguardentes”, o que apenas explicita o caráter destilado da bebida. A Holanda presenciava “rigorosa confluência de todas as aguardentes de vinho e álcoois de cereal do mundo, sem esquecer o rum de Curaçao e da Guiana”, segundo Braudel, sendo também produtora de *genever*, bebida que seria apropriada pelos ingleses posteriormente e que viria a servir de base para o gim. Em suma, a especificação desses licores a partir dos documentos da época da presença holandesa no Brasil é difícil; as principais distinções entre as bebidas se dão pela sua origem – aquelas produzidas no Brasil e aquelas trazidas da Europa –, se fermentadas ou destiladas e pelo gênero base do qual foram produzidas.

⁹⁶ BULLESTRATE, Adriaen van. op. cit., 2004, p. 164, 177.

⁹⁷ BRAUDEL, Fernand. op. cit., 1997, p. 21; CARNEIRO, Henrique. op. cit., 2003, p. 97.

⁹⁸ HAECX, Hendrik. op. cit., 1950, p. 57, 58.

mandaram distribuir a cada um uma libra de fumo, aguardente e um queijo da Holanda”,⁹⁹ tamanha a valorização da ração, mas sobretudo da bebida. O destilado também era um recurso de conforto, apaziguador dos percalços do mar. Mathias Beck, explorador enviado ao Ceará em 1649 a fim de prospectar possíveis minas de prata, conta em seu diário que, por terem enfrentado uma chuva ao longo da noite enquanto navegavam rumo ao dito território, pediu “ao preposto que, a rogo dos soldados e mais gente, lhes fornecesse um quartilho de aguardente, descontando-se-lhes o mesmo na ração”.¹⁰⁰ Johan Nieuhof, um agente comercial alemão e servidor da Companhia que passou nove anos no Brasil, entre 1640 e 1649, também narra uma ocasião em que deu de beber à marujada com intenção similar, apesar de fazer uso de vinho e não de aguardente. Após troca de tiros entre sua embarcação e alguns piratas turcos durante a viagem rumo ao Brasil, Nieuhof aproveitou “para levantar o ânimo da tripulação não só verbalmente, mas, também, com boa dose de vinho a que os marujos misturavam pólvora”, fazendo “o mesmo para os estimular”.¹⁰¹

As aguardentes europeias, à vista das limitações de abastecimento colonial, parecem ter desfrutado de razoável circulação nos territórios do Brasil holandês assim que chegavam com os navios das Províncias Unidas, visto que aqui “os corretores da Companhia [...] comerciavam tudo, até chapéus, casacos, gibões, tecidos, camisas, colarinhos guarnecidos de rendas, vinho, cerveja, aguardente, manteiga, queijo, azeite, gordura, farinha, etc. [...]”,¹⁰² e havia impostos sobre a circulação de bebidas. Numa assembleia convocada pelo Conde de Nassau em 1640, que contou com a presença de alguns proeminentes portugueses e escabinos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, a fim de deliberar medidas que parecessem aceitáveis tanto para o governo holandês quanto para os colonos lusitanos – além de uma tentativa do Conde de lhes conquistar o favor –, foi pedido ao Alto e Secreto Conselho que uma forma de renda às câmaras das freguesias fosse direcionada do imposto das bebidas, “como se paga[va] no Recife”.¹⁰³ É muito provável que nenhum destes licores tributados fosse fabricado na terra, pois certamente seriam

⁹⁹ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 58.

¹⁰⁰ BECK, Mathias. “Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XVII. S/ local, s/ número, 1903, p. 341.

¹⁰¹ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 23.

¹⁰² MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 28.

¹⁰³ NASSAU, João Maurício de. “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 361, 362. Também consta nas Atas do Conselho do Brasil, em 1644, o nome de um Fernando Vinckel, cuja ocupação seria “controlador dos impostos do vinho e da cerveja”. Ver: WIESEBRON, Marianne L. (org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654)*: Companhia das Índias Ocidentais Velha: cartas enviadas pelos Diretores XIX, Atas diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil. Série Maurítiana, vol. 4. Leiden: Leiden University Press, 2011, p. 559.

discriminadas como tal, ainda que se vendesse a garapa, bebida fermentada a partir do escumo do melaço da cana ou da mistura de açúcar preto e água, nas tabernas.

Pela circulação, não necessariamente comercial, um outro grupo teve seu gosto alcançado pela bebida “queimada” estrangeira: o nativo, particularmente os índios brasileiros – numa apropriação dissimilar ao que foi observado em relação ao vinho de uvas. Conhecedores e consumidores de beberagens embriagantes, esses nativos mostraram-se bastante atraídos pelos destilados. Adriaen van der Dussen descreve-os do seguinte modo, na ocasião em que trata dos seus hábitos de beber:

não [estão] interessados em reunir riquezas ou outros bens e por isso não trabalham nem para si próprio nem para outrem, a fim de ganhar algum dinheiro, a não ser para ter o que beber e para adquirir um pouco de pano para fazer camisas para as mulheres [...]. Dinheiro de nada valeria para eles, se não fosse possível adquirir com ele aguardente e vinho de Espanha; somente o pano de algodão, mas, sobretudo, a bebida, os faz trabalhar. [...] Vão para o trabalho como forçados e de má vontade, mas com aguardente consegue-se tudo deles.¹⁰⁴

Georg Marcgraf, naturalista e astrônomo alemão que esteve no Brasil juntamente com Willem Piso, no esforço de observação e registro do espaço natural, reafirma o gosto dos “bárbaros” por “nossas bebidas alcoólicas [destiladas] a que dão o nome de *Cacitata* e quando se lhes dá delas, embriagam-se enormemente”.¹⁰⁵ Já Pierre Moreau pontua que “aguardente, vinho de Espanha e fumo” eram “coisas de que [os brasileiros e tapuias] são extremamente gulosos”,¹⁰⁶ – ainda que a maioria dos relatos de anos anteriores à conquista batava afirme que o vinho europeu nunca ganhou o paladar dos nativos. Seu gosto pelos espíritos era tal, que o governo holandês chegou ao ponto de proibir “levar essas bebidas para as aldeias, para não acostumá-los demasiadamente às bebidas fortes”,¹⁰⁷ já que “tratam de comprar grande quantidade de aguardente ou qualquer bebida forte, caso consigam obtê-la”.¹⁰⁸ Johan Nieuwhof é outro que narra a inclinação dos nativos pelos destilados, mais especificamente pelo espírito de vinho. Conta que os “brasileiros são também grandes apreciadores do conhaque francês ou do Reno, que chamam *Kacitata*, bebem-no com grande avidez quando conseguem obtê-lo”.¹⁰⁹

Vale notar que a cerveja, tradicional no cotidiano dos holandeses, não aparece na documentação como um produto de grande disseminação no norte do Brasil. Há menções

¹⁰⁴ DUSSEN, Adriaen van der. op. cit., 2004, p. 183.

¹⁰⁵ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 274.

¹⁰⁶ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 27.

¹⁰⁷ BULLESTRATE, Adriaen van; HAMEL, Hendrick; JANSEN BAS, Pieter. op. cit., 2004, p. 220.

¹⁰⁸ WAGENER, Zacharias. “O ‘Thierbuch’ e a ‘Autobiografia’ de Zacharias Wagener”. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 164.

¹⁰⁹ NIEUWHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 342.

pontuais à sua presença e ao seu consumo, mas, em comparação ao vinho e às aguardentes, parece aqui ter sido muito menos consumida ou mesmo trazida pelas naus holandesas. Há, contudo, menções ao que possivelmente tenha sido a primeira cervejaria das Américas, instalada na Cidade Maurícia. Consta no Livro de Atas do Conselho do Brasil¹¹⁰ que, em 1640, um certo Dirck Dicsz¹¹¹ foi autorizado pelo Conselho dos XIX a instalar uma fábrica de cerveja numa casa da WIC na aldeia Nassau; em 1641, há notícias do funcionamento da dita fábrica e, no ano seguinte, de que a cerveja ali produzida era “forte”. O nome de Dicsz também aparece nas Atas Diárias, no ano de 1641, como “mestre cervejeiro”.¹¹² Não obstante, a cerveja parece não ter tido grande destaque no cotidiano do Brasil dos holandeses a ponto de figurar nos escritos da época da mesma maneira que as outras bebidas europeias.

Muito dependentes de recursos de sua Pátria,¹¹³ tendo grande parte das variedades para seu sustento, o que incluía as bebidas, trazidas do Velho Mundo durante a ocupação do Brasil setentrional, os neerlandeses, inicialmente, fizeram o possível para manter seus hábitos de ingestão. Entretanto, assim como no caso da alimentação basilar, em que a farinha de trigo, de difícil obtenção pelo caro preço e complicado transporte, podia ser substituída pelas farinhas de mandioca, milho e arroz – e com razoável aceitação, de forma geral, pelos colonos portugueses mais pobres, europeus a serviço da Companhia, e empregada também no sustento dos escravos africanos –, as bebidas da terra, em menor medida, foram alternativas àqueles sedentos por um trago. Da mesma maneira que a mandioca e sua farinha foram apropriadas dos nativos, suas bebidas também foram apresentadas aos europeus e, durante a conquista holandesa, integraram notavelmente o repertório de consumo dos estrangeiros. Cabe notar também que são do início do século XVII, alguns anos antes da invasão batava da Bahia em 1624, as primeiras notícias sobre o fabrico de licores a partir da cana-de-açúcar no Brasil. Tratemos, pois, do que foi escrito sobre as bebidas da terra no tempo dos flamengos, de sua disseminação entre os paladares, e

¹¹⁰ Segundo referências presentes em: MELLO, José Antonio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 228, nota 52.

¹¹¹ Gonsalves de Mello propõe uma grafia diferente do nome do mestre cervejeiro, escrevendo Dircx Dicx; todavia, a grafia aqui utilizada é a mesma presente na transcrição do índice de nomes próprios e instituições contido nas Atas Diárias do Conselho do Brasil, organizada por Lucia Werneck Xavier e Bruno Romero Miranda. In: WIESEBRON, Marianne L (org.). op. cit., 2011, p. 265-561.

¹¹² Ibid., p. 452.

¹¹³ Como afirma José Antônio Gonsalves de Mello, “o holandês não revelou no Brasil, como o colonizador português – observou também Gilberto Freyre – habilidade para se adaptar a novo meio, a novas condições de vida. Continuou rigidamente dentro de suas antigas atitudes, com a mesma dieta, o mesmo tipo de casa. Da Holanda vinha-lhes todo o necessário à subsistência: a carne de boi e de carneiro salgada, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha de trigo, vinhos de Espanha, francês e do Reno, cerveja, queijo, manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figos, passas, amêndoas etc. Mas não somente gêneros alimentícios: tijolos, tábuas, casas inteiras”. MELLO, José Antonio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 129.

das relações dos gentios e cativos africanos com o beber e a embriaguez, muito diferentes daquelas protagonizadas pelos europeus.

Ainda que houvesse a constante necessidade de que a colônia fosse abastecida com gêneros do Velho Mundo, desde o século XVI há notícias do consumo de diversos víveres locais para sustento das populações portuguesas alocadas no Brasil, e também dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram. Majoritariamente por influência dos conhecimentos nativos, diversas frutas e raízes brasílicas, assim como seus processos de preparo para consumo, foram integrados às práticas alimentares dos colonos. A mandioca, como mencionado, foi de grande importância no sustento básico dos homens, pelo papel que teve na substituição da farinha de trigo e por servir para a feitura de outros alimentos.¹¹⁴ Frutas tais como o ananás¹¹⁵ e o caju suscitaram muitos elogios dos europeus por seus sabores, qualidade refrescante e até benefícios medicinais no trato de várias doenças, e mesmo na manutenção das boas condições do corpo.¹¹⁶ Já os licores da terra, ainda que não alçados a um papel cotidiano tão relevante quanto o da mandioca ou do ananás na alimentação daqueles radicados na colônia nesse primeiro século, foram topicamente relatados nos escritos dos que tiveram contato com os povos do Brasil e seus hábitos embriagantes. Escreveu-se muito sobre os gêneros usados como base para a feitura, sobre os métodos empregados, o consumo e os sabores das beberagens dos gentios, ainda que não se apresentassem como uma substituição viável para as caras – tanto estimadas quanto dispendiosas – bebidas europeias no dia a dia dos colonos.

Os procedimentos de fermentação não eram estranhos aos índios, que tinham um vasto repertório de “vinhos”. E as técnicas de que se serviam, além de observadas e descritas, foram até mesmo utilizadas pelos europeus – particularmente por aqueles mais adaptados aos cardápios do Brasil ou por aqueles cuja vontade de beber não era censurada pela complicada acessibilidade às bebidas do Velho Mundo, como os soldados da Companhia das Índias Ocidentais. A feitura de licores também não era estranha a muitos povos africanos,¹¹⁷ o que, para os indivíduos que foram trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, pode ter fomentado a

¹¹⁴ Para mais, ver: HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 59-71.

¹¹⁵ Hoje denominada abacaxi. Ananás é uma nomenclatura lusa que ainda é usada em Portugal. O termo “abacaxi” só será encontrado na documentação brasileira a partir do século XIX. Ibid., p. 23

¹¹⁶ HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 24-31. Ver também: DEL PRIORE, Mary. op. cit., 2016, p. 368; CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. Segundo volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968a, p. 287, 288, 291.

¹¹⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 311, 312; FERNANDES, João Azevedo. op. cit., 2011, p. 56, 57, 123-140; FIGUEIREDO, Luciano; VENÂNCIO, Renato Pinto. “Águas ardentes: o nascimento da cachaça”. In: DEL PRIORE, Mary; FIGUEIREDO, Luciano (org.). *Cachaça: alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005, p. 38.

produção de bebidas a partir da “escória do açúcar”,¹¹⁸ as partes do substrato da cana que não chegariam ao estágio final da produção açucareira, em meio aos manejos dos aparatos nos engenhos. Dito isso, observemos primeiro as notícias sobre os vinhos e a ebriedade entre os nativos.

Beber não tinha conotação primariamente recreativa para os índolas, e suas beberagens não faziam parte de sua alimentação cotidiana. “A melhor bebida e a mais generalizada entre os nativos é a água de fonte ou de rio [...]”¹¹⁹ e “de ordinário não bebem enquanto comem”,¹²⁰ afirma Fernão Cardim. O beber nas sociedades indígenas à época colonial tinha propósito e ocasião: celebrar ritos de passagem de jovens à vida adulta, cerimônias em função de nascimentos, menarcas, casamentos, as preparações e conselhos de guerra, rituais de canibalismo e o luto daqueles que faleciam.¹²¹ Nos casamentos, por exemplo,

ao tempo de lhe entregarem a mulher faziam grandes vinhos, [...] e depois de casados começavam a beber, porque até ali não o consentiam seus pais, ensinando-os que bebessem com tento, e fossem considerados e prudentes em seu falar, para que o vinho lhe não fizesse mal, [...] e então com uma cuia lhe davam os velhos antigos o primeiro vinho, e lhe tinham a mão na cabeça para que não arrevesassem, porque se arrevesava tinham para si que não seria valente e vice-versa.¹²²

A distinção na participação desses vários festejos e ritos, que em geral incluíam dança e canto,¹²³ era apenas etária, sendo que tanto homens quanto mulheres se “emborrachavam”. “Este gentio é muito amigo de vinho, assim machos como fêmeas”,¹²⁴ anota Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho e funcionário do governo da Bahia, em fins do século XVI. E tanto não bebiam enquanto comiam, quanto não comiam durante essas festividades: em ocasiões “particulares em que fazem grandes festas, todas se resolvem em beber” durante vários dias, nos “quais não comem, mas somente bebem, e para estes beberes serem mais festejados andam alguns cantando de casa em casa, chamando e convidando quantos acham para beberem, e

¹¹⁸ PUDSEY, Cuthbert. *Brasil Holandês*, Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000, p. 31.

¹¹⁹ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 346.

¹²⁰ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 165.

¹²¹ FERNANDES, João Azevedo. “Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás”. *Tempo*: revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Número 22, janeiro de 2007, p. 100, 101; RAMINELLI, Ronald. “Da etiqueta canibal: beber antes de comer”. In: CARNEIRO, Henrique Soares; VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005, p. 36.

¹²² CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 163, 164.

¹²³ Ibid., p. 176.

¹²⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 289.

revezando-se continuam estes bailos e música todo o tempo dos vinhos, em o qual tempo não dormem”.¹²⁵

Os ritos canibais eram uma de suas principais ocasiões festivas e embriagantes, e uma das principais manifestações das sociedades indígenas brasílicas relatadas na documentação do período colonial. Ao capturarem prisioneiros, os índios começavam os festejos nos dias que antecediam a execução desses cativos e a subsequente antropofagia. “De todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nomes nas cabeças de seus contrários, nem entre eles há festas que cheguem às que fazem na morte dos que matam com grandes cerimoniais [...]”,¹²⁶ conta Cardim. Ao enviar mensageiros a convidar outros de regiões circunvizinhas para tomarem parte no festejo, “começam as festas alguns dias antes [da execução dos prisioneiros], [...] e certas cerimoniais que precedem”¹²⁷ a morte e a glotonaria. Logo tem início o consumo das beberagens e os canibais se entregam “com grandíssimo fervor, quantos dias e noites os vinhos duram: porque, como esta é a própria festa das matanças, há no beber dos vinhos muitas particularidades que duram muito”, e noite e dia “cantam e bailam, bebem e falam cantando em magotes por toda a casa, de guerras e sortes que fizeram, e como cada um quer que lhe ouçam a sua história, todos falam a quem mais alto, afora outros estrondos, sem nunca se calarem, nem por espaço de um quarto de hora”.¹²⁸ Cardim também anota que os gentios fazem os festejos “muito maiores para o dia do sacrifício do que há de padecer [...], e ao dia se bebem muitos vinhos pela manhã, com motes que” proferem sobre as cabeças dos prisioneiros a serem executados, “que também bebe[m] com eles”¹²⁹ até o momento de sua morte. Padecido, o corpo era limpo e aberto na barriga antes de ser posto na fogueira, “por onde os meninos primeiro metem a mão e tiram pelas tripas, até que o magarefe corta por onde quer, e o que lhe fica na mão é o quinhão de cada um”. O resto da carne “se reparte pela comunidade, salvo algumas partes principais que por grande honra, se dão aos hóspedes mais honrados, as quais eles levam muito assadas, de maneira que não se corrompam, e sobre elas depois em suas terras fazem festas e vinhos de novo”.¹³⁰ Percebe-se o quanto as relações dos nativos com as bebidas e a embriaguez diferiam daquelas protagonizadas por portugueses e holandeses, cujos consumos eram orientados por questões alimentares ou recreativas. Os íncolas, na grande maioria das ocasiões em que fabricavam e bebiam seus vinhos – ainda que

¹²⁵ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 165, 166.

¹²⁶ Ibid., p. 181.

¹²⁷ Ibid., p. 183.

¹²⁸ Ibid., p. 186, 187. A função da embriaguez na memória coletiva no contexto destes ritos indígenas será tratada no segundo capítulo.

¹²⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. op. cit., 1879, p. 304.

¹³⁰ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 191.

houvesse situações de ingestão com fins labutais,¹³¹ mas que também destoavam do beber comum ao Velho Mundo –, o faziam de maneira ritualística e mesmo religiosa,¹³² tendo a embriaguez e o festejo papéis sociais particulares,¹³³ distintos daqueles orientados pelas balizas morais cristãs.

As bebidas dos índios eram tão peculiares quanto seus hábitos de consumo, se comparados ao beber europeu. Seus licores eram feitos a partir de vários frutos e raízes da terra, do que estivesse à mão e que possibilitasse a fermentação. O jesuíta Simão de Vasconcelos, que viveu e praticou seu ofício clerical no Brasil ao longo do Seiscentos, afirmou, no início da década de 60, que os índios eram muito engenhosos “em fazer várias castas de vinho” e que parecia certo “que algum Deus Baco passou a estas partes a ensinar-lhes tantas espécies dele, que alguns contam trinta e duas”.¹³⁴ A aferição de trinta e dois tipos de bebidas fermentadas pelos nativos é complicada devido às constantes tópicas da documentação, que podem ter sido descritas em detrimento de variedades tomadas como menos relevantes, e do sem-número de beberagens que podem nem ter sido conhecidas pela maioria dos coevos, principalmente aquelas produzidas por grupos radicados em regiões afastadas das primeiras ocupações litorâneas da América portuguesa.¹³⁵ Contudo, as principais espécies de frutas e raízes utilizadas na fermentação dessas bebidas foram listadas e descritas por diversas penas. Dessa forma, é possível tratar dos licores locais que mais captaram a atenção de letrados portugueses e holandeses e sobre os quais legaram algumas impressões, seja em função do interesse em descrever de forma mais ampla as propriedades e usos dos alimentos base de sua fermentação, seja por alguns sabores que agradaram o paladar habituado ao vinho de uvas, ou ainda por

¹³¹ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 173.

¹³² RAMINELLI, Ronald. op. cit., 2005, p. 36.

¹³³ Um exemplo de particularidade era o significado da resistência à embriaguez, permanência nos festejos e do papel da regurgitação. Segundo o soldado alemão Caspar Schmalkalden, “aqueles que mais vezes podem sorvê-las, vomitá-las e novamente ingeri-las são considerados bravos homens”. Como comenta Ronald Raminelli, “o bom vinho era aquele que logo embriagava e provocava vômito, melhor pretexto para continuar a beber. De fato, os índios bebiam durante três dias e três noites e, depois de saciados e completamente bêbados, vomitavam e colocavam tudo para fora. De estômago vazio, estavam dispostos a começar tudo novamente – se não o fizessem, eram considerados efeminados”. SCHMALKALDEN, Caspar. *Brasil holandês: A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil. Volume I. Organização de Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares*. Rio de Janeiro: Index, 1998, p. 38; RAMINELLI, Ronald. op. cit., 2005, p. 38, 39.

¹³⁴ VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Noticias curiosas e necessarias sobre o Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824, p. 88.

¹³⁵ “Não sabemos o número aproximado das bebidas indígenas. Apenas aquelas que foram anotadas no litoral pelos cronistas portugueses e alemães dos séculos XVI e XVII. Que haveria pela imensidão do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, a desmarcada Minas Gerais, as terras que seriam Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o São Paulo interminável?”. CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., 1968a, p. 411, 412.

gustações e métodos de feitura que despertaram asco,¹³⁶ mas que ainda assim foram considerados peculiares e válidos a ocuparem algumas linhas dos escritos da época.

Servaes Carpentier, Conselheiro Político¹³⁷ e governador da Paraíba entre 1634 e 1635, lista alguns “frutos de árvores [...] de inúmeras espécies, como laranjas ácidas e doces, bananas, pacovas, duas espécies de goiabas, mangabas, [...] maracujá de três espécies, cocos em razoável quantidade”, ao descrever o que a capitania sob sua governança, então recentemente conquistada pelos holandeses, poderia fornecer. Nela, havia também “cajus em tal quantidade que não se pode dar consumo, pois as matas estão cheias deles e os índios fazem deles, na estação, um vinho com que se embebedam”.¹³⁸ O caju foi um dos gêneros mais relatados pelos coevos como base para as beberagens nativas. A fruta era, para esses povos, “toda a fartura, todo o seu mimo, e regalo; porque é seu comer, e beber mais prezado”, segundo Simão de Vasconcelos.¹³⁹ Sua importância para os gentios era tamanha – e assim reconhecida pelos europeus – que, em 1641, o Conde de Nassau expediu uma proibição, segundo a qual “[...] quem quer que seja, permita-se derrubar algum cajueiro” seria multado em “cem florins por cada árvore, visto que o seu fruto é um importante sustento dos índios”.¹⁴⁰ Sazonal, frutificando entre dezembro e janeiro,¹⁴¹ o fruto chegava a ser motivo de conflitos entre os índios, principalmente os tapuias,¹⁴² que gostavam “tanto dessa fruta, que chegam a brigar por sua causa”. Sendo nômades e coletores, acampavam “entre as árvores [na estação da frutificação] e a menos que o inimigo os expulsem daí”, não se afastavam enquanto não consumissem “toda a fruta da região”.¹⁴³ Para produzirem a bebida a partir do caju, “socam os frutos no almofariz

¹³⁶ Enquanto alguns europeus apreciaram as bebidas da terra, outros as achavam repugnantes. Ver: HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 69, 198.

¹³⁷ O Conselheiro Político, composto por três ou cinco conselheiros e um governador, a depender da época, se ocupou do governo da conquista no Brasil entre 1630 e 1637. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). op. cit., 1999, p. 46.

¹³⁸ CARPENTIER, Servaes. “Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 43, 44.

¹³⁹ VASCONCELOS, Pe. Simão de. op. cit., 1824, p. 164.

¹⁴⁰ DAGELIJKSCHE Notulen der Hooge Raden in Brazilië (Livro de atas do Alto Conselho do Brasil) de 11 de julho de 1641 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 143, nota 26.

¹⁴¹ “Depois de fevereiro não se encontra um só fruto nos cajueiros de Pernambuco”. NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 337. Ver também: HERCKMANS, Elias. “Descrição geral sobre a capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 88.

¹⁴² A passagem de Johan Nieuhof cujo trecho é referenciado na nota anterior denomina o grupo indígena consumidor de caju como brasileiros. Todavia, provavelmente se refere aos tapuias, propriamente nômades e consumidores mais frequentes da dita fruta, que coletavam sazonalmente ao longo da costa, como descreve Elias Herckmans: “Não têm lugares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro. Na estação do caju, que é em novembro, dezembro e janeiro, descem às praias, porquanto pouco ou nenhum caju se encontra muito para o interior. Assim, regulam-se pelas estações do ano para procurarem o seu alimento”. HERCKMANS, Elias. op. cit. 2004, p. 100.

¹⁴³ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 337.

e coam o caldo; às vezes também os espremem com as mãos e deixam assentar; o caldo torna-se branco como o leite, vindo a ficar mais pálido, depois de alguns dias”, e dizia-se que “é de sabor adstringente forte e inebriante”,¹⁴⁴ ou ainda “de paladar um tanto acre”, mas que com adição de açúcar “assemelha-se a um agradável vinho do Reno” e “embebeda rapidamente”.¹⁴⁵

Para além do papel de base alternativa de farinha na América portuguesa, a mandioca também foi matéria para uma das bebidas locais mais importantes e cujo conhecimento de preparo parece ter sido bastante difundido entre os nativos. O vinho de mandioca – chamada também de aipim ou macaxera – era preparado de duas formas, como conta Georg Marcgraf: a raiz podia ser mastigada ou socada, sendo depois cozida. “Do primeiro modo, as velhas¹⁴⁶ mastigam as raízes picadas de *Aipimacaxera*, depois a cospem na panela e a denominam suco de Caraçu. Em seguida deitam-lhe água e aquecem em fogo lento, movendo continuamente a panela; espremendo depois separam o licor que denominam *Cavicaracu*”. Já do segundo modo, “a mesma raiz nova, bem limpa, é dividida socada e fervida, tornando-se uma bebida branca como o leite desnatado; é tomada morna [assim como a que passava pela etapa de mastigação]. Seu sabor é agradável, um pouco ácido; dão-lhe o nome de *Cacimacaxera*. Ambas estas bebidas são designadas pelo nome genérico de *Aipij*”,¹⁴⁷ ou *Aipy*, como grafou Johan Nieuhof,¹⁴⁸ que concorda com o sabor agradável da beberagem. Descrita desde os primeiros anos de colonização do Brasil, é, juntamente com o fermentado de caju, a bebida mais recorrente na documentação.¹⁴⁹ Tanto que em alguns relatos são as duas únicas variedades descritas como base para as beberagens locais, a exemplo do relatório redigido por Adriaen van der Dussen.¹⁵⁰ A importância da mandioca nas culturas indígenas era notável, tanto como base alimentar e matéria para diversas manipulações culinárias, e seu uso no fabrico de bebidas muito frequente. Contudo, a receptividade dessa bebida pelos colonos portugueses e invasores holandeses não se assemelha à observada pela beberagem de caju, especialmente em razão da mastigação da raiz antes de deixa-la a fermentar, processo que causava asco a muitos europeus.¹⁵¹ A

¹⁴⁴ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 94, 95.

¹⁴⁵ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 327.

¹⁴⁶ O método de mastigação é apontado em praticamente todas as descrições do fabrico de vinho de mandioca, assim como o fato de ser realizada por mulheres. Todavia, há divergências acerca de sua faixa etária: Marcgraf e Nieuhof convergem ao descreverem as mastigadoras como “velhas”, ao passo que cronistas anteriores como Pero de Magalhães Gândavo afirmam que o processo era realizado por “moças virgens”. NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 341; GÂNDAMO, Pero de Magalhães. op. cit., 2008, p. 67.

¹⁴⁷ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 274.

¹⁴⁸ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 341.

¹⁴⁹ Ver: HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 28-31, 59-71, 197-201; partes referentes ao caju, à mandioca e às bebidas em geral, respectivamente. Ver também: FERNANDES, João Azevedo. op. cit., 2011, p. 66-76.

¹⁵⁰ DUSSEN, Adriaen van der. op. cit., 2004, p. 183.

¹⁵¹ Ver descrição de Sheila Hue das reações dos franceses à mastigação da mandioca nos relatos de Jean de Léry. HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 69.

aculturação dos oriundos do Velho Mundo ao *Aipy*¹⁵² é semelhante à dos nativos da América portuguesa ao vinho de uvas: houve experimentação e consumo tímido, mas a bebida de um não conquistou plenamente o gosto do outro – ao contrário das aguardentes europeias, que passaram a ser largamente consumidas entre os índios.

O ananás também era fermentado para a feitura de licores. Segundo Fernão Cardim, a fruta fornecia um vinho “muito forte, e de bom gosto”, ao passo que Johan Nieuhof afirma que “o licor *Nanâi*”, que “deriva seu nome da excelente fruta denominada *Nana* ou *Ananas*”, é “a bebida mais forte dos nativos”.¹⁵³ Fabricavam-na a partir do sumo das frutas “quando são maduras” e que muito “embebedam”, segundo Gabriel Soares de Sousa. Também fermentavam os frutos quando “mal maduros, para ser mais azedo, do qual vinho todos os mestiços e muitos portugueses são mui afeiçoados”.¹⁵⁴ Como pontuado pelo senhor de engenho quinhentista, o licor de ananás era consumido pelos portugueses na terra, e com certo apreço. Ainda que não ofusque a difundida impressão acerca da sobriedade dos lusitanos nestes primeiros séculos de colonização, as menções à inclinação por certos vinhos nativos ilustram os intercâmbios de licores e a ocorrência de flexibilização da temperança de orientação moral em face da disponibilidade alternativa representada por essas beberagens. Soares de Sousa também lista outra bebida da terra consumida com certa constância por seus compatriotas no Brasil: “os portugueses que comunicam com o gentio, e os mestiços não se desprezam” do vinho cozido a partir do milho,¹⁵⁵ “e bebem-no mui valentemente”.¹⁵⁶ O ilustre padre Manuel da Nóbrega afirma, em meados do XVI, que, em Pernambuco, “muitos filhos de cristãos andam pelo sertão perdidos entre os gentios”, vivendo “em seus bestiais costumes”.¹⁵⁷ Com a maior aproximação entre os europeus e os índios de Pernambuco,¹⁵⁸ tanto brasileiros quanto tapuias, desde o início

¹⁵² Genericamente, a bebida também é denominada *cavim*; contudo, por mais que remeta ao fermentado da mandioca, o termo também era utilizado para designar uma série de beberagens, dentre as quais aquelas feitas de milho, arroz, caju, acajã, etc., e não aparece nos textos produzidos durante a conquista holandesa.

¹⁵³ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 342.

¹⁵⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. op. cit., 1879, p. 182.

¹⁵⁵ Segundo Gabriel Soares de Sousa, o *ubatim*, era o milho da Guiné, chamado zaburro em Portugal. Também denominado *abati*, foi colocado em paralelo aos víveres que substituíam diretamente as fontes alimentares básicas europeias na América portuguesa. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda: “Assim é que, na mandioca, vinham procurar o honesto pão de trigo; no pinhão da araucária, a castanha europeia; no abati, o milho, milho alvo do reino; na própria carne de tamanduá, a de vaca [...] na jabuticaba, a uva ferral ou a ginja...”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 82.

¹⁵⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. op. cit., 1879, p. 162.

¹⁵⁷ NÓBREGA, Pe. Manuel da. “Outra, de outro padre, enviada da mesma capitania de Pernambuco” (1551). In: HUE, Sheila (org.). op. cit., 2006, p. 66.

¹⁵⁸ Os índios tiveram o direito à liberdade – pois ainda eram escravizados à época pelos portugueses – garantido pelos holandeses desde antes de sua conquista de Pernambuco, o que facilitou a aproximação e convívio com os brasileiros, e a formação de alianças bélicas, principalmente com os tapuias. Manter uma amizade com os gentios parece ter sido uma preocupação ao longo de todo o período da conquista holandesa no Brasil. Ver: MELLO, José Antonio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 209-218.

do domínio neerlandês, e uma política de convívio relativamente estreito e de manutenção das boas relações, não é difícil supor que os paladares do Velho Mundo tenham continuado a bebericar os vinhos nativos, como mencionado no relato de Gabriel Soares de Sousa. Roulox Baro registra uma dessas situações: em determinada altura de sua viagem de 1647, para tratar com os tapuias em seu território na região do Rio Grande, o diplomata conta que, prestes a “partir [de uma aldeia brasiliense no Rio Potengi], trouxeram-me uma beberagem feita com milho e mel selvagem; bebi-a toda [...]”.¹⁵⁹ A extensão do consumo dessas bebidas da terra entre os holandeses será melhor percebida mais adiante.

Para além dessas frutas e raízes – o caju, o ananás, a mandioca e, em certa medida, o milho –, alguns outros alimentos a partir dos quais os índios faziam suas bebidas também foram listados, mesmo que com menos incidência, nos textos produzidos entre o final do Quinhentos e ao longo do Seiscentos. Simão de Vasconcelos, que contabilizou as já citadas trinta e duas variedades de vinhos da terra, menciona, além dos gêneros supracitados, o cajá, a batata, o jenipapo, o mel silvestre, o açúcar¹⁶⁰ e a bromélia, chamada de caraguatá,¹⁶¹ como exemplos de base usada pelos índios na feitura dos licores.¹⁶² Georg Marcgraf também descreve cerca de onze tipos de bebida, e, dentre gêneros que não são listados por Vasconcelos, cita a *ietica* – hoje conhecida como batata doce –, o sumo de um coqueiro chamado *inaia guacuiba*, e a banana, chamada *Pacóba*, cuja bebida era denominada *Pacobí*. Já Willem Piso lista o arroz, que, assim como a mandioca, a batata e o milho, seria mastigado e cuspidos antes de fermentar,¹⁶³ a mangaba, a jabuticaba, a seiva da palmeira *Airi*, o fruto da *Aqué*, chamado *Catolé*, e a raiz de urucuzeiro, além de descrever com mais detalhes o vinho feito a partir de mel de abelhas, “muito forte e abstergente” e que, “se quiser mais temperado, expõe-se ao orvalho noturno, feito hidromel ou misturado com água da fonte, sem cocção”.¹⁶⁴ Ambrósio Fernandes Brandão também menciona alguns destes fermentáveis menos presentes na documentação do tempo dos flamengos, como os vinhos a partir do mel, das seivas de palmeira

¹⁵⁹ BARO, Roulox. op. cit., 1979, p. 107.

¹⁶⁰ A bebida feita com “açúcar” é chamada de garapa por Vasconcelos, mesma denominação dada às beberagens feitas a partir dos vários substratos da cana.

¹⁶¹ Para Georg Marcgraf, caraguatá denominava a babosa. Preferiu-se não dissociar as duas menções a bebidas feitas com “caraguatá” pelo fato do termo sobressair mais como vínculo vocabular da época, que, apesar de parecer incorreto na denominação da babosa para a percepção botânica atual, poderia genericamente se referir a plantas de aparência semelhante, tidas como pertencentes à mesma espécie ou aparentadas.

¹⁶² VASCONCELOS, Pe. Simão de. op. cit., 1824, p. 88, 89.

¹⁶³ “Das raízes de *Mandioca*, *Patáta*, de milho turco, arroz que, mastigadas, são cuspidas com a saliva, se fazem também outras bebidas. Guarda-se o esputo em vasos por tanto tempo até que ferva e expulse as impurezas. Estes vinhos, mais cedo ou mais tarde, vêm a fermentar, conforme a natureza dos sucos espremidos destas plantas e destes frutos, se são mais doces, ácidos ou amargos”. PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 50.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 259.

e coqueiro, e lista uma bebida feita “a modo de aloxa¹⁶⁵”, com o açúcar como especiaria, e que “para os brancos é coisa muito regalada”.¹⁶⁶ Um dos interlocutores dos *Diálogos* de Brandão, o personagem Alviano, ainda afirma que “com tantas sortes de vinhos bem se poderão escusar os que trazem das Canárias e ilha da Madeira, principalmente com esse que dizeis que semelha à aloxa, a que sou muito afeiçoado”.¹⁶⁷ A passagem ilustra a noção dos coetâneos europeus a respeito da ampla variedade de bebidas produzidas na terra, além de indiciar uma predileção lusitana pelos vinhos locais em detrimento do vinho de uvas, inclinação que, de forma geral, não aparece em outros escritos da época.¹⁶⁸ Grosso modo, esses são os gêneros¹⁶⁹ de menção mais notável na documentação que trata das bebidas nativas produzidas e consumidas entre fins do século XVI e a primeira metade do XVII, e indicam que os gentios aparentemente usavam o que tinham à disposição para tal fim.

Antes de tratar das bebidas feitas a partir dos substratos da cana-de-açúcar, vale mencionar um relato pontual da feitura de vinhos entre os negros de Palmares. No diário da expedição do capitão Johan Blaer, enviada nos primeiros meses de 1645 no intuito de encontrar e destruir o quilombo, consta que “o caminho deste *Palmares*” era cheio de “palmeiras que são de grande préstimo aos negros, porquanto, em primeiro lugar, fazem com elas as suas casas, em segundo as suas camas, em terceiro abanos com que abanam o fogo, em quarto comem o interior dos cocos e destes fazem seus cachimbos e comem o exterior dos cocos e também os palmitos [...]”. Também dos cocos “fazem azeite para comer e igualmente manteiga, que é muito clara e branca, e ainda uma espécie de vinho [...]”. Por fim, o autor do diário conta que “nestas árvores [também] pegam uns vermes da grossura de um dedo os quais comem”, sendo essas as razões “pelo que [as] tem em grande estima [...]”.¹⁷⁰

Passemos agora à descrição das bebidas canavieiras, produzidas no Brasil principalmente pelas mãos dos cativos africanos nos engenhos. Esses licores agradaram mais aos distintos paladares coloniais do que os vinhos dos índios e foram, ao menos entre aqueles fabricados na terra, os mais disseminados entre as populações da colônia. As bebidas canavieiras parecem não ter carregado grande significação cultural para nenhum grupo

¹⁶⁵ Fermentado de mel e suco de frutas. HUE, Sheila. op. cit., 2008, p. 198.

¹⁶⁶ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit., 2010, p. 221.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Com exceção, ao que parece, do Frei Vicente do Salvador, que afirmou que o Brasil poderia “sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras”, e que, em substituição ao vinho europeu, por aqui o “de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como de uvas”. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 83.

¹⁶⁹ Para melhor visualização do conjunto desses gêneros, ver quadro na seção “Apêndices” deste trabalho.

¹⁷⁰ “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Vol. X, n. 56. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1902, p. 93.

específico, diferentemente do vinho de uvas, da cerveja e das aguardentes para os europeus, ou das beberagens da terra para os nativos. Foram produtos da própria colônia, resultantes de necessidades alimentares, da disponibilidade de matéria-prima, dos meios de fabricação, do conhecimento prévio dos escravos sobre os processos de fermentação, e, também, das vontades de beber dos vários consumidores que se apropriaram dessas bebidas.

A produção desses licores de cana não aparece na documentação quinhentista. A maior parte das descrições do período, quando tratam de questões envolvendo bebidas, preocupam-se em relatar as facetas das sociedades indígenas e suas relações com seus próprios vinhos. De forma geral, muitos escritos do Quinhentos foram produzidos pelas penas de clérigos, interessados na conversão e gestão das almas nativas na fé católica. Por inexistência ou pouca relevância aos olhos coevos, as beberagens feitas a partir da cana-de-açúcar não aparecem nas páginas dos escritos quinhentistas. A primeira notícia parece ser de 1611, presente no relato de viagem de François Pyrard de Laval. Ao tratar dos gêneros mais comuns no sustento cotidiano do Brasil, o aventureiro francês afirma que, apesar da produção de alguns víveres na terra, a manutenção de vida era cara, listando os preços dos diversos tipos de carnes que eram consumidas deste lado do Atlântico. Numa última ressalva, conta que “fazem vinho de cana de açúcar, que é barato, mas só serve aos escravos, e naturais da terra”,¹⁷¹ não sendo consumido como um substituto daqueles trazidos do Velho Mundo. Assim como nos escritos a respeito dos licores indígenas, “vinho” designava genericamente uma beberagem fermentada. Sem se prender à descrição de aspectos da bebida como detalhes de feitura ou paladar, Pyrard de Laval pontua apenas aqueles que costumeiramente as consumiam: sua baixa qualidade a tornaria apropriada para grupos sociais considerados inferiores pelos europeus. Ao fim da mesma década, Ambrósio Fernandes Brandão conta que “o vinho que se faz das canas de açúcar”, que “para o gentio da terra e escravos de Guiné é maravilhoso”, era encontrado “em grande quantidade”,¹⁷² em contraste a uma possível inexistência ou irrelevância destes licores canavieiros aos olhos dos letrados no século anterior.

Cerca de duas décadas depois dos *Diálogos* de Brandão, em 1639, Adriaen van der Dussen escreve que “do sumo da cana nada se desperdiça”.¹⁷³ O caldo chamado de mel, separado dos açúcares com intuito de purificação do produto final a ser comercializado, “é entregue aos negros para fazer garapa, quando o engenho não está moendo, porque quando o engenho está moendo eles fazem garapa da espuma”, além de dar-se, “também, garapa para os

¹⁷¹ LAVAL, François Pyrard de. op. cit., 1862, p. 273.

¹⁷² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit., 2010, p. 221.

¹⁷³ DUSSEN, Adriaen van der. op. cit., 2004, p. 190.

cavalos, ao gado e aos porcos, que engordam com isso”.¹⁷⁴ A garapa descrita por Van der Dussen não aparenta ter qualquer potencial embriagante, especialmente por ser dada aos animais de forma indistinta à que era consumida pelos escravos, podendo ser uma mistura genérica de intuito alimentício.¹⁷⁵ Ainda assim, demonstra as condições de aproveitamento dos substratos da produção açucareira e a proximidade dos escravos dessas manipulações. É destas condições que surge a garapa *embriagante*, que também se tornaria o sumo para a destilação de aguardente.

As etapas da produção do açúcar e consequentemente os substratos que não fariam parte do produto final mas eram remanejados em alimento ou bebida foram meticulosamente detalhados pelos escritos do período holandês, seja em documentação da governança, como nos diversos relatórios sobre o estado dos territórios conquistados endereçados ao Diretores da WIC nas Províncias Unidas, ou em narrativas de viagens e aventuras de indivíduos escrevendo sobre as idiossincrasias e percalços com os quais se depararam em suas experiências no Novo Mundo, a exemplo de Cuthbert Pudsey. As informações a seu respeito são imprecisas e escassas, mas sabe-se que era inglês e se engajou como mercenário a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Da sua estada no Brasil, que durou das tomadas de Olinda e Recife, em 1630, até 1640, escreveu um relato que consiste em notas sobre o cenário e os povos do país, e que trata também dos eventos belicosos entre lusos e neerlandeses que Pudsey presenciou e tomou parte. Ao descrever o fabrico açucareiro e as estruturas presentes nos engenhos para este fim, o inglês discorre sobre as destinações do caldo extraído durante a produção, o mel, como denominado por Van der Dussen. Segundo Pudsey, nos engenhos “são construídos armazéns, todos dotados de armações com orifícios neles praticados, que servem para colocar os fornos onde o açúcar irá purgar e refinar, tendo falsos fundos e por baixo há uma canaleta que leva o caldo até um lugar feito propositadamente para recebê-lo”. Este caldo “serve para muitos usos. Para fazer aguardente, assim como para fazer garapa para seus negros, o que perfaz uma grande parte de sua alimentação. O caldo que purga de seu açúcar serve para alimentar seus cavalos. É igualmente bom para os suínos e muitos outros usos”.¹⁷⁶ Além de noticiar a prática de destilação dos substratos de cana fermentados, Pudsey também lega uma descrição mais detalhada da garapa, reiterando seu caráter embriagante: “fazem, com a espuma do açúcar, que retiram das

¹⁷⁴ DUSSEN, Adriaen van der. op. cit., 2004, p. 190.

¹⁷⁵ Entretanto, segundo Câmara Cascudo, a denominação *garapa*, “legitimamente africana”, indicava os fermentados bebidos pelos “pretos de Angola e mesmo designação genérica para suas cervejas de frutos”. Na documentação, o caráter embriagante da *garapa* de mel também é claro. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., 1968a, p. 416.

¹⁷⁶ PUDSEY, Cuthbert. op. cit., 2000, p. 27.

caldeiras, uma bebida chamada garapa, nada mais que essa espuma misturada com água e deixada fermentar por 3 dias, uma bebida tão forte quanto a cerveja inglesa”.¹⁷⁷ Johan Nieuhof também anota que a garapa podia ser feita com “açúcar preto e água”, o que resultava, em sua perspectiva, numa “mistura detestável”.¹⁷⁸ Entretanto, havia os que não a relegassem.

Os cativos africanos, já apontados como os principais feitores e consumidores da garapa, estavam intimamente envolvidos com o funcionamento dos engenhos e o aproveitamento dos expurgos do açúcar.¹⁷⁹ Tinham parte da sua alimentação baseada no que se fazia com as borras, que eram coadas “em um pedaço de pano de linho, e assim, finalmente, o caldo depõe a última impureza”, e então “fornecem alimento aos escravos, que, contentes com isso suportam tão ímprobos e intermináveis trabalhos: visto que em todo o semestre estival movem noite e dia, constantemente, as moendas”.¹⁸⁰ Das borras, fabricavam também “um vinho, misturando água, vulgarmente chamado Garapa, procurado avidissimamente pelos habitantes, que se embriagam com ele quando velho”.¹⁸¹ Os grupos indígenas também buscavam pela garapa, tratando-a como uma das inúmeras variedades dos licores que produziam. Ambrósio Fernandes Brandão relata que, pelos idos de 1618, os gentios já haviam apropriado de forma bastante sistemática os vinhos de cana ao seu repertório de bebidas. Pela voz do personagem Brandônio, o senhor português conta em seus *Diálogos* que as borracheiras eram

seu costume mais ordinário, porque para efeito de se emborracharem, aparelham muitos vinhos que fazem do sumo de canas de açúcar, que vão buscar pelos engenhos, [...] e, juntos em roda muitos homens e mulheres, estão nesse canto todo um dia e noite inteira, sem dormirem, bebendo sempre de ordinário muito vinho até caírem todos por terra sem acordo, e às vezes saem também dali alguns não pouco escalavrados.¹⁸²

Além dos gentios, os holandeses também se renderam às beberagens canavieiras. Adriaen van der Dussen, ao comentar sobre as possibilidades de pagamento de ração aos soldados da Companhia e sobre como se comportavam em face do recebimento em víveres ou em dinheiro, escreve: “O que se fornece de ração em carne e farinha é consumido muito mais rapidamente do que se a pensão e o rancho fossem pagos em dinheiro, porque os soldados

¹⁷⁷ PUDSEY, Cuthbert. op. cit., 2000, p. 27, p. 31.

¹⁷⁸ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 341.

¹⁷⁹ Ao tratar das bebidas que passaram a ser enviadas à costa da África na segunda metade do Século XVII, no contexto do tráfico de escravos, Luiz Felipe de Alencastro expõe as facilidades ao alcance do cativo na preparação de licores a partir da cana: “Dada a escala da produção canavieira e a facilidade de reciclar parte do produto transformando-o em melão; tendo em vista que qualquer caldeireiro de cobre, isto é, o artesão livre ou escravo encarregado de fazer e consertar os tachos (as *pombas* e os vários *paróis*) dos engenhos, podia fabricar um alambique—o qual, à falta de cobre, costumava ser feito de pedra-sabão ou de barro cozido —, o potencial de produção de cachaça no Brasil era considerável”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, 310.

¹⁸⁰ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 255.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit., 2010, p. 314.

quando recebem dinheiro compram pouca carne, arranjam-se com um pouco de farinha e algumas frutas”, empregando “o que podem dispensar [...] em garapa para beber, porque cerveja e vinho são caros para eles”.¹⁸³ O consumo neerlandês dos licores de cana, assim como sua assiduidade no beber em geral, são destacados pelos problemas de saúde que os excessos da beberagem agravavam nos batavos, como apontou o médico Willem Piso, que os comparou aos danos causados pelo consumo de vinho europeu, já mencionados anteriormente. O douto conta que “os jovens e os estrangeiros são muito atacados” pelo mal de obstrução das vísceras, “quer por causa da saburra escorbútica concebida na viagem [de travessia do Atlântico], quer pela cacoquimia¹⁸⁴ contraída do imoderado uso de alimentos e bebidas [...]”. “Ademais”, prossegue o médico, “muitos se enchem, avidamente, de uma vilíssima bebida (chamada Garapa) feita das borras de açúcar e de água, bem como de aguardente, preparada da mesma bebida”. Dessa forma, “ébrios e esquentados, escorrendo suor em bica, caem por terra, e durante noites inteiras expõem o corpo, despido, aos malignos vapores, que emanam da terra. Disso resulta que, obstruídas as veias e artérias do corpo, sejam impedidas imediatamente a circulação e a transpiração, e logo se enervem o tono do estômago e o vigor do fígado”.¹⁸⁵ Piso também fala da disponibilidade da garapa nas tabernas,¹⁸⁶ cujo consumo era protagonizado por uma “multidão promíscua de africanos e europeus”. A horda “enche-se da bebida cheirosa e muito familiar chamada *Garapa*, que os taberneiros, ávidos de lucro, preparam com açúcar preto e água, e [...] vendem a baixo preço, ajuntando-lhe as folhas da árvore *Acajuera*, pelo calor das quais os vapores são excitados, produzindo-se mais depressa a embriaguez”.¹⁸⁷

Assim como os nativos adicionaram a garapa às suas festividades e borracheiras, alguns grupos de escravos africanos pareciam ter costumes muito próximos dos gentios, no que tange às suas práticas de festejos duradouros regados a beberagens, que, no Brasil, eram os licores de cana. Ao falar da “detestável” garapa, Johan Nieuhof afirma que, além de barata quando vendida nas concentrações urbanas, “os negros usam-na em suas festas que chegam a durar 24

¹⁸³ DUSSEN, Adriaen van der. op. cit., 2004, p. 210.

¹⁸⁴ Expressão em desuso no português, que ainda existe na língua espanhola. Refere-se à alteração desregulada dos humores do corpo.

¹⁸⁵ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 97. Segundo Claude Papavero, “a natureza quente ou fria dos ingredientes comestíveis, ou a melhor maneira de consumi-los eram temas discutidos até pelos mercenários mal pagos e maltrapilhos da [...] WIC, quando apregoavam as virtudes da garapa azeda, isto é o decantado caldo fermentado das canas”. Ver: PAPAVERO, Claude Guy. “Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês”. *Revista de Nutrição*. Campinas: PUCCAMP, jan/fev. 2010, vol. 23, no.1, p. 144.

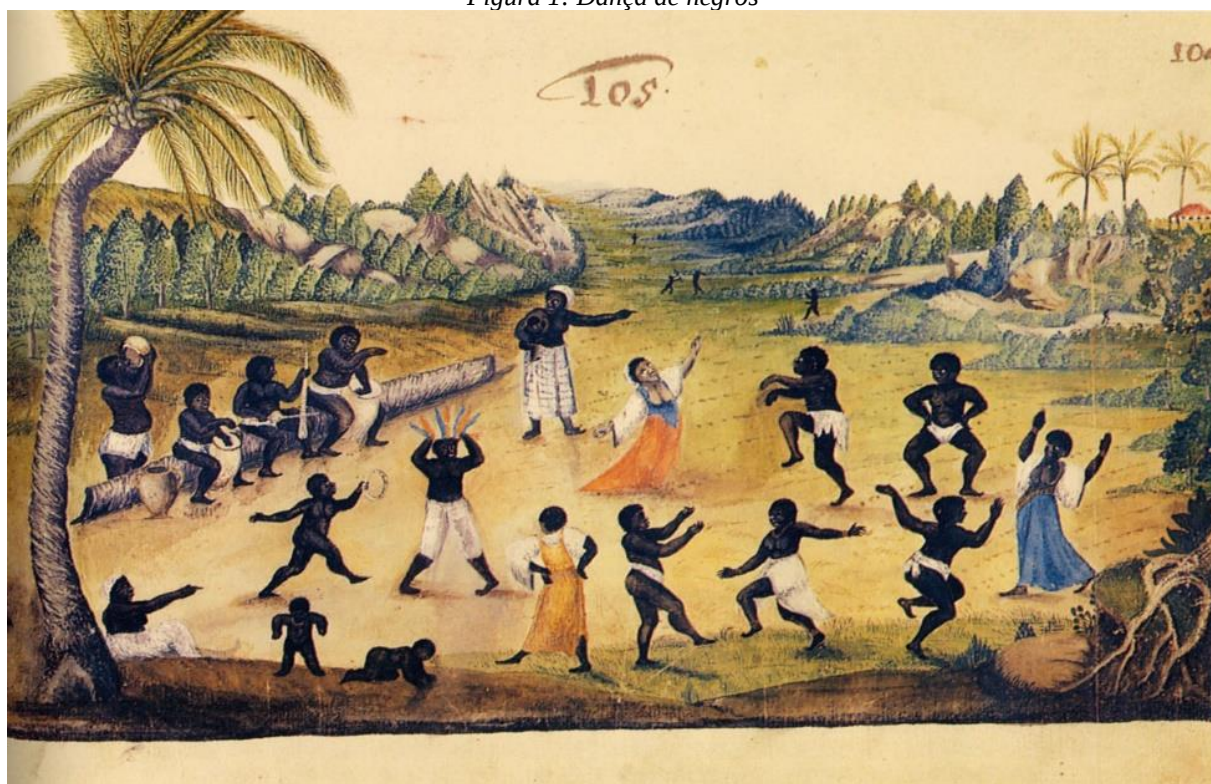
¹⁸⁶ Cabe mencionar que, segundo os Altos e Secretos Conselheiros Adriaen van Bullestrate, Hendrick Hamel e Pieter Jansen Bas, em 1646, “taverneiros que vendiam bebidas em pequenas quantidades tiveram também grandes lucros e levaram muito dinheiro” em seu retorno às Províncias Unidas. Mais um indicativo da frequência do beber observada no Brasil holandês. BULLESTRATE, Adriaen van; HAMEL, Hendrick; JANSSEN BAS, Pieter. op. cit., 2004, p. 218.

¹⁸⁷ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 64.

horas entre danças, cantos e beberagem”, e que “às vezes adicionam à garapa folhas de cajueiro que, dada a sua natureza quente, torna a bebida mais forte”,¹⁸⁸ prática também comum dos “gananciosos taberneiros”, como anotou o médico Piso. Zacharias Wagener, soldado, cartógrafo e desenhista alemão que permaneceu na conquista holandesa entre 1634 e 1641, servindo de escrivão e despenseiro para Maurício de Nassau, em seu *Thierbuch*, livro em que retrata animais, plantas, frutos e gentes que “se pode ver e encontrar pelos domínios da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil”, relata, dissertativa e graficamente, os festejos e danças dos negros:

Quando os escravos têm executado, durante a semana inteira, a sua penosíssima tarefa, lhes é concedido passarem os domingos como melhor lhes apraz; de ordinário reúnem-se em certos lugares e, ao som de pífanos tambores, levam todo o dia a dançar desordenadamente entre si, homens e mulheres, crianças e velhos, em meio de frequentes libações duma bebida muito açucarada, a que chamam *Grape* (garapa); consomem assim o dia santo dançando sem cessar, a ponto de muitas vezes não se reconhecerem, tão surdos e ébrios que ficam.¹⁸⁹

Figura 1: Dança de negros



Fonte: WAGENER, Zacharias. “O ‘Thierbuch’ e a ‘Autobiografia’ de Zacharias Wagener”. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 193.

¹⁸⁸ NIEUHOFF, Johan. op. cit., 1981, p. 341.

¹⁸⁹ WAGENER, Zacharias. op. cit., 1997, p. 194.

À esquerda da imagem – uma das poucas gravuras do período que ilustram alguma situação de bebedeira, vale destacar –, um negro traga de um pote, e, abaixo dele, há outro recipiente, maior e que provavelmente armazena o estoque de licor do festejo e ali fica à disposição dos dançantes. O contexto em que se bebe é, como se vê, muito mais catártico, tendo em vista a rotina de trabalho dos escravos, do que os cerimoniais e rituais dos índios, cuja embriaguez tinha apelos mais espirituais e ocasiões específicas, ainda que todas essas manifestações – brasileiras, tapuias e africanas – fossem vistas pelo europeu como bárbaras.

“E assim, deste [...] líquido podem preparar-se o vinho doce e o vinho queimado, o vinagre, o mel cozido e o próprio açúcar”,¹⁹⁰ escreveu Willem Piso. O líquido a que se refere, o caldo de cana cozido, seria base para o vinho doce, a garapa, e o vinho queimado, a aguardente, produto da destilação, já praticada no Brasil de meados do XVII, como afirmam os relatos já citados até aqui. Os escritos holandeses tratam largamente da garapa. Já o produto destilado, denominado por Piso como vinho queimado, mas também chamado de *agoardente* quando especificada sua base de subprodutos da cana-de-açúcar, foi pouco tratado pelos batavos, mas se mostrou bastante problemático para a governança portuguesa na Bahia, entre as décadas de 1630 e 1640. Supõem-se que não havia muita diferença nas dimensões de produção e consumo entre os territórios ainda sob domínio português e as capitanias conquistadas pelos holandeses; a preocupação lusa em relação à produção e circulação das beberagens feitas a partir da cana, no entanto, fomentou a emissão de provisões por parte da administração colonial que fornecem um bom indicativo do estado da destilação das *agoardentes* de cana nas partes setentrionais do Brasil. Entre os receios das autoridades portuguesas, estavam os possíveis prejuízos no emprego dos *meles* na fabricação de licores, já que deveriam ser destinados à feitura de açúcar, somados ao rombo causado pela diminuição da venda e taxaço do vinho europeu na América portuguesa, além dos efeitos nocivos da disseminação dessas bebidas entre as populações.

Em 1636, o governador-geral em exercício na Bahia, Pedro da Silva, emitiu uma provisão em que dizia que “em todo este Estado me foram representados os grandes danos, [...] e ao bem comum de todos os moradores de se permitirem alambiques e oficinas de aguardente”, em parte “pelo prejuízo que resultava aos dízimos de meles e remeles, que se gastavam em fazer a dita água, na qual se consumiam muitas mil arrobas de açúcar”, e em outra parte “por ser muito prejudicial ao povo, e se seguirem do uso dela muitas mortes nos escravos, e furtos, que cometiam a seus Senhores, e todos os mais inconvenientes e maiores dos que moveram a se

¹⁹⁰ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 256.

proibir a Cachaça, e vinho do dito mel,” os quais mostraram-se “ser geralmente nocivo[s], e não se poder[em] permitir”, tendo em vista “os muitos alambiques e pessoas que se lançavam ao trato” das aguardentes e dos vinhos de cana.¹⁹¹ Aparentemente, a provisão teve pouco efeito prático, fazendo com que, no final da década seguinte, a própria Coroa portuguesa, recém restaurada, interviesse. O rei D. João IV, em nova provisão, datada de 1649, critica as ineficazes medidas tomadas até então e determina novamente a proibição das bebidas canavieiras. Dois anos antes, El-Rei havia enviado uma carta a Antônio Teles da Silva, que então ocupava o cargo de governador-geral, ordenando que “com as penas que lhe parecesse, fizesse extinguir de todo na Bahia e seu recôncavo a bebida de vinho de mel, aguardente, e cachaça, que se havia introduzido, em grande prejuízo” da Fazenda real. Ao “ser informado que na execução se tem procedido com grande omissão e descuido”, a nova provisão emitida pelo monarca almejava “que com graves penas a dita bebida de vinho de mel, e aguardente de açúcar, e cachaça, se extinguisse em todo o Estado do Brasil”.¹⁹² Sua resolução final foi conceder “que os negros dos engenhos poderão fazer e usar do vinho de cachaça somente, não o vendendo porém de nenhum modo a pessoa alguma, nem a mesma cachaça”, tendo em vista a importância cotidiana das bebidas no sustento dos escravos, além da indissociabilidade dos cativos das matérias e aparatos de produção do açúcar – e, conseqüentemente, das bebidas derivadas. “[...] E que esta proibição senão entenderá por ora em Pernambuco”,¹⁹³ que ainda se achava sob controle dos holandeses.

A garapa e as aguardentes de cana não causaram, entretanto, tanto alarme entre as autoridades neerlandesas. O relatório citado de Adriaen van der Dussen já afirmava que os soldados buscavam a bebida como alternativa aos caros licores europeus. Na privação cotidiana de víveres, a busca por alimentos e recursos locais para complementar as rações ou saciar a vontade de um trago de bebida era comum.¹⁹⁴ A garapa figura neste contexto, sendo, juntamente com vinhos da terra, muito popular entre os militares,¹⁹⁵ que, inclusive, chegaram a vendê-la. Segundo panfleto de recrutamento circulado nas Províncias Unidas, datado de 1647, aqueles soldados sem conhecimento de ofícios alternativos que pudessem lhes render dinheiro extra¹⁹⁶

¹⁹¹ “Registro de uma provisão do Governador Pedro da Silva sobre se não fazer aguardente (1636)”. In: *Documentos Historicos (1631-1637): patentes, provisões e alvarás*. Vol. XVI da série e XIV dos documentos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 397.

¹⁹² “Provisão que proíbe em todo o Estado do Brazil. com excepção de Pernambuco, a bebida de vinho de mel, aguardente e cachaça (1649)”. In: *Collecção chronologica da legislação Portuguesa (1648-1656)*. Segunda série. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 49, 50.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 50.

¹⁹⁴ MIRANDA, Bruno. op. cit., 2014, p. 143.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 144, 145.

¹⁹⁶ A WIC, inicialmente, proibia seus soldados de executarem outras atividades que não a militar enquanto estacionados no Brasil. Contudo, em fins da década de 1640, houve maior permissividade em relação aos trabalhos

no Brasil poderiam, “em todo lugar, tanto no campo quanto nas guarnições, receber um bom *stuiver*¹⁹⁷ servindo garapa”.¹⁹⁸ Tem-se, assim, paralelamente à perspectiva dos lusos, um vislumbre das nuances da produção e do consumo dos licores canavieiros no norte do Brasil durante as décadas de 30 e 40 do Seiscentos.

Para além das evidências da disseminação dessas bebidas, as provisões emitidas pelos portugueses também apontam para uma indefinição desses licores, pelo menos em sua perspectiva. Três nomes¹⁹⁹ são utilizados nos textos na tentativa de identificar o que se pensava produzir de embriagante a partir dos “meles e remeles”, e, ainda assim, ao menos para D. João IV, a bebida parece ser apenas uma – como percebido em “com graves penas a dita bebida de vinho de mel, e aguardente de açúcar, e cachaça, se *extinguisse*²⁰⁰ em todo o Estado do Brasil”. Para os holandeses, cachaça, *cachassa*, ou mesmo *cagassa*, pouco se aproximava daquilo que o termo aparenta indicar para os portugueses, pois se referia à espuma escorrida do caldo da cana enquanto aquecido na caldeira, que servia “de bebida para os burros”²⁰¹ ou “para o gado”²⁰² – noção que seria também partilhada pelo ilustre jesuíta André João Antonil, algumas décadas depois.²⁰³ Mesmo no dicionário de Rafael Bluteau, publicado no século seguinte, parece haver indefinição. No verbete sobre “cachaça”, consta que a palavra poderia se referir ao “vinho das borras”, à “aguardente do mel, ou [às] borras do melaço”.²⁰⁴

Ainda que as provisões luso-brasileiras pontuem o uso de alambiques e a destilação, processo que já incutia ao produto final uma forma de distinção reconhecida pelos europeus entre suas próprias bebidas, parece que ainda não havia práticas uniformes de preparo destes licores de cana que permitissem uma percepção coesa similar àquelas das beberagens indígenas, que se pautavam também nas distinções a partir dos gêneros base de sua feitura, e cujas descrições variam pouco no tempo e no espaço. O testemunho de Van der Dussen acerca do

secundários que podiam exercer e acrescentar um pouco de dinheiro aos seus ganhos, provavelmente em função da fragilidade da conquista naquele momento. Ibid., p. 255, 256.

¹⁹⁷ Moeda neerlandesa e fração do *rijksdaalder*, valendo 1/48 desta. Ibid., p. 357.

¹⁹⁸ *BENEFICIEN voor de Soldaten agende naer Brasil* apud MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 256, 257.

¹⁹⁹ Cachaça, vinho de mel e aguardente, além de permutas como “vinho de cachaça”. Cabe ressaltar também que na documentação do período, tanto nos textos de autoria flamenga quanto nas provisões lusas, não aparece o termo *jeribita* (em qualquer variação de sua grafia), ainda que Câmara Cascudo tenha pontuado que o termo substituiria a denominação *cachaça* no vocabulário português ao longo do século XVII. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., 1968b, p. 22-24.

²⁰⁰ Destaque nosso.

²⁰¹ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 84.

²⁰² PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 255.

²⁰³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, v. 70. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 120.

²⁰⁴ BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo primeiro (A-K). Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 208.

amplo aproveitamento das “escórias” do açúcar e das circunstâncias em que se usava o mel ou a espuma para a produção de garapa é um exemplo dessa multiplicidade de processos que foram levados a cabo para a produção de licores a partir dos substratos da cana-de-açúcar. Ao que parece, fazia-se o que era possível, com os recursos que estivessem à disposição, no intuito de beber – seja pela destilação nos alambiques e oficinas de sumos expurgados nas caldeiras dos engenhos, seja pelo recurso à garapa de açúcar preto, potencializada com folhas de caju nas tabernas dos territórios holandeses, ou, ainda, pelo uso da garapa de espuma, não embriagante, consumida como alimento pelos escravos e também dada aos cavalos, burros, porcos e bois. A questão é que, ao contrário do que se observa nos relatos sobre os vinhos dos índios, os processos de fabrico de bebidas fermentadas e destiladas feitas a partir de um mesmo gênero base parecem ter sido muito diversificados a ponto de não poderem ser percebidos e sistematizados de maneira mais objetiva e pactuada entre os coevos.

Este variado escopo de bebidas, assim como as diferentes significações culturais possíveis ao beber e à embriaguez dadas pelos grupos que então coabitavam o norte do Brasil, antes e durante o período da conquista holandesa, foi até aqui descrito por uma série de vozes dos séculos XVI e XVII, indicando diferentes pontos de vista e motivações para que se registrassem esses aspectos observados deste lado do Atlântico. Esse diálogo entre interlocutores variados, estabelecido no intuito de construir um panorama das possibilidades de beber no período é primordial para que se avance para outras questões. Passemos agora aos usos e aplicações das bebidas nas práticas cotidianas, seja para o “encorajamento” de soldados, marinheiros e escravos, seja na manutenção da saúde e nas técnicas de cura, nos preparos de receitas e mezinhas que combatiam os males contraídos pelos europeus durante sua estadia no norte do Brasil.

CAPÍTULO 2 – DAS APLICAÇÕES E USOS DAS BEBIDAS

Além de um importante ingrediente da alimentação e dos festejos de europeus, escravos africanos e índios, as bebidas também desempenhavam outros papéis no cotidiano daquelas gentes radicadas no norte do Brasil no tempo dos flamengos. O jovem soldado alemão Ambrosius Richshoffer, ainda em sua travessia do Atlântico, em agosto de 1629, conta que o capitão de seu navio, ao ser presenteado com um pequeno barril de vinho das Canárias pelos tripulantes da mesma nau mercante na qual seus marinheiros se embriagaram e tiveram que ser içados ao convés, ordenou que o conteúdo da bebida fosse “distribuído um pouco pelos doentes, além de muitas laranjas e romãs”, visto que estavam “atacados de escorbuto”, uma “moléstia maligna da qual morreram muitos”.²⁰⁵ Passados alguns meses, em dezembro, ainda navegando e tendo testemunhado várias mortes por doenças entre as tripulações da frota, o soldado relata uma convocação feita pelo General, na qual este ordenou aos capitães que fosse distribuído “pela manhã e à noite, um pouco de aguardente pelas equipagens, e também de cada Capitão fornecer uma lista dos seus doentes”. Segundo o jovem alemão, os enfermos “eram em tal número que até nós soldados²⁰⁶ fomos escalados para governar o leme”. Numa nota ao lado do corpo do texto, do próprio Richshoffer, lê-se: “aguardente para a conservação da saúde”.²⁰⁷ Bebiam para curar ou aliviar os males que lhes afligiam os corpos.

Para as práticas e conhecimentos médicos da época, as bebidas embriagantes não possuíam um caráter exclusivamente nocivo à saúde – ainda que o relato de Willem Piso sobre os bebedores de garapa no Brasil, citado no capítulo anterior, faça crer que sim, na verdade, o douto refere-se ali às consequências do consumo em excesso. Os usos terapêuticos dos licores remontam à introdução das técnicas de destilação nas boticas no Medievo²⁰⁸ e além, à antiga tradição hipocrático-galênica que atribuía benefícios ao vinho,²⁰⁹ dentre eles o auxílio na

²⁰⁵ RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 21.

²⁰⁶ Havia uma distinção bastante notável entre soldados e marinheiros, delineada por seus ofícios e funções na empresa da Companhia das Índias Ocidentais. Tão marcada, que as animosidades entre os dois grupos eram bastante comuns, como relatou Pierre Moreau, ao tratar de uma certa tradição entre os marujos que, não respeitada pelos soldados a bordo, causou enorme confusão e os tripulantes se viram “prestes a matar[em]-se uns aos outros”. O conflito foi apaziguado com a distribuição de vinho francês. Richshoffer, sendo um soldado, registra suas impressões acerca dos marinheiros, considerando-os, em resumo, uma “corja sacrílega e desonesta”. MOREAU, Pierre. “Relação verdadeira do que se passou na guerra travada no país do Brasil entre os portugueses e os holandeses desde o ano de 1644 até o ano de 1648”. In: MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 59; RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 178, 179.

²⁰⁷ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 48, 49.

²⁰⁸ VIGARELLO, Georges. *História das práticas de saúde: a saúde e a doença desde a Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 2001, p. 31, 32.

²⁰⁹ PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. “Corpo, saúde e doenças”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.

produção de sangue no organismo e, conseqüentemente, melhora no equilíbrio dos humores²¹⁰ do corpo tencionados aos excessos frios e úmidos.²¹¹ Mesmo com a proliferação dos alambiques e o aumento no consumo secularizado de espirituosos a partir do Quinhentos, as bebidas permaneceram caras às prescrições para tratamento e cura de várias doenças.²¹² Os licores, assim, também figuram nas notas e prescrições dos doutos vindos ao domínio holandês no Brasil à época do governo de João Maurício de Nassau e dos contínuos esforços que o Conde dispendeu,²¹³ a partir de 1636, em prol da produção sistemática de conhecimentos acerca das possessões neerlandesas no Novo Mundo.²¹⁴ Willem Piso, médico e líder das expedições e observações do espaço natural durante o governo nassoviano, e Georg Marcgraf, seu assistente – dois dos poucos diplomados que por aqui passaram e atuaram no âmbito da saúde na primeira metade do século XVII, vale destacar –, produziram duas obras²¹⁵ nas quais tratam daquilo que

445-446, 448; MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação na Europa*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 155.

²¹⁰ Segundo o modelo humoral de compreensão do corpo, transmitido pela medicina e filosofia gregas e encontrado nos escritos hipocráticos (século V a. C.) e na obra de Galeno (século II d. C.), os humores “líquidos, fatores de vitalidade, eram o sangue [quente], a bÍlis (ou bÍlis amarela) [seca], a fleuma [úmida] e a melancolia (ou bÍlis escura) [fria]. [...] Os diferentes humores desempenham diferentes funções que permitem manter o corpo em vida”. Quando há equilíbrio de força e proporção entre os fluidos, tudo funciona. “A doença sobrevinha quando um desses humores se acumulava (tornava-se ‘pletórico’), ou secava”. PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. op. cit., 2008, p. 443, 445.

²¹¹ CARNEIRO, Henrique. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010, 170.

²¹² Sérgio Buarque de Holanda afirma que “os regimes dietéticos julgados aptos, ao menos para a prevenção, se não para o tratamento de males epidêmicos, tinham em regra a mesma razão de ser. O que era exato no caso dos alimentos sólidos não deixava de sê-lo no das bebidas, do vinho, da cerveja, da aguardente [...]”. Nessa relação estreita entre a alimentação e a vitalidade do corpo, na qual a ingestão equilibrada e comedida de alimentos resultaria em uma boa saúde, muitos ingredientes comuns à cozinha, o que incluía as bebidas, também se faziam presentes nas prescrições de dieta e nos preparos para curas e tratamentos. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 328, 329. Para mais, ver: ALGRANTI, Leila Mezan. “Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português”. *Saeculum: revista de história (UFPB)*, v. 27, 2012, p. 13-28.

²¹³ Como relata Gaspar Barléu, o Conde “teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas: arquitetos, geógrafos pintores, escultores para que eles mostrassem, vencidos, aos holandeses de além-mar os lugares, as terras e as cidades que ele próprio vencesse. [...] Mandou desenhar cartas geográficas com grande cuidado e a sua custa, nas quais se representavam as cidades, vilas, povoações, fortalezas, currais, lagoas, fontes, cabos, estâncias navais, portos, rios, escolhos, engenhos, igrejas, conventos, plantações, posição das regiões, suas longitudes e latitudes e outras cousas, [...] os animais de várias espécies, as maravilhosas formas dos quadrúpedes, assim como das aves, peixes, plantas, serpentes e insetos, os trajes exóticos e as armas dos povos”. In: BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora governador de Wesel, tenente-general da cavalaria das Províncias Unidas sob o príncipe de Orange*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 372, 373.

²¹⁴ “Foi apenas com a chegada de Nassau que começou a se constituir um conjunto de textos e imagens com a finalidade específica de descrever e registrar os habitantes, a fauna e a flora da colônia holandesa”. FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 86. Ver pp. 85-103.

²¹⁵ MARCGRAF, Georg. *História natural do Brasil*. Edição comemorativa do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942; PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

apuraram acerca do Brasil. Legaram notas sobre o clima, a geografia, plantas, frutos, animais, do mesmo modo que a utilidade de tais informações para a habitação, exploração e governo da terra: as possíveis formas de sustento, as sazonalidades e percalços naturais, as mazelas que proliferavam na região e as formas de curá-las. Sendo um médico de formação, Piso é quem se preocupa com a efetiva descrição das doenças, suas causas e possíveis métodos de cura. Já o “doutíssimo e diligentíssimo senhor Georg Marcgraf”, naturalista e astrônomo, veio junto de Piso às “Índias [Ocidentais], a fim de que, além das observações astronômicas e geográficas, observasse mui atentamente as figuras externas das coisas naturais cujas virtudes internas e propriedades médicas, criadas para manter ou restituir a saúde”, o douto “solicitamente verificaria”.²¹⁶ A contribuição do naturalista nesse aspecto, pois, reside em seus apontamentos acerca da utilidade terapêutica das várias plantas e bichos por ele descritos, sem traçar um panorama nosológico. Ainda que muito do conhecimento registrado acerca das intervenções médicas úteis no cenário do Brasil se deva aos saberes dos gentios,²¹⁷ a maior parte das doenças cujos tratamentos demandavam o uso de bebidas, técnica tipicamente europeia, não eram endêmicas.²¹⁸ Muitas mazelas conhecidas da medicina do Velho Mundo afligiam com frequência os batavos deste lado do Atlântico, e algumas delas demandavam prescrições e tratamentos que envolvessem os licores.

Observar as circunstâncias e percalços cotidianos da vida diária levada pelos holandeses na América portuguesa permite uma melhor compreensão de suas suscetibilidades a essas doenças, bem como dos métodos de cura e do papel das bebidas nesses cuidados, descritos, principalmente, por Piso e Marcgraf. Como afirma o primeiro, citando Hipócrates, “o melhor autor de tudo que há de bom nesta arte [da medicina]”, aquele que “quiser saber, corretamente, a arte médica, deve [...] considerar, antes do mais, as estações do ano e a sua respectiva influência. [...] Examinar os ventos quentes e frios, muito comuns em toda parte, e principalmente os peculiares a cada região”. Também convém “conhecer as qualidades das águas que, diferentes no sabor e no peso, também o são nas propriedades”, mas, sobretudo, “inquirir sobre o modo de viver dos homens, se são amigos do vinho, da boa mesa e do ócio,

²¹⁶ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 8.

²¹⁷ Piso, inicialmente, não valorizava o conhecimento nativo, mas se convence após testemunhar sua eficácia na cura de seus compatriotas. O médico conta que se lembra “de que os bárbaros nos acampamentos, por meio de gomas frescas, sucos e bálsamos, livraram do ferro e do fogo e restabeleceram com êxito os membros dos soldados feridos por balas de espingardas, que estavam para ser amputados pelos cirurgiões europeus, lusitanos e batavos. [...] Consenti em ser auxiliado por tais colegas bárbaros, não tanto habituados a intervir na marcha da saúde dos nossos pelo tato das artérias, quanto em fornecer abundantes conselhos, na sobredita maneira”. Ibid., p. 75, 76.

²¹⁸ MIRANDA, Bruno R. F. “‘Doentes e incapazes para marchar’: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abril-junho de 2015, p. 341.

ou laboriosos, dados aos exercícios físicos, comendo muito e abstendo-se de vinho”. Para Piso, “é certo que não podem curar-se as doenças sem o seu prévio conhecimento, e não se pode conhecê-las sem a descrição das coisas com as quais o homem costuma viver”.²¹⁹

Ainda que se atribuísse um clima cruel aos trópicos, as condições naturais do Brasil foram bastante enaltecidas nos escritos neerlandeses do período. A abundância da terra foi ressaltada pelo cartógrafo Johannes van Walbeeck, em relatório ao Conselho dos XIX, datado de julho de 1633, no qual afirma que das “cousas necessárias à existência do homem, encontram-se até ao excesso”, destacando a farinha de mandioca, a fartura de gado e de outras criações, as frutas nativas e os animais que podiam ser caçados ou pescados. Walbeeck conclui dizendo que “a condição de perfeição do Brasil nada deixa a desejar, senão trigo, vinho e azeite”.²²⁰ Perfeição também do clima, segundo Willem Piso, para quem, na contramão da opinião dos antigos acerca da zona equatorial a que chamavam tórrida, o Brasil “não somente” é dono de um clima “habitável, mas os orvalhos perpétuos e as chuvas e as brisas agradáveis do mar o fazem temperado e fértil por toda parte, enquanto oportunamente dissipam os vapores matutinos e os nevoeiros, temperam o calor meridional, fazendo brilhar os sóis, límpidos e esplendorosos”.²²¹ Corroborando a impressão de Van Walbeeck, Piso diz que a terra “deve ser fertilíssima, e muitas coisas devem nela nascer a seu tempo”, sem falar na abundância “em bálsamos nativos, óleos e méis de mais de um gênero”, sendo também “fértil em ervas e raízes medicinais, eficazes para a conservação da saúde”.²²² Sabendo-se que a terra, seus ventos e suas águas se faziam favorabilíssimas ao sustento e à manutenção das boas condições do corpo – os gentios são descritos como ícones de boa saúde e evidências das qualidades dos trópicos²²³ –, resta apenas uma questão dentre as elencadas pelo médico a ser considerada para a compreensão das condições de saúde nas particularidades do Brasil: os hábitos do homem. O próprio douto pondera a respeito e aponta a principal variável responsável pelos adoecimentos que testemunhava entre seus compatriotas: “ainda que os filhos dos estrangeiros sejam atacados por frequentes moléstias e muitos morram, [...] não deve imputar-se o fenômeno tanto à intempérie

²¹⁹ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 29, 30.

²²⁰ WALBEECK, Johannes van. “Relatório do Conselho Político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de Julho de 1633, lido pelos Estados Gerais a 11 de Julho de 1633”. In: *Documentos holandeses*. 1º volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 122.

²²¹ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 33, 34.

²²² Ibid., p. 48.

²²³ “Servem de ótimo exemplo os filhos dos brasileiros, muito longevos. [...] Riem-se as mães do inepto cuidado dos nossos no vestir e criar os filhos, com o que, dizem, a transpiração é impedida e se geram muitos catarros. Não há entre eles os vinhos, nictalopes, coxos ou deformados pela corcunda, e os meninos nunca são envoltos em panos de linho nem ligados com faixas, como os europeus”, como conta Willem Piso. E, segundo Sérgio Buarque de Holanda, disso não discordavam os cronistas lusitanos, ainda que contagiados por um olhar edênico do Brasil. PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 49; HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., 2000, p. 315-319.

do céu quanto ao modo desasado de alimentação”.²²⁴ Dessa maneira, se as moléstias que acometiam os holandeses se desenvolviam em decorrência de seus hábitos de ingestão, observemos as suas condições alimentares durante sua estada no Brasil.

Nos primeiros anos da invasão de Pernambuco, o processo de consolidação da conquista e triunfo sobre a resistência luso-brasileira tomou tempo e custou vidas e víveres para o exército da Companhia das Índias Ocidentais. As permanentes escaramuças cobravam alto preço da saúde dos homens. O coronel das tropas e então governador dos territórios conquistados, Diederick van Waerdenburgh, relatava constantemente aos Diretores da WIC as condições e progresso da campanha. Em sua correspondência, narrava o estado da guerra em Pernambuco e fazia os requerimentos que julgava necessários para a manutenção do domínio ainda frágil daquelas terras, pedindo principalmente por víveres e mais homens. Numa missiva em que trata das obras de fortificação de Recife e da ilha de Antônio Vaz, em meados de 1630, justifica o lento passo das construções, afirmando que havia poucos braços disponíveis e “[...] grande quantidade de doentes em razão dos alimentos velhos que recebem”, ao passo que outros “têm, além disso, que beber água que não é boa, e não podem obter legumes, como nós aqui na cidade que os temos diariamente, do que tudo resulta que o escorbuto começa a reinar no Recife e faz progressos diários”. Diante deste cenário, o governador clama pelo envio de “novos víveres, porque, em face dessa espera contínua, dos trabalhos fatigantes e dos grandes comboios, ficam os soldados diariamente sujos e molhados e enfraquecem-se e abatem-se, e não é possível dar-lhes nenhuns víveres frescos [...]”.²²⁵ As forças holandesas não tinham acesso às regiões onde cresciam alimentos que pudessem complementar suas provisões magras e estragadas, gêneros como frutas e animais silvestres, além das criações domesticadas. Segundo Van Waerdenburgh, “os habitantes enxotaram todo o seu gado para o interior do país e, enquanto abertas as nossas obras de defesa, não se pode sair à procura de nada nesta região”.²²⁶ O gado, inclusive, segundo relata Johannes de Laet, geógrafo e um dos diretores da Companhia, “tem diminuído muito, destruído pela guerra”.²²⁷ Posteriormente, o quadro se agrava e, em outra missiva enviada em dezembro do mesmo ano, o governador expõe a dimensão dos percalços da guerra e da terra enfrentados por suas tropas:

²²⁴ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 49.

²²⁵ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, Pernambuco, aos Estados Gerais (27 de julho de 1630)”. In: *Documentos holandeses*, op. cit., 1945, p. 47, 48.

²²⁶ Ibid., p. 48.

²²⁷ LAET, Johannes de. “Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XLI. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925, p. 84.

os inconvenientes das matas e dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo, quase todos os elementos contra nós, pouco alimento, e este mesmo bem pouco saudável, sem beber nada a não ser água, marchas através de sarças e espinheiros, vigílias em que se transforma a noite em dia, passando-se noite e dia em fadigas sem fim, de tal sorte que não há ninguém, seja soldado, seja oficial superior ou inferior, que não esteja diariamente no trabalho, sem interrupção enquanto não rendido [...]; através de pântanos e maré alta e maré baixa, sob os tiros de mosquete do inimigo, sair em busca de madeira, cipó e feixes de ramos, a maioria das vezes a três quartos de hora de marcha daqui ou atravessando o rio, com embaraços inauditos de comboios, lenhadores, carregadores, etc., num alarme contínuo, sem vinho e com maus materiais, nós, dizia eu, que vivemos desta forma como um bando de escravos, não podemos compreender isto.²²⁸

Com o passar do tempo e a continuidade da guerra, a situação não se tornou mais tolerável para os exércitos, e a correspondência enviada aos Estados Gerais em fins de 1631 carrega o alerta da iminência do fim dos contratos de serviço de muitos indivíduos estacionados no Brasil, que certamente requereriam seu imediato retorno às Províncias Unidas, “porque é fácil de compreender que semelhante tratamento cansa, ao cabo, tanto os oficiais como os pobres soldados”. A iminente perda desses números somada à precariedade das condições das tropas preocupavam o governador e levantavam dúvidas quanto a capacidade de conservarem as praças conquistadas. Sua alimentação continuava “muito ruim, porque algumas Câmaras não enviam quase nunca senão artigos estragados, tais como carne, pão, farinha de cevada, favas, trigo mourisco” e, “depois, recebem os soldados tão pouco que nenhum deles terá jamais recebido, como também os marinheiros, o rancho conveniente, prescrito pela ordenança”, e mesmo este soldo prescrito já seria “pequeníssimo”. A essas condições vinha-se somar o fato de que não havia nada para “beber senão água”, o que esgotava os trabalhadores de tal forma “que chegavam a cair por terra com os carrinhos de mão e tinham de parar o trabalho por motivo de doença”. Era impossível para as tropas se contentarem “com tão pouco pão como o que foi ordenado fornecer-se”.²²⁹ Contudo, sobrepujando a resistência em Pernambuco, em 1632, e expandindo a conquista a territórios como a Paraíba e o Rio Grande nos anos seguintes, a situação de penúria foi amenizada, pois os holandeses passaram a ter acesso a fontes mais estáveis de víveres da terra. O relato previamente citado do cartógrafo Van Walbeeck ilustra a alegria – e talvez o alívio – em face de suprimentos diversos, frescos e abundantes, que por muito tempo estiveram ausentes da mesa daqueles homens. Entretanto, esta melhora das

²²⁸ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, Pernambuco, aos Estados Gerais (16 de dezembro de 1630)”. In: *Documentos holandeses*, op. cit., 1945, p. 55, 56.

²²⁹ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Antonio Vaaz, Pernambuco, aos Estados Gerais (9 de novembro de 1631)”. In: *Documentos holandeses*, op. cit., 1945, p. 90.

condições alimentares não teve efeito duradouro, pois as forças da WIC em muito continuaram a depender das Províncias Unidas para a obtenção de suprimentos, além de as próprias autoridades se mostrarem negligentes no manejo das provisões, como afirmou Van Waerdenburgh sobre os repasses estragados que recebia das Câmaras neerlandesas, ou Adriaen van Bullestrate, ao relatar os descuidos dos responsáveis em reportar à governança no Recife sobre as carências de seus armazéns.

Não é irrazoável supor que a instabilidade gerada pelos conflitos constantes dos primeiros anos da conquista tenha sido o principal fator que contribuiu para as dificuldades cotidianas das tropas.²³⁰ Todavia, a precariedade alimentar e as doenças se mostraram presentes durante todo o período de domínio neerlandês das partes setentrionais do Brasil.²³¹ Uma das primeiras ações do Conde de Nassau ao assumir o governo da conquista em Pernambuco, no início de 1637, foi tratar de se informar “minuciosamente da provisão de pão, biscoitos, toucinho, legumes, carnes, queijo e vinho existente nos navios e armazéns, pois sem isto a soldadesca se torna agastadiça e indisciplinada”,²³² noção certamente consolidada pelas experiências advindas da administração daquelas terras até então. A situação constatada pela administração nassoviana foi de severa “carestia de mantimentos que, depois de se abastecerem os acampamentos para dois meses, distribuindo-se aos soldados ração assaz estreita e fraca, ainda assim mal sobrou com que alimentar as guarnições, as quais tiveram de viver parcamente e com fraude do apetite”.²³³ Em carta de 1639, endereçada aos seus superiores nos Estados Gerais, o próprio Conde afirma que “desejaria de coração em lugar de sempre dar-vos más notícias, participar-vos novas agradáveis; mas, parece que os senhores acionistas não nos querem dar motivo ou matéria para fazê-lo, pois não atendem as nossas queixas e repetidas cartas [...]”. Em função da negligência do Conselho dos XIX, que os deixava com “parcos recursos”, Nassau enviou com a dita carta “listas tanto das nossas tropas como dos navios,

²³⁰ Os portugueses também sofriam com a carestia de suprimentos durante esses conflitos, como conta Frei Manoel Calado. O general Matias de Albuquerque tinha entre suas principais ações prestar socorro “com farinha, e gado” às diferentes áreas desgarradas da resistência concentrada no Arraial do Bom Jesus, “para que não descorçoassem com o aperto dos cercos”, pois sofriam constantes assédios dos batavos. A fome teve papel importante em várias derrotas sofridas pelos lusos nesse período. CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 50, 51.

²³¹ Ainda que o Conde de Nassau tenha tentado pôr em prática algumas medidas buscando amenizar a penúria decorrente da carência de suprimentos durante seu governo, a exemplo da cobrança de fintas de farinha de mandioca, a situação não teve muita reversão, especialmente pela contínua dependência das Províncias Unidas demonstrada pelos holandeses no Brasil. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, “pode-se afirmar que, apesar de todos os esforços de Nassau e do Alto Conselho, nunca se chegou a um período de equilíbrio, em que o Nordeste pudesse atender às suas próprias necessidades”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 157-167.

²³² BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 54.

²³³ Idem.

marinheiros, víveres, petrechos de guerra, equipamentos e materiais, para que possais ajuizar quanto periga a conservação deste país que é a alma da Companhia, a prosperidade da mesma e a fortuna de tantos particulares”. Nas listas constam os números de quinhentos soldados doentes e incapazes, além de noventa que seriam enviados de volta às Províncias Unidas – medida comum nos casos incuráveis²³⁴ –, de um total de pouco mais de três mil e oitocentos homens de guerra.²³⁵ Gaspar Barléu, cronista contemporâneo da conquista que privilegiou particularmente os assuntos e eventos que concerniam ao período de governo de Nassau em seu *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, sumariza o principal teor de grande parte da correspondência entre o governo em Pernambuco e os Diretores da WIC nos Estados-Gerais, afirmando que “as representações e cartas dirigidas pelo Conde e pelo Supremo Conselho aos poderes da Holanda estão cheias de reclamações e pedidos instantes e suplicantes de socorros”.²³⁶ O espanhol Vicente Joaquim Soler, ministro calvinista a serviço da comunidade francófona em Pernambuco, em carta de 1639 a André Rivet, seu superior em Haia, que era capelão e confessor do príncipe de Orange, redige outra narrativa que noticia a severa falta de víveres nos territórios da conquista. “Não fazemos senão arrastar-nos”, diz Soler, “e a maior miséria que tenho visto neste país [...], a indizível miséria, que os soldados padecem, favorece grandemente o desígnio dos portugueses, como também a dificuldade que experimentam de sair de aqui depois de quatro e cinco anos de serviço”.²³⁷ A situação parece não se alterar nos anos subsequentes, pois, em 1643, o padre reafirma, em outra carta enviada a Rivet, a “incrível miséria” em que ali viviam, e diz parecer que “a Companhia quer abandonar este país, para cuja conquista tem gastado tantos bens e derramado tanto sangue”, já que “os armazéns estão vazios, e os soldados morrem de fome”.²³⁸

Os problemas de abastecimento e as doenças decorrentes da alimentação deficiente e das sofridas condições de vida continuaram após o governo de Nassau. Em fins da década de 40, já durante a guerra de insurreição, Pierre Moreau reitera a precariedade do cotidiano dos homens, muito similares às condições assinaladas pelo governador Van Waerdenburgh em suas missivas quase duas décadas antes. O francês narra a chegada de uma frota de socorro ao Recife

²³⁴ MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora da UFPE, 2014, p. 192.

²³⁵ NASSAU, João Maurício de. “Cartas Nassovianas: correspondência do Conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Vol. X. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1902, p. 49-52.

²³⁶ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 126.

²³⁷ SOLER, Vicente Joaquim. “Recife, 02-04-1639. A André Rivet, em Haia”. In: *Brasil Holandês*, volume III: Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 58.

²³⁸ SOLER, Vicente Joaquim. “Maurícia, 20-03-1643. A André Rivet, em Haia” In: *Brasil Holandês*, volume III: Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). op. cit., 1999, p. 105.

em 1646, então sob cerco e gravemente em falta de suprimentos: “Se os habitantes do Recife tinham razão para alegrar-se com este socorro, aqueles que o compunham não o tiveram menos por verem-se chegados a bom porto, ao abrigo das penas e fadigas que o mar carrega; mas poucos dias após ficaram admirados de não serem mais tratados à moda europeia”. Passado um mês da chegada da esquadra, “não se podia encontrar um bocado de pão por uma pistola; e isso porque os Comissários distribuía a cada um por semana, mediante vales assinados pelos Senhores, duas libras de pão negro, uma libra e meia de carne, uma libra de toucinho, ervilhas e favas, azeite, aguardente e vinagre e, algumas vezes, meio martelo de vinho da Espanha”, haja visto ser “proibido dar mais do que estava prescrito nos vales sob pena de morte; todavia, quem tinha bastante dinheiro encontrava meios de comprar secretamente aos Comissários [...]”.²³⁹ Passados mais alguns meses, em meio aos confrontos com os insurretos luso-brasileiros, Moreau conta que “os soldados [recém-chegados] que estavam no Recife, não acostumados a esse novo ar, onde o calor é sempre excessivo, aborrecidos de se verem estreitamente encerrados sem alimentos frescos, com águas ruins e poucos víveres, em breve tornaram-se fracos, descarnados e pouco hábeis para o ofício militar”. O francês também elenca as doenças que eram mais comuns entre a soldadesca, “o escorbuto, o fluxo de sangue e os vermes”²⁴⁰ engendrados nas serosidades corrompidas de seu sangue e que apareceram em todas as partes de seus corpos, dos quais se arrancava a pele, mas ficavam sempre alguns óvulos que originavam outros”. Nessas condições, muitas pessoas “sucumbiram mortas pela debilidade, algumas nos hospitais, outras, por vezes, no meio das ruas, como animais, sem que se pudesse socorrê-las com alimentos frescos, que faltavam”.²⁴¹ Peter Hansen Hajstrup narra alguns episódios em que ele e seus companheiros tiveram de recorrer aos mais diversos gêneros locais para se alimentarem, tendo em vista a corriqueira escassez, má qualidade e deficiente distribuição de provisões. Em 1645, no início dos conflitos provocados pelo levante dos moradores luso-brasileiros ante os holandeses, Hansen integrava um destacamento de mil e duzentos homens parcamente provido, em marcha no interior de Pernambuco. Ao alcançarem uma casa-grande recém-abandonada e não conseguirem obter ali nada muito que comer, acharam “um velho cavalo estafado que foi morto por um tiro e dividido entre nós; mas para 1200 soldados não representava muita coisa; e assim devíamos nos contentar com as frutas dos

²³⁹ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 62.

²⁴⁰ Segundo Piso, “[...] o ardor mais intenso dos raios do sol abre tanto de dia os poros dos corpos sublunares que dá entrada fácil, até às profundidades, para o sutilíssimo orvalho noturno. Donde, pela putrefação produzida pela cotidiana vicissitude da umidade e calor, surge uma geração de vermes de várias castas”. PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 35.

²⁴¹ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 65.

campos e da mata”.²⁴² No ano seguinte, estacionado no Rio Grande, o soldado registra que sua ração semanal se resumia a “uma libra e meia de bacalhau, uma libra de farinha de trigo, uma caneca de azeite de palma e uma caneca de vinagre” e que com isso ele e seus companheiros deveriam se “contentar durante nove semanas. Por esse motivo, muita gente passou para o inimigo e muitos morreram. Entretanto, nos arranjam os campos com perrexil do mar e outras ervas e plantas. Também os cavalos, cachorros, gatos e ratazanas foram a nossa melhor comida”,²⁴³ assim como pombos, “que deles o sertão abunda”.²⁴⁴ Neste mesmo sertão, em Pernambuco, já por volta de 1650, a fim de procurar certa mina de prata de que se falava na época, o dinamarquês conta sobre a alternativa que tiveram de tomar ao se encontrarem na falta de água e incapazes de localizar ou alcançar qualquer fonte que lhes abastecesse. Sem o precioso recurso, “devíamos nos contentar, assim, com uns restos de água da chuva e o mijo dos mocós,²⁴⁵ cujo líquido devíamos coar com um lenço, por conta das muitas caganitas, e que era salgado como a água do mar. Os mocós nos serviam também de alimento, porque havia muitos deles nas fendas das rocas e eram muito saborosos”.²⁴⁶

Com exceção de alguns momentos de alívio, em que as pelejas com os portugueses eram menos constantes ou quando chegavam carregamentos com provisões enviados pela Companhia,²⁴⁷ as condições de alimentação dos holandeses foram, em geral, bastante precárias ao longo dos 24 anos da conquista no norte do Brasil. Essa carência de provisões e víveres, principalmente em função da dependência do abastecimento oriundo das Províncias Unidas, parece ter sido a grande responsável pelas mazelas que atingiam os corpos dos batavos. Johan Nieuhof, ao fim da década de 1640, sintetiza: “[...] a verdade é que o Brasil holandês não se pode prover de tudo quanto precisa sem remessas anuais da Europa tanto no que respeita a comestíveis, como a todos os outros artigos. Isso, pelo menos, foi o que demonstrou a experiência, com grande prejuízo para a Companhia”.²⁴⁸

²⁴² HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil (1644-1654): o diário de um soldado dinamarquês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais*. Recife: CEPE, 2016, p. 54.

²⁴³ Ibid., p. 63.

²⁴⁴ Ibid., p. 77.

²⁴⁵ Pequeno roedor, nativo do interior daquelas terras.

²⁴⁶ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 78.

²⁴⁷ Peter Hansen conta da chegada dos primeiros navios desde a eclosão da rebelião luso brasileira em 1645, que traziam víveres ao seu destacamento no Rio Grande, em julho de 1646. As naus os “aliviaram com algum sustento”, mas muitos morreram “quando essa gente esfomeada pôde se satisfazer outra vez”. Ibid., p. 64.

²⁴⁸ NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 74.

As condições de alojamento e de moradia dos holandeses, particularmente dos soldados e funcionários da WIC, também eram frequentemente precárias e insalubres,²⁴⁹ favorecendo o desenvolvimento e contágio de doenças por conta das concentrações de indivíduos de saúde frágil em pequenos espaços.²⁵⁰ Barléu registra alguns desses problemas de habitação quando trata do desenvolvimento urbano e comercial do Recife, em função das empreitadas individuais daqueles seus compatriotas que vieram ao Brasil “por conta própria” – e aqui trabalharam como mercadores, estalajadeiros, vendilhões, sapateiros, tecelões, obreiros, etc. O cronista descreve a cidade como coberta “de edifícios tão apinhados e numerosos que são elevadíssimos os seus preços, e estreitíssimos os espaços vagos”, numa situação semelhante à que também se observava na ilha adjacente de Antônio Vaz, “já habitada por numerosos cidadãos” no início da década de 40, o que impunha ao Alto e Secreto Conselho “a necessidade de ampliar-lhe o perímetro [...]”.²⁵¹ Segundo carta de Nassau e dos Conselheiros, enviada aos Diretores da WIC em dezembro de 1641, “as casas da Companhia devem ser chamadas de pocilgas; nos altos de armazéns, onde todos os bens da Companhia devem ser guardados, em um só quarto, ou melhor dito pocilga, caixeiros, assistentes e escriturários são alojados em número de 3, 5, 7 e 8 como se fosse numa enfermaria”. Os remetentes lamentam, pois, se a alocação dos homens não ocorresse daquela maneira, muitos indivíduos iam “se alojar em tavernas que são os mais vis bordéis do mundo; os que aí morarem, apesar de todas as reprimendas e castigos que se lhes aplicar, nunca mais podem ser conduzidos a bom caminho, mas a natureza torna-se senhora deles até a perdição”.²⁵² Dois anos depois, os membros do governo no Recife continuam a reportar a problemática situação aos Diretores, afirmando que “os soldados [...] têm poucos alojamentos e muitos deles têm que ficar à noite pelas ruas, em consequência do que já se originaram muitas doenças entre eles”.²⁵³ Barléu também afirma que era comum a vista de

²⁴⁹ Com a expansão da conquista a partir de meados da década de 1630 e o fluxo de gentes livres que chegava ao Brasil, agravou-se um problema já existente de moradia. “Muitas pessoas passaram a morar em grupos nos sótãos dos armazéns da Companhia”, o que contribuiu com os “desdobramentos negativos nas condições sanitárias das instalações ao longo da cidade” do Recife, segundo Bruno Miranda. Como afirmou Hermann Wätjen, “nas ruas estreitas e habitações acanhadas e insalubres que se erguiam no istmo, moravam os funcionários e os empregados inferiores da WIC, bem como o operariado os soldados e marinheiros, e todos quantos se ocupavam nos serviços do porto ou tinham qualquer coisa a fazer nos armazéns. Algumas dessas horríveis moradas eram verdadeiras ‘pocilgas’”. MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 175-177; WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004, p. 386. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 76-80.

²⁵⁰ “Com densas concentrações de pessoal em acampamentos, hospitais, navios e quarteis, os exércitos ofereciam condições ideais para a transmissão de doenças de grupo, como tifo e catapora, além das doenças associadas com higiene precárias, como febre tifoide e disenteria”. MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 198.

²⁵¹ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 153.

²⁵² Apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 87.

²⁵³ Ibid., p. 88.

soldados andando “mal vestidos, cobrindo apenas a desnudez”,²⁵⁴ em função do pauperismo e miséria em que eram relegados pela WIC.

Muitas das doenças que os afligiam por aqui, velhas conhecidas dos europeus, já se manifestavam nas primeiras ocasiões de dificuldades alimentares e de alojamento. Nas travessias do Atlântico, a fome e as condições imundas²⁵⁵ eram elementos do cotidiano e se faziam sentir na saúde dos homens. A gravidade de tal cenário é perceptível tanto pelas palavras de Ambrosius Richshoffer que abrem este capítulo, quanto pelos seguintes comentários de Pierre Moreau e Hendrik Haecx, ao descreverem suas viagens rumo ao Brasil, na segunda metade da década de 1640. O francês afirma que o “grande calor do sol, as carnes salgadas e a porção de água doce reduzida a um copo por dia, toda ela fétida e cheia de vermes, os biscoitos mofados e estragados pela umidade do mar causaram grandes sofrimentos e doenças”.²⁵⁶ Já Haecx descreve as condições de sua frota da seguinte maneira:

[...] vieram tantas queixas de todos os oficiais e de todos os navios, de não estarem bem acomodados e bem tratados, que já se tornava insuportável. Um queixava-se da falta de medicamentos, outro do mau cheiro do alimento, outro ainda do mau cheiro da água, etc. [...] Tinham já alguns deles [os navios] 8 a 10 mortos, que eram lançados ao mar; um tinha 38, outro 30, e o terceiro 23 doentes e, visto que alguns deles já estavam a bordo a 8, 10, 12 e 15 semanas, tinham consumido toda a cerveja. Eram obrigados neste frio extremo a beber água e desde que os navios não estavam providos de vinho ou aguardente, já se pode prever qual será o resultado.²⁵⁷

Por aqui, a propagação dessas moléstias que muitos já traziam consigo da Europa foi notável, haja visto a continuidade das condições precárias, onde a penúria e insalubridade que muitos haviam enfrentado no mar prolongavam-se.

Entre as moléstias que mais assolaram os holandeses deste lado do Atlântico – aquelas resultantes da precariedade alimentar e não-venéreas, pois a sífilis, chamada de *lues indica*, e a gonorreia também figuravam entre os males mais comuns²⁵⁸ –, é possível destacar a diarreia, o escorbuto e a cegueira, principalmente noturna, chamada nictalopia. Bastante frequente

²⁵⁴ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 173.

²⁵⁵ Hendrik Haecx conta das condições de imundície a bordo de várias naus da esquadra holandesa que rumava ao Brasil em 1648, na ocasião de seu retorno de uma viagem que realizara às Províncias Unidas com fins de ter com o Conselho dos XIX. Segundo ele, a sujeira e o mau cheiro chegavam a ser sufocantes, frutos de negligência e originadores “[d]as citadas doenças e males”. Perante tal situação, “deram-se ordens terminantes a todos os comandantes e oficiais no sentido de fazerem lavar os navios de 3 em 3 dias, purificando-os com um pouco de vinagre”. HAECX, Hendrik. “Diário de Henrique Haecx, Membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 69. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 121-123. Ana Carolina de Carvalho Viotti descreve as implicações da imundície dos navios negreiros para a saúde da América portuguesa. Ver: VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, p. 80, 81.

²⁵⁶ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 60.

²⁵⁷ HAECX, Hendrick. op. cit., 1950, p. 122.

²⁵⁸ MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 195.

segundo Willem Piso, a primeira ocorria por diversas causas e matava com muita violência.²⁵⁹ Peter Hansen menciona casos em que seus companheiros foram acometidos por esse mal ao beberem águas impróprias para consumo²⁶⁰ – especialmente por não terem conhecimento adequado sobre as fontes no sertão. Na mesma situação de parco provimento em que a tropa que integrava foi obrigada a dividir a carne de um cavalo entre mais de um milhar de soldados e recorrer às frutas que encontrassem para se alimentarem, Hansen conta que, após a derrota que sofreram na batalha do Monte das Tabocas,²⁶¹ “nos refizemos um pouco, embora não recebêssemos outra coisa de comer senão algumas laranjas, maracujá e outras frutas, e açúcar e garapa misturada com água. Bebemos isso, e por essa razão a maior parte dos nossos apanhou uma diarreia sangrenta, da qual muitos morreram”.²⁶² Sobre o escorbuto, muito comum em alto-mar,²⁶³ dizia-se “que paralisa os movimentos dos nervos, afeta os músculos, curva os membros, ataca as gengivas, que corrompe e enegrece inteiramente”,²⁶⁴ e acometia aqueles privados de víveres frescos. Como noticiou Diederick Van Waerdenburgh, a carência destes nos primeiros anos da conquista de Pernambuco resultou em muitos indivíduos sofrendo da doença no Recife.²⁶⁵ Já a cegueira, particularmente em sua manifestação noturna, segundo Piso, “ataca os estrangeiros em todo o ano, sobretudo na estação seca, privada de águas”, em função de “alimentos deteriorados” e o consumo de “águas estagnadas e vinho ardente, ranço e toldado”. O douto também acrescenta “que a intolerável irradiação do sol a pino obscurece e debilita muito a agudeza dos olhos no litoral tórrido”.²⁶⁶ A ocorrência desses achaques ilustra o quanto as condições precárias do cotidiano e da alimentação pesavam na saúde dos homens. Para entender a frequência e a gravidade com que adoeciam, talvez baste saber que as moléstias ceifavam mais vidas de militares do que as escaramuças e batalhas.²⁶⁷

Nesse contexto de adoecimentos e padecimentos constantes, as bebidas figuravam de diversas maneiras nas técnicas de alívio e cura do corpo. Ainda que não tomassem a frente das purgas e sangrias²⁶⁸ como primeiros ou mais versáteis socorros e principais métodos

²⁵⁹ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 96.

²⁶⁰ Geralmente encontradas “terrivelmente salgada[s] a minerais, enxofre e salitre”. HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 77.

²⁶¹ Primeiro embate da insurreição pernambucana e primeira grande derrota das forças holandesas, em 1645.

²⁶² HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 55.

²⁶³ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 60.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, Pernambuco, aos Estados Gerais (16 de dezembro de 1630)”. In: *Documentos holandeses*, op. cit., 1945, p. 53, 54.

²⁶⁶ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 90.

²⁶⁷ MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2015, p. 341.

²⁶⁸ No século XVII, “a evacuação continua a ser mais importante do que a ingestão”. Dessa maneira, os métodos de sangria e purgação, vomitórios e laxantes, ainda eram as primeiras opções na correção de muitos males antes

terapêuticos utilizados pelos doutos no XVII, os licores se mostraram ecleticamente úteis em tratamentos de diversas doenças que assolavam os holandeses, principalmente naqueles indivíduos em que se assistia a um desequilíbrio dos humores propenso ao frio e/ou úmido, já que consideravam as bebidas de natureza quente e, principalmente as aguardentes, seca. Em geral, usavam-se licores europeus, ou seja, vinhos de uvas e espirituosos. Os doutos prescreviam dietas no intuito de reverter quadros de desregulação humoral provocados por imoderações ou deficiência alimentar, que se manifestavam na forma de doenças, e beber em doses apropriadas fazia parte do processo. No tratamento do que Piso chama de torpor dos membros, o douto recomenda que “só se admita o ar purificado dos raios solares”, que à noite o ar seja “aquecido por fumigações”, que se beba “vinho diluído, aquecido no ato, uma decocção de pau de sassafrás nativo” e que “a comida seja ótima de nutrimento, porém, seca. Sejam servidas ao doente aves montesinas, perdizes, faisões, pombos, e outras deste gênero, assadas”, ajuntando-se “alho, cebola e pimenta brasileira, se a febre não o impedir e as evacuações já tiverem começado”. A receita termina com as “bebidas de caldos e leite de cabra [que] fortificam e são muito úteis”, devendo ser complementada com “decocção de salsaparrilha e sassafrás”, além de “gordura de cobras misturada no espírito de vinho [...] com pimenta brasiliense” e intervenções externas de banhos e fumigações secas, visto que o desequilíbrio dos humores úmidos no corpo do doente teria grande protagonismo no achaque.²⁶⁹ Em outro caso, desta vez provocado pela propensão do organismo aos fluidos frios, a doença que Piso denomina prolapso da cartilagem mucronada²⁷⁰, responsável pelo “abatimento em todo o corpo, com dor de estômago, às vezes com vômitos, suma dificuldade de respiração causada pelo resfriamento dos músculos do tórax e, principalmente, pela compressão da cartilagem mucronada”, exigia “a ministração interna e externa de medicamentos resolutivos, calefacientes e tônicos” para que fosse curada. Os preparos para uso interno deveriam consistir em “pílulas estomáquicas, mel silvestre, xarope de tabaco, vinho generoso e algumas gotas de bálsamo de Copaíba diluído”, somando-se a “decocção de salsaparrilha, sassafrás, com sementes de anis e cinamomo, com uma pitada de pó de *Ibiraée* e *Nhambi*”²⁷¹. Os caldos para uso do doente” deviam ser temperados “com o açafraão indígena *Urucú*, a pimenta brasileira sativa e silvestre; e, se nada o impedir, com cebolas e alho”.²⁷²

da aplicação e sorvo de mezinhas e remédios. VIGARELLO, Georges. op. cit., 2001, p. 79. Ver também: VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. op. cit., 2017, p. 114-119.

²⁶⁹ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 95, 96.

²⁷⁰ Processo xifoide, cartilagem que forma a extremidade inferior do esterno, na caixa torácica.

²⁷¹ Chicória.

²⁷² PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 104.

Outro uso comum das bebidas nos métodos médicos era sua adição às misturas de mezinhas e outros preparos com frutos e raízes macerados, como bases para as diluições ou como ingredientes coadjuvantes das receitas. Para tratar do que se chamava de fluxos do ventre, que abrangiam uma variedade de problemas – dentre eles a disenteria – decorrentes das vísceras “opiladas e [...] atacadas por humores maléficos em qualidade e quantidade” e que “procuram por fim a exoneração”,²⁷³ Piso recomenda “a raiz *Ipecacuánha*, como a âncora sagrada”, as “nozes *Munduy-guacú* ou vômicas (das quais o vulgo imperito não só usa como abusa, pois que energicamente purgam por meio do vômito e do ânus)”, xarope de tabaco, ou óleo de copaíba. Segundo Georg Marcgraf, a ipecacuanha, quando macerada “de noite numa mistura de água e vinho”, fervida e coada de manhã, servia “de vomitório e purgante”, produzindo “ótimo resultado na disenteria e outras afecções do vente; quanto mais nova é a raiz é melhor” e “nalguns serve mais para vomitório do que purgativo”.²⁷⁴ A pinha *Mundy-guaçu*, também chamada de noz catártica americana, era indicada “nas diuturnas obstruções das vísceras naturais”, dando-se “quatro ou cinco núcleos maduros, sem as películas interiores e exteriores, depois de ligeiramente torrados e macerados em vinho, sem prescindir dos corretivos”.²⁷⁵ Contudo, se tais ingredientes não estivessem à mão, dever-se-ia recorrer ao “mechoação ou um pouco de semente de rícino americano macerado em espírito de vinho” pois o “remédio elimina com mais eficácia o humor vicioso e superabundante”,²⁷⁶ especialmente o rícino, que faz com que o “o ventre se evacue mais benignamente dos humores grossos”.²⁷⁷ Elias Herckmans, que chegou ao Recife em 1635, servindo como Conselheiro Político e posteriormente designado como diretor de Itamaracá antes de administrar as capitanias da Paraíba e do Rio Grande, ainda que não fosse um diplomado nas artes médicas, também trata da *mecheoacana*, conhecida como batata-de-purga: afirma que era “tão abundante que ninguém” se dava “ao trabalho de a secar” e que, ao raspar sua raiz e espremer seu sumo, deixando-o coagular ao sol, “em forma de um chifre pequeno de carneiro, do tamanho de uma fava”, e tomando a substância “com um pouco de vinho, [...] é ela o purgante mais brando e agradável que se pode cogitar, dentre os remédios que menos enfraquecem o corpo”.²⁷⁸ Piso ainda cita alguns outros botânicos cuja maceração auxiliaria no expurgo dos problemas do

²⁷³ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 105.

²⁷⁴ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 17.

²⁷⁵ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 384.

²⁷⁶ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 106, 107.

²⁷⁷ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 386.

²⁷⁸ HERCKMANS, Elias. “Descrição geral sobre a capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 97.

ventre, como o arbusto *Caaopiá*, denominado pau-de-lacre, que, macerado “meia ou uma dracma durante uma noite inteira em vinagre [...] ou espírito de vinho, e dando-se a beber com vinho, relaxa o ventre e exonera fortemente pelos órgãos inferiores”.²⁷⁹ Segundo Marcgraf, a raiz do dito arbusto, “posta em infusão no vinho, durante um dia natural” e depois espremida, quando dada “de manhã ao que sofre de disenteria, ficando em jejum por quatro horas [...] purga de maneira que vem a cessar” a doença.²⁸⁰

As macerações em licores também eram receitas para as doenças venéreas, como a sífilis e a gonorreia, muito disseminadas entre os corpos durante a conquista holandesa.²⁸¹ Apesar de sararem rapidamente e serem de cura simples segundo Piso,²⁸² o descuido poderia levar a devastações. Para a *lues*, o médico afirma haverem divergências sobre a eficácia do vinho na expulsão dos suores e impurezas pelos poros como alívio para o doente.²⁸³ Contudo, anota que os frutos imaturos do jenipapo, “triturados e reduzidos à forma de cataplasma, são aplicados nas úlceras malignas e nos cravos da *lues venérea*”, e o vinho “que deles se espreme” é utilizado “para os mesmos fins, quando velho”, tornando-se “mais quente e menos adstringente”²⁸⁴ – um dos poucos exemplos do uso de bebidas da terra nas intervenções terapêuticas. Para a gonorreia, Piso receita “a *Guabipocaíba*, chamada pelos lusitanos *Pão Podre*” e que ele denomina “árvore siliquosa”, cuja “raiz, cortada em pequenas lascas, macerada no caldo de cana-de-açúcar destilado,²⁸⁵ exposta ao ar, enche-o de propriedades abstergentes e diuréticas; bebido pela manhã e à tarde, limpa muito” os rins e a próstata.²⁸⁶ A maceração acompanhada de licores também servia para usos tópicos, como no caso da pimenta americana, de nome *Quiya*. Seu fruto seco moído e misturado “em espírito de vinho move a urina, restaura os membros entorpecidos e imobilizados, sendo lavados com ela reiteradas vezes”.²⁸⁷ Contudo, Piso adverte que o uso da mezinha merece cuidados, pois a inflamação do corpo tratada

²⁷⁹ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 285.

²⁸⁰ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 52.

²⁸¹ É notório, segundo Gilberto Freyre e José Antônio Gonsalves de Mello, o grande número de prostitutas que vieram para o Recife durante a ocupação holandesa, e a devassidão como síntese da vida moral, comportando tantos vícios a ponto de ser comparada a Sodoma pelo padre Vicente Soler. Ainda segundo Freyre, os “sobrados-cortiços e [...] sobrados-bordéis” da cidade eram os “pontos mais intensos de sifilização no Brasil”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004, p. 274.; MELLO, José Antônio Gonsalves. op. cit., 2007, p. 130-133.

²⁸² PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 118, 120.

²⁸³ Ibid., p. 118, 119.

²⁸⁴ Ibid., p. 312, 313.

²⁸⁵ É razoável supor que seja uma forma destilada da garapa.

²⁸⁶ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 120.

²⁸⁷ Ibid., p. 472.

imoderadamente com tal fruto acre nos trópicos acarretaria em dores e abcessos internos, especialmente nos “jovens e varões que se não abstém do vinho”.²⁸⁸

Por fim, o outro uso terapêutico das bebidas se dava na preparação de contravenenos,²⁸⁹ que socorriam aqueles mordidos ou infectados por contatos com diversos bichos.²⁹⁰ Marcgraf cita o pau-de-lacre como bom recurso nesses casos. Afirma que a infusão de sua raiz é “notável remédio contra venenos” assim como útil contra a “disenteria”.²⁹¹ Da *Nhambi*, também se produzia “remédio efficacíssimo contra quaisquer mordeduras de animais venenosos, fazendo uso de meia onça com vinho, ou se o cozimento dela é tomado com meia parte de vinho”.²⁹² Piso cita a raiz *Caapeba*, “tão louvada [...] pela exímia faculdade de que goza contra os venenos”, que, “triturada com as folhas, bebida com vinho, reprime a violência do veneno ingerido, e expele-o radicalmente, sobretudo se for proveniente de excesso de friagem”.²⁹³ O douto e seu assistente também descrevem os possíveis usos de partes de animais para tratar os envenenamentos. Ambos discorrem sobre os benefícios do chifre de *Anhyma*, o pássaro anhumã, que, posto em infusão no vinho durante a noite e ingerido, expurga “os suores e a essência maligna [...] para a periferia do corpo”.²⁹⁴ A título de nota, Marcgraf também elenca os benefícios dos espinhos do ouriço-cacheiro, chamado de *cuandu*, ainda que não lhes atribua função de contraveneno. Esses, “reduzidos a pó fino e depois tomados no vinho, numa determinada quantidade, expelem os cálculos renais e vesicais”, e também têm “grande utilidade para curar a dor da cabeça, quando aplicados à fronte ou às maxilas, onde de tal maneira ficam aderentes, que à semelhança de sanguessuga, não caem antes de haverem sugado o sangue, que causa a dor e deixando livre o doente”.²⁹⁵ Johan Nieuwhof, outro que não foi um diplomado nos saberes médicos, também contribui para a lista de possíveis empregos de bebidas na feitura de contravenenos. Segundo o alemão, para socorrer aqueles mordidos pela cobra *ibiracoa*, cuja “picada, muito venenosa, é seguida dos mesmos sintomas que as da surucucu e mata infalivelmente, se não se aplicarem os remédios adequados”, devia-se “ministrar ao paciente, juntamente com vinho, a carne da própria cobra cozida com certas raízes”.²⁹⁶

²⁸⁸ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 474.

²⁸⁹ Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, discorre sobre o uso – e crença ferrenha do século XVIII – de aguardente de cana como “terapêutica antiofídica”, usada para socorrer os paulistas mordidos por cobras. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 113, 114.

²⁹⁰ Como exemplo, citam cobras, sapos e peixes como o baiacu.

²⁹¹ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 52.

²⁹² Ibid., p. 51.

²⁹³ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 546.

²⁹⁴ Ibid., p. 216.

²⁹⁵ MARCGRAF, Georg. op. cit., 1942, p. 233, 234.

²⁹⁶ NIEUWHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 56.

Observa-se, também, na mesma época, um outro emprego dos licores em benefício do corpo: elevar os ânimos e a disposição dos homens para atividades e trabalhos pesados. Ainda que de diferentes maneiras, beber antes ou mesmo durante a labuta era uma prática tanto dos europeus quanto dos índios. Os primeiros tinham as bebidas, principalmente as aguardentes, como energéticos,²⁹⁷ motivadores do espírito e do organismo para o exercício de serviços penosos ou atividades belicosas. Os segundos faziam grandes quantidades de vinhos quando tinham de juntar-se para trabalhar a terra por longos períodos de tempo, bebendo todos os dias até que o serviço estivesse terminado, o que funcionava como uma espécie de fomentador da reunião dos braços das aldeias e uma recompensa ao fim de cada jornada.

As aguardentes, como mencionado, eram prescritas como parte das rações diárias de marinheiros a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Hendrick Haecx²⁹⁸ e Pierre Moreau²⁹⁹ noticiam a presença dos destilados entre as porções distribuídas em alto-mar. Num período que creditava uma série de benefícios ao consumo moderado de bebidas, seus usos foram guiados por diversos propósitos nesse sentido, entre eles o ânimo e fomento ao trabalho, assim como a manutenção da paz nos conveses. Em terra, também dava-se de beber àqueles prestes a executar serviços pesados, havendo casos de soldados, marinheiros e até mesmo escravos que recebiam porções de aguardente ou vinho em tais ocasiões. Durante a breve ocupação holandesa de Salvador, em 1624, Johann Gregor Aldenburgk faz nota a respeito de recompensas na forma de licores pelo trabalho realizado por alguns soldados da WIC. O alemão conta que, “havendo os soldados terminado a construção do hornaveque [...], onde plantaram uma laranjeira, dirigiram-se todos os da sua companhia, armados dos instrumentos de trabalho, à residência do coronel, na qual cada um recebeu um canjirão neerlandês de vinho das Canárias”.³⁰⁰ Tal pagamento também era praticado em outras partes das Índias Ocidentais em que a WIC se fez presente. Johannes de Laet menciona a indisposição de alguns soldados em “trabalhar de graça” na construção de um forte em Curaçau, por volta de junho de 1635, e que só “acederam a fazê-lo pagando-se-lhes um jornal”. Após combinado o pagamento, os soldados “se portaram bem [...] na construção do forte”, pois passaram a dar-lhes “de manhã um pouco de aguardente e à tarde vinho espanhol”.³⁰¹ Voltando ao Brasil, Mathias Beck, em 1649, narra

²⁹⁷ SCARANO, Julita. “Bebida alcoólica e sociedade colonial”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. Vol. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 469.

²⁹⁸ HAECX, Hendrick. op. cit., 1950, p. 57.

²⁹⁹ MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 62.

³⁰⁰ ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 195, 196.

³⁰¹ LAET, Johannes de. op. cit., 1925, p. 124.

algumas situações em que também se fez uso de bebidas durante a execução de alguns esforços de construção, na época em que o explorador estava capitaneando as buscas por possíveis minas de prata no Ceará. Beck disserta sobre o andamento de algumas obras de fortificação na região onde estavam instalados, e conta da ocasião em que ordenou que dessem “aos homens que trabalharam hoje, bem como aos de ontem, [...] um meio quartilho de aguardente e um pouco de fumo para melhor anima-los e encoraja-los no trabalho”. Também mandou que, quando confirmado que tivessem feito um bom serviço, dessem “todas as tardes a cada trabalhador meio quartilho de aguardente ou, em vez desta, a cada esquadra meia libra de fumo”, enquanto durasse a obra.³⁰² Já em outro momento, no qual estavam transferindo materiais de construção ao longo de uma praia, Beck conta que “vieram à terra os marinheiros dos iates e mais embarcações, e ordenei-lhes que, com oito soldados, um sargento e quatro negros, fossem com o carro ao velho forte” buscar telhas para a construção de um armazém “para guardar os víveres e as munições de guerra”. Porém, “como a areia frouxa ao longo da praia torna muito penoso este serviço, a fim de animá-los e encorajá-los, concedi que em cada viagem, tanto na ida como na volta, lhes seja dado, por cabeça, meio quartilho de aguardente”.³⁰³

Em alguns casos, contudo, alguns tragos antes de trabalhar poderiam resultar em problemas. Johan Nieuhof narra um acidente que presenciou, causado por marinheiros embriagados ao descarregarem um navio no Recife, ébrios de tal maneira que mal podiam “fazer o seu trabalho”, deixando “cair um barril de vinho, do que resultou a morte de um homem, ficando vários outros feridos”. Ao chegar ao local, Nieuhof procurou “restabelecer a ordem e impedir que bebessem durante o trabalho e para prevenir outras desgraças”.³⁰⁴ Ainda que as condições anteriores a este acidente não tenham sido expostas claramente pelo alemão, com exceção de que a nau em que navegavam havia capturado um carregamento de vinho e com ele se embriagaram, não seria de se espantar que a permissividade desta bebedeira por parte das autoridades da embarcação tivesse relação com a prática de distribuição de licores antes de trabalhos pesados.

Os europeus, e particularmente os neerlandeses, também costumavam dar de beber aos soldados antes de enviá-los para escaramuças e batalhas, prática, como referido no capítulo anterior, batizada de *Dutch courage* pelos ingleses, que também a adotaram na medida em que aderiram ao consumo de *genever*, destilado majoritariamente produzido nas Províncias Unidas

³⁰² BECK, Mathias. “Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XVII. S/ local, s/ número, 1903, p. 360.

³⁰³ Ibid., p. 371.

³⁰⁴ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 292.

nas primeiras décadas do século XVII. No Brasil, há notícias dessa prática de beber antes do engajamento bélico em situações nas quais vinho de uvas foi distribuído entre a soldadesca. Segundo o predicante calvinista Joannes Baers, durante a invasão de Olinda em 1630, antes de desembarcarem e conduzirem a peleja à terra firme, o coronel Diederick van Waerdenburgh ordenou que os homens bebessem quando “fez vir à câmara todos os soldados que se achavam no navio, em número de 300, aos grupos de oito e dez, e escançou a cada um um trago de vinho de Espanha, exortando-os à coragem e ao valor, dizendo que poderia morrer, mas nunca os abandonaria”.³⁰⁵ Cerca de 20 anos depois, numa situação curiosamente inversa, na qual os batavos sofriam ataque de uma esquadra portuguesa às portas de Recife, Hendrick Haecx anota:

O comandante Casper Goverts enviou um barco ao governo com aviso de que tudo ia bem e de que se aprontavam para hoje novamente atacar o inimigo, pedindo que fossem providos de papel cartucho; não sendo o mesmo encontrado nos armazéns da Companhia, pediu-se algum emprestado ao Sr. Brest e, com um barril de vinho espanhol para encorajar o pessoal, foi despachado novamente para a nossa esquadra.³⁰⁶

Ainda que o vinho fornecido aos militares no Brasil difira do *genever*, o objetivo com a distribuição da bebida entre os homens é bastante claro nas duas passagens, e ilustra a prática de beber como incentivo antes ou mesmo durante o engajamento bélico.

Os nativos também lançavam mão de suas beberagens em ocasiões de trabalho, especialmente ao cultivarem as suas terras. Fernão Cardim conta que os gentios da nação brasileira, “quando hão de fazer algumas cousas, fazem vinho e avisando os vizinhos, e apelidando toda a povoação lhes rogam os queiram ajudar em suas roças, o que fazem de boa vontade, [...] trabalhando até as 10 horas tornam para suas casas a beber os vinhos”, e, caso não terminem a tarefa num só dia, “fazem outros vinhos e vão outro dia até as 10 horas acabar seu serviço”.³⁰⁷ O padre capuchinho Yves D’Evreux, que esteve no Maranhão durante a tentativa de ocupação francesa da região entre 1612 e 1614, fornece uma descrição das capacidades e hábitos de trabalho dos índios maranhenses, muito semelhante à de Cardim sobre os brasileiros no que concerne ao papel das bebidas.³⁰⁸ Aqueles índios, segundo D’Evreux, “além de serem corajosos e bons soldados, trabalham muito bem”,³⁰⁹ tendo uma rotina organizada em que todos,

³⁰⁵ BAERS, Pe. Joannes. op. cit., 2004, p. 16, 17.

³⁰⁶ HAECX, Hendrick. op. cit., 1950, p. 139, 140.

³⁰⁷ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925, p. 173.

³⁰⁸ Segundo, João Azevedo Fernandes, “os ‘vinhos’ eram fartamente usados nas atividades quotidianas, especialmente quando se tratava de coordenar o trabalho de indivíduos de várias malocas diferentes, o que ocorria, por exemplo, nos mutirões”, uma faceta aparentemente partilhada entre muitos povos nativos do litoral setentrional nos primeiros séculos da colônia. In: FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens Bebedeiras*: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial (séculos XVI-XVII). São Paulo: Alameda, 2011, p. 99.

³⁰⁹ D’EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil pelo padre Ivo D’Evreux*. São Luís do Maranhão: Typographia do Frias, 1874, p. 38.

independentemente da posição em seus grupos sociais, davam-se à labuta. O capuchinho prossegue: “Os Principais³¹⁰ [...] que necessitam de roças maiores, preparam um *Cauim* geral, e como todos partilham dele, se incumbem de cuidar nas plantações, o que fazem com alegria numa ou duas manhãs”, indo depois “beber na casa daquele para quem trabalharam, bebendo cada um quando chega a sua vez, e quando o acham bom o gabam com todas as suas forças, compõem cantigas adequadas, que entoam ao redor da casa ao som do Maraca³¹¹ [...]”.³¹²

Essa relação dos gentios com seus vinhos em situações labutais, nas quais a bebedeira do fim do dia funcionava como recompensa pelo esforço despendido, certamente foi percebida e explorada pelos europeus. Gaspar Barléus, de maneira semelhante a Adriaen van der Dussen, citado no capítulo anterior, afirmou o seguinte sobre os brasileiros: eram “solícitos somente com a bebida e com os panos de que fazem para as mulheres camisas e para si uma vestimenta exterior”, não se importando “com dinheiro, a não ser para comprarem vinho espanhol e aguardente”. Dessa maneira, os europeus os alentavam com a “promessa e esperança destas coisas”, e quando delas providos suportavam “alegres quaisquer labores, e sem elas os tolera[va]m de mau grado e um tanto tristes”.³¹³ Fernão Cardim reitera a inutilidade do dinheiro para os nativos, pois o padre afirma que “principalmente a troca de vinho fazem quanto querem; [...] e deste modo usam os brancos prudentes, que sabem a arte e maneira dos índios, e quanto fazem por vinho, por onde lhes mandam fazer vinhos, e os chamam às suas roças e canaviais, e com isto lhes pagam”.³¹⁴ É muito provável que essa troca de bebidas por trabalho nas plantações de cana-de-açúcar tenha tido papel importante na apropriação da garapa e de outros licores canavieiros pelos nativos, como havia registrado Ambrósio Fernandes Brandão.

Como tem sido possível perceber até aqui, os papéis cotidianos do consumo de bebidas se mostram bastante variados entre os diferentes grupos que coabitaram o Brasil setentrional à época da conquista holandesa. Além de instrumental nas intervenções médicas, nos trabalhos pesados e nas atividades belicosas, as bebidas também extrapolavam a utilidade ao corpo. Curiosamente, havia importantes relações entre os licores e a memória dos que as consumiam, particularmente entre os povos indígenas. Willem Piso enaltece a força da rememoração coletiva e ancestral entre os brasileiros. Segundo o douto, esses nativos, “até agora ignorantes

³¹⁰ “Senhores da fala”, chefes tupinambás, segundo João Azevedo Fernandes. FERNANDES, João Azevedo. “Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás”. *Tempo*: revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Número 22, janeiro de 2007, p. 111.

³¹¹ Tipo de chocalho.

³¹² D’EVREUX, Yves. op. cit., 1874, p. 38, 39.

³¹³ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 156.

³¹⁴ CARDIM, Fernão. op. cit., 1925, p. 173.

das letras e dos caracteres, conservam, entretanto, acuradamente a memória da antiguidade, tanto dos feitos de paz como de guerra; pois diligentissimamente transmitem aos mais moços as tradições recebidas dos maiores”, sendo que seus “velhos até gastam dias e noites inteiras naquelas narrações; os jovens aprendem facilmente as tradições e, retendo-as fielmente, por sua vez as inculcaram aos outros”.³¹⁵ É nesta força memorial que vê-se mais um contexto particular do beber entre os índios.

José de Anchieta, escrevendo ao seu superior em Roma, o padre Inácio de Loyola, em março de 1555, a fim de relatar o panorama dos trabalhos de conversão e educação dos nativos então iniciados pelos Jesuítas no Brasil, conta com tom otimista que seus catecúmenos aos poucos se afastavam das borracheiras e, conseqüentemente, de hábitos a elas relacionados e que eram tidos como plena manifestação de barbárie e incivilidade pelos irmãos da Companhia de Jesus,³¹⁶ a exemplo do canibalismo. Nas palavras de Anchieta, quando “a maioria está embriagada, se animam memórias maléficas passadas, e daí começam a se vangloriar, e o desejo de assassinar o inimigo e a fome de carne humana se exacerbam”.³¹⁷ Essas memórias tratavam principalmente de guerras e execuções de vingança. As bebedeiras, como discutido no capítulo anterior, tinham papel fundamental nos ritos antropofágicos e, ao que parece, recordações das glórias e feitos, pessoais e ancestrais, também se davam nessas ocasiões. Poucos anos antes da citada carta de Anchieta, em 1549, outro jesuíta, Manuel da Nóbrega, redige da Bahia uma correspondência aos seus irmãos inacianos em Coimbra, em que, ao tratar dos hábitos dos índios com os quais teve contato, conta brevemente sobre seus ritos antropofágicos. Nas palavras de Nóbrega, “quando cativam algum [inimigo], trazem-no com muita festa, com uma soga ao pescoço [...] e põem-no a cevar como porco, até que o hão de matar; para o que se ajuntam todos os da aldeia para ver a festa”. Na véspera da execução, “lavam-no todo, e no dia seguinte toram-no para um terreiro, atado pela cintura com uma corda”, até que “vem um deles mui bem ataviado, e lhe faz uma prática sobre seus antepassados; e, acabada, o que está para morrer lhe responde dizendo que é dos valentes não temer a morte, e que ele mesmo matara muitos dos seus, e que aqui ficavam seus parentes, que o vingariam, e outras coisas semelhantes”.³¹⁸ Ainda

³¹⁵ PISO, Willem. op. cit., 1957, p. 52.

³¹⁶ Nos aldeamentos, além da catequese, os inacianos se preocupavam em regular as bebedeiras indígenas no sentido de inibir seus cerimoniais e o exagero, que se desenrolavam nas barbáries condenadas pelos padres. O relatório de Anchieta diz respeito ao avanço dos seus pares nessa direção. FERNANDES, João Azevedo. op. cit., 2007, p. 109, 110; CARNEIRO, Henrique. op. cit., 2010, p. 141, 142.

³¹⁷ ANCHIETA, Pe. José de. “Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma (fim de março de 1555)”. In: LEITE, Serafim (org.). *Monumenta brasiliae*, volume II (1553-1558). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1957, p. 194.

³¹⁸ NÓBREGA, Pe. Manuel da. “Informação das partes do Brasil”. In: HUE, Sheila (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 38.

que Nóbrega não cite o consumo de bebidas, talvez porque não tivesse presenciado tal situação até aquela data, tendo em vista que escreve no ano em que os padres da Companhia de Jesus foram enviados pela primeira vez à América portuguesa, a presença dos fermentados dos gentios nessas ocasiões antropofágicas é registrada por nomes como Fernão Cardim, que também disserta a respeito do furor dos indivíduos nessas festas, sempre aos berros para que seus cantos sobre os próprios feitos de guerra fossem ouvidos pelos presentes, em meio à algazarra e gritaria geral. Gaspar Barléu repete a notícia de Nóbrega acerca das rememorações daqueles prestes a serem mortos na festança antropofágica. O batavo afirma que os índios, “com grande tripúdio matam os prisioneiros, tendo-os engordado cuidadosamente por alguns dias, e comem-nos assados em espetos”. Aqueles a quem se reservaria tal destino “marcham alegres para a morte, [...] publicando, como de uma resenha, as façanhas praticadas contra os seus próprios verdugos, ufanam-se de não morrer sem vingança”.³¹⁹ Vale lembrar que, como noticiou Gabriel Soares de Sousa, era comum que os prisioneiros a serem executados, enquanto esperavam pela morte durante os ritos de seus captores, também os acompanhavam na bebedeira.

Outra curiosa notícia sobre as rememorações nativas em torno das bebidas é da autoria do padre Antônio Vieira. Um século depois de Nóbrega e Anchieta, em 1654, o pregador conta, numa carta endereçada ao padre provincial do Brasil, Francisco Gonçalves, e provavelmente escrita no Maranhão, sobre o espanto que a inquietação dos índios de uma aldeia causou em alguns clérigos que a presenciaram ao chegarem ali em sua missão de catequese. Segundo Vieira, tendo em vista que “os índios são naturalmente de pouca conversação” e há sempre “grande silêncio [...] nas ditas aldeias, principalmente de noite, em que parece que não há nelas cousa vivente”, a barulheira alarmou bastante os padres. Contudo, logo julgaram “pela experiência que devia de ser vinho”, que, quando disponível “em alguma casa se expõe a todos os que querem ir beber, e ordinariamente querem todos, e ele é o que faz falar os mudos, e não há história dos passados, nem obrigação ou queixa dos presentes, que então não venha a prática, em que gastam as noites inteiras”.³²⁰

O relato que talvez seja um dos mais detalhados acerca dessa faceta memorial do beber dos nativos foi escrito por outro inaciano, de menos renome que Nóbrega, Anchieta ou Vieira. Jácome Monteiro, que veio ao Brasil como secretário do Visitador Geral, padre Manuel de Lima, em 1607, e escreveu, três anos depois de sua chegada, a *Relação da Província do Brasil*,

³¹⁹ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 44.

³²⁰ VIEIRA, Pe. Antônio. “Carta LXVI: Ao padre provincial do Brasil, 1654”. In: *Cartas*, volume I. São Paulo: Globo, 2008, p. 293, 294.

discorre sobre vários aspectos do cotidiano dos índios com os quais mantinha contato.³²¹ Em consonância às tópicas relatadas por seus coetâneos, Monteiro trata de um “dos mores apetites, que tem esta nação, [...] a matança dos inimigos, pelo que fazem extremos, donde” metem-se “com facilidade em evidentes perigos de morte, à conta de serem ávidos por esforçados, que entre eles é a suprema honra e felicidade, tomando novos nomes, conforme os contrários que matam, dos quais chegam alguns a ter cento e mais apelidos [...]”. O que segue no texto do padre são alguns comentários acerca de como os índios relatavam as matanças e a obtenção dos inúmeros apelidos. Monteiro escreve:

em os relatar são mui miúdos, porque em todos os vinhos, que é a suma festa deste gentio, assim recontam o modo com que os tais nomes alcançaram, como se aquela fora a primeira vez que a tal façanha acontecera; e daqui vem não haver criança que não saiba os nomes que cada um alcançou, matando os inimigos, e isto é o que cantam e contam. Contudo os cavaleiros nunca fazem menção dos seus nomes, senão quando há festa de vinhos, na qual se ouve só a prática da guerra, como mataram, como entraram na cerca dos inimigos, como lhe quebraram as cabeças. Assim que os vinhos são os memoriais e crônicas de suas façanhas.³²²

A colocação do jesuíta elucida exemplarmente a importância dos vinhos e da embriaguez na rememoração dos feitos presentes e passados entre os povos nativos do Brasil setentrional, funcionando como um ingrediente essencial para a memória coletiva daquelas culturas. A guerra e a vingança não eram as únicas atividades dignas de lembrança entre aqueles grupos, mas certamente gozavam aí de grande importância, ocupando um lugar privilegiado nas rememorações ébrias.

Mas voltemos aos holandeses. Talvez também seja possível observar uma relação entre sua embriaguez e a memória, ao menos no que concerne aos soldados relegados à mencionada precariedade enfrentada pelas forças neerlandesas no Brasil. Antes, contudo, esmiuçemos um pouco mais as suas duras condições de vida enquanto estiveram por aqui. Um dos ápices dessa dureza deu-se com o início da insurreição luso-brasileira, liderada por João Fernandes Vieira e proclamada em 13 de junho de 1645. As forças batavas foram confinadas ao Recife e às guarnições litorâneas, e a cidade foi sitiada. O cerco, que durou meses e adentrou 1646, mostrou-se excruciante para todos os grupos envolvidos. Muitas penas puseram-se a relatar o penosíssimo episódio,³²³ mas é Johan Nieuwhof quem compõe uma das narrativas que melhor

³²¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 393.

³²² MONTEIRO, Pe. Jácome. “Relação da Província do Brasil, 1610”. In: LEITE, Serafim. op. cit., tomo VIII, 2006, p. 409, 410.

³²³ Para citar algumas: DIÁRIO ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil (1645-1647). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. XXXII, 1887, p. 121-225; CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 243-247, 255-300; MOREAU, Pierre. op. cit., 1979, p. 61-65; SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo*

expõe a severidade da situação então enfrentada pelos batavos. Segundo o alemão, em meados de 1646, “a penúria se acentuava diariamente no Recife, a tal ponto que tudo quanto se considerasse comestível, quer nos armazéns, quer na posse dos particulares, era requisitado para uso comum” e, mesmo assim, “muita gente morria de inanição”. Gatos e cachorros “eram considerados finos petiscos. Viam-se negros desenterrando ossos de cavalo, já meio podres, para devorá-los com incrível avidez. Nem era menos suportável a falta de água potável devido ao rigor do verão e ao uso constante de carnes salgadas; todos os poços que se abriam minavam água salobra”.³²⁴ Neste cenário, a já precária “ração de uma libra de pão por semana foi suspensa ao povo” e concedida aos soldados, peças cruciais da defesa da cidade e na manutenção do frágil controle holandês da região. Ainda que pareça um privilégio à primeira vista, tal medida foi tomada pelos membros do governo pois, em face da grave situação enfrentada por todos no Recife, os militares, “induzidos pelos portugueses e atraídos por uma ração dobrada (enquanto existissem recursos), começaram a desertar rapidamente”.³²⁵ Um exemplo da preocupante situação das deserções para as autoridades batavas encontra-se na crônica de Manoel Calado, ao narrar os acontecimentos dos últimos meses de 1645. Na suspeita de “algum danado intento, que cheirasse a traição”, o Alto e Secreto Conselho espalhou espiões pelo Recife. Calado discorre sobre dois desertores que haviam se aliado aos luso-brasileiros, mas, com medo de serem descobertos pelas autoridades batavas, fugiram de volta à cidade. “Sucedeu que estando dois destes fugidos bebendo alegremente com outros seus patrícios em uma taverna, segundo seu ordinário costume, entre prática perguntaram os outros compatriotas se os portugueses faziam bom tratamento aos holandeses que andavam no seu exército”, questionando “se lhes davam boa ração e lhes pagavam seu soldo com pontualidade cada mês [...]”. Os fugidos “responderam que o tratamento era bom e que nunca lhes faltava a ração quotidiana de farinha e carne fresca em abundância, para cuja prova tinham ainda as suas mochilas cheias de farinha e carne assada e que no tocante ao soldo, todos os meses se fazia pagamento [...]”. Para provarem o “que diziam, meteram a mão nas algibeiras e mostram as patacas e mandaram vir cerveja e aguardente, com que brindaram aos circunstantes”. Ao saber do ocorrido, os membros do Conselho mandaram “prender aos dois e lhes deram tormento e suposto que não confessaram coisa alguma, os mandaram enforcar [...]”.³²⁶

João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984, p. 329-335.

³²⁴ NIEUHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 290.

³²⁵ Idem.

³²⁶ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. II, p. 178.

A instabilidade e as deserções dos homens de guerra, longe de serem exclusivas do citado episódio, foram constantemente testemunhadas nos anos anteriores por João Maurício de Nassau. Aos seus substitutos no governo do Brasil holandês, o Conde deixou, poucos meses antes da insurreição em Pernambuco, uma série de conselhos e notas, dentre as quais se acham suas impressões acerca da soldadesca, grupo que teve de gerir com certa cautela e atenção durante seu período como governador. Esses indivíduos, “propensos ao pior”,³²⁷ segundo o Conde, deveriam ter seu favor conquistado pelos governantes para que se evitassem problemas. Sendo assim, Nassau recomenda:

Atendei-lhes prontamente aos pedidos, evitando delongas, para que não se agastem, impacientes, com inútil demora, e não maquinem depois, em conciliábulo, traições, deserções ou violências contra os cidadãos, o que no Brasil é comum e fácil de acontecer, por causa da vizinhança dos inimigos, das quadrilhas de ladrões e dos esconderijos dos criminosos. Tende conta em pagar os soldos, mormente os dos comandantes: nada provoca tanta desobediência dos soldados ou lhes impõe a necessidade de delinquir, quanto a penúria. Sem músculos não andam os homens, nem têm eles resistência para a guerra sem dinheiro e sem mantimentos: com estas duas cousas são eficazes as armas, as quais a miséria torna sem vigor. [...] Vivem no meio da barbárie, onde os vícios não têm medida, e pelo trato quotidiano com os bárbaros peca-se pelo exemplo, e, por mais belos que julguem os nomes das virtudes, são muitos os que, entre selvagens, se descuidam da própria honestidade. É verdade antiga que a impunidade é negaça para o pecado, e que os maus se corrigem com o castigo e o temor. Descansareis de puni-los, se eles descansarem das faltas: estas serão mais raras, se eliminardes a indigência, causa de se insurgirem eles contra vós.³²⁸

Para não restringir a situação apenas à perspectiva das autoridades que se chocavam com a soldadesca, ouçamos o relato do aventureiro e comerciante francês Augusto de Quelen, que esteve no Brasil entre 1638 e 1639, e se meteu a apontar os erros e a corrupção da administração batava,³²⁹ tratando também da situação dos soldados. De Quelen escreve que, para um homem de guerra,

basta que tenha se recusado a ser lacaio ou cavalariaço, ou a exercer tal função, para ser levado a conselho de guerra pelo seu capitão, que muitas vezes é indigno de ser pajem de seu próprio soldado. As torturas e mais tormentos ordinários e extraordinários lá são aplicados no meio de risadas e por entre o fumo do tabaco e do vinho. [...] Em poucas palavras, a vida e a honra do soldado estão todos os dias em perigo, se ele não se conforma com os caprichos dos oficiais superiores, e, mesmo ausente, será condenado, sem ter sido visto nem ouvido por seus juízes.³³⁰

³²⁷ JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU apud BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 335.

³²⁸ Idem.

³²⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Documento 8. Introdução”. In: *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 415.

³³⁰ QUELEN, Augusto de. “Breve Relação do Estado de Pernambuco (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 439, 440.

A situação de carestia dos homens de guerra e o descaso de seus superiores e empregadores – ainda que não posto dessa forma pelo Conde – são notáveis, de maneira que a delinquência e os vícios desmedidos, que certamente incluíam a bebedeira, imperaram entre a soldadesca holandesa no Brasil. Muitos, como salienta Nassau, desertavam e “pecavam pelo exemplo” ao viverem entre os bárbaros da terra, notáveis bebedores daquele cenário, além de os homens do exército da Companhia já trazerem hábitos de consumo exagerado do Velho Mundo. Olhemos, pois, mais de perto as condições e ocasiões em que esses soldados se entregavam aos licores.

Em função da constante carência de suprimentos em quantidade e qualidade adequada para seu sustento, uma alternativa corriqueira para os militares da WIC – além da deserção – era se embrenharem nas matas circunvizinhas de seus postos para coletar o que pudessem e suplementar sua alimentação, além de ocasionalmente obterem frutos para o preparo de vinhos empregando métodos que aprenderam com os “bárbaros” do Brasil. Contudo, seus inimigos frequentemente armavam emboscadas e enviavam grupos de salteadores na tentativa de privar os holandeses dessa alternativa, prática comum desde os primeiros anos da presença batava em Pernambuco e especialmente incentivada em períodos de guerra aberta e pelejas constantes – notavelmente durante a breve ocupação de Salvador,³³¹ nos conflitos iniciais com a resistência local, na primeira metade da década de 1630, e durante a insurreição iniciada em 1645. Durante o citado cerco do Recife, como conta Diogo Lopes Santiago, gramático português e cronista da guerra de Pernambuco, “os mais dos dias faziam os holandeses fora” da cidade “para descobrir o [...] campo [luso-brasileiro] e buscar a água doce para beberem [...] e lenha”. Na maior parte das vezes que deixavam a cidade nessas empreitadas, “nunca se recolheram para o Recife sem lhes ficarem alguns mortos no campo e levarem consigo feridos para dentro, e nenhuma água nem lenha, porque os nossos capitães, que ocupavam as estâncias em contorno do Recife e Cidade Maurícia, davam sobre eles e os faziam retirar com danos, até se meterem debaixo de sua artilharia”.³³² Mais ou menos organizados, esses grupos de emboscada prejudicaram os batavos em várias ocasiões e localidades, representando grande obstáculo para as incursões em busca de suprimentos. Entretanto, a fome e, muitas vezes, a necessidade de um trago de bebida mostravam-se motivações pujantes, e o ímpeto de se embrenhar no mato atrás de alimentos e gêneros fermentáveis era inevitável. Nicolaes de Graeff, médico holandês e proeminente viajante, que esteve no Brasil entre 1649 e 1653, dá uma boa ideia da frequência e gravidade

³³¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 443-445, 448-452.

³³² SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 330.

dessas emboscadas, ao mesmo tempo que ilustra a obstinação dos homens em obterem víveres das matas para que fermentassem alguma bebida. Em meados de 1651, ao ver sua frota aportar no forte Santa Margarida, na Paraíba, para se reestabelecer após duro confronto marítimo contra uma poderosa esquadra lusa no Cabo de Santo Agostinho, De Graeff anota que ali seus aliados travaram “vários pequenos combates, tanto no mato como em campo aberto [...]”, e que “diariamente ocorriam escaramuças entre os nossos e os portugueses, e também entre os nossos e os indígenas brasileiros, e quase sempre com pouca vantagem” para os batavos, “porque os tapuias e brasilienses, aliados aos portugueses, não só eram superiores aos nossos em número, como conheciam melhor todos os passos e caminhos”. Afirmar também que “nesta região, bem como no Recife, em Olinda e na Paraíba”, os locais continuavam a os “hostilizar sem tréguas [...]”. Neste contexto, reporta que 20 soldados de sua companhia “tinham ido ao mato afim de espremer vinho do caju e apanhar goiabas” quando foram “atraídos por um grupo de tapuias e brasilianos, auxiliados por alguns portugueses”, caindo “em uma emboscada, perdendo quatro mortos e muitos feridos por flechas, azagaia e outras armas dos índios [...]”.³³³

Peter Hansen Hajstrup é um personagem que certamente merece atenção quando se trata do comportamento dos soldados da Companhia nas empreitadas autônomas em busca de provisões, especialmente por conta das precárias condições cotidianas de alimentação enfrentadas pelo dinamarquês, das quais já foi possível ter uma ideia até aqui. Em decorrência de tal conjuntura, Hansen constantemente se arriscava nas matas a fim de obter qualquer adição aos seus suprimentos, onde não raro deparava com inimigos. Mesmo fora de Pernambuco, o principal território da conquista batava, as emboscadas não se faziam menos comuns, e Hansen não deixa de conta-las. Em determinada ocasião, durante o seu primeiro ano servindo no Rio Grande, em 1646, o dinamarquês foi, com seis companheiros, “ao Forte Bruijn para colhermos debaixo das forcas algumas ervas e plantas para nosso sustento. Depois de termos enchido os sacos, os portugueses que aguardavam em emboscada nos atacaram, matando quatro dos nossos, que caíram ao pé das forcas, de maneira que só voltamos com três pessoas”.³³⁴ Após o episódio, alguns homens de seu destacamento foram ordenados a marchar e emboscar atrás do dito forte “os portugueses que diariamente atravessam o rio para capturar pessoas da nossa gente que lá iam pescar”.³³⁵ As emboscadas armadas pelos portugueses continuaram, e também

³³³ GRAEFF, Nicolaes de. “Viagem de Nicolaus de Graeff à costa do Brasil de 1649-1653”. Tradução de Alfredo de Carvalho. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Volume XIII. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, p. 82, 83.

³³⁴ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 63.

³³⁵ Ibid., p. 64.

a determinação de Hansen e de seus convivas de obterem recursos nos arredores de sua guarnição, o que incluía frutos para fazerem vinhos.

Quatro anos depois, o soldado narra uma dessas incursões com fins embriagantes. Hansen e seus camaradas subiram “o Rio Grande numa canoa, ao cajueiro de Pirangi, na intenção de fazermos vinho de caju; ficava a seis milhas do forte do Rio Grande. Mas, como recebemos novas de que lá havia muitos inimigos, tivemos que voltar já no outro dia, na mesma canoa”. Aparentemente, essas empreitadas de coleta de frutos e preparo de beberagens deviam se estender por alguns dias. O que se segue na narrativa é um notável exemplo da intemperança de Hansen e, quiçá, um vislumbre dos hábitos de beber daqueles em situação semelhante, estacionados no Brasil – soldados de baixa patente, mal providos ou acondicionados pela Companhia e submetidos às mercês da terra. Voltando ao episódio, o dinamarquês e alguns companheiros, em seu retorno ao forte do Rio Grande, tinham “a bordo algumas pipas de vinho e, como estávamos bebendo na canoa, chegando a estar um pouco bêbados, o alferes Reiner von Heyst começou a brigar com um soldado, batendo-lhe com uma pistola de jeito na nuca que [este] caiu na água”. O homem “sabia nadar e salvou-se na terra”.³³⁶ Hansen, então, envolveu-se na rusga:

Eu também meio bêbado, disse: ‘Senhor alferes, não fez bem assim. Se o homem não soubesse nadar, teria se afogado’. Ele perguntou o que eu tinha com isso. Eu era escrevente³³⁷ e não tinha nada que fazer com os soldados, unicamente devia ocupar-me da minha pena. ‘Se estava bêbado, bêbado estava, e não se perderia nada com um cachorro’. Eu respondi: ‘se ele é cachorro, então todos somos cachorros e você também; e assim quero brincar um pouco com você para ver quem de nós dois também deve nadar’. E como se levantara para bater-me com a espada na cabeça, caiu sobre uma pipa de vinho. Quando o vi, não demorei muito, tomei-o de uma perna e deslizei-o pela borda na água. Mas ele não sabia nadar e teria se afogado se os soldados não tivessem parado a canoa para recolhê-lo, depois de já ter ido ao fundo duas vezes.³³⁸

O caso ilustra a obstinação daqueles homens em obter alguma fruta para que pudessem ter o que beber, assim como o gosto em se embriagarem exageradamente. A situação não acabou bem. Hansen e o alferes foram presos por seus superiores e continuaram a rixa confinados nas celas do forte, até que este propôs um duelo de espadas como acerto de contas e condição para a cessação das hostilidades, opção acolhida pelo dinamarquês, que a “preferiria [...] a beber vinho” em camaradagem com o sujeito novamente. No combate, o alferes feriu Hansen no polegar, mas este, “antes que os sargentos nos separassem”, golpeou-o “por cima da cruz da

³³⁶ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 74.

³³⁷ Cargo ao qual é promovido em 1647, apesar de chegar ao Brasil como soldado raso.

³³⁸ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 74.

espada, cortando-lhe alguns tendões da mão e, com isso, acabou-se a luta. Fomos tratados e de novo nos suportamos em paz e amizade, mas ele ficou com um dedo imóvel pelo resto da vida”.³³⁹

Outro episódio, ocorrido no mesmo ano, que também ilustra a frequência das buscas por gêneros fermentáveis de Hansen, é o da queda de um cajueiro que sofreu quando trepava para tentar apanhar alguns frutos, numa ocasião em que “queríamos fazer vinho de caju. Caí quase morto e, por isso, tive que ficar dois dias ainda na casa” de certo regedor “até que estivesse restabelecido”.³⁴⁰ A incidência com que relata ocasiões em que bebeu em demasia, quase sempre se envolvendo em brigas e confusões com seus companheiros, também são notáveis – tendo em vista que seu diário, embora cubra um período de 11 anos, é deveras sucinto.³⁴¹ Além de buscar por alimentos da terra para o preparo de licores, o soldado dinamarquês também consumia vinhos da Madeira quando possível – o que talvez fosse facilitado por sua promoção a escrevente em 1647, cujo salário era de 14 florins mensais, ao passo que fora inicialmente contratado como soldado, por 8 florins mensais.³⁴² Frequentava locais que aparentemente seriam albergues, prostíbulos e tabernas para beber este licor do Velho Continente, o que conta em mais de uma ocasião.³⁴³

Pela falta de mais testemunhos dessa natureza, ou seja, de relatos pessoais de militares de baixa patente que sofreram com as penúrias do cotidiano no Brasil, não há muitas outras referências às buscas cotidianas por frutos e à feitura de vinhos ao modo dos índios por parte desses homens. Pelas notícias legadas por Hansen, pelo relato de De Graeff e pela impressão de Nassau acerca da soldadesca desertora e dada aos vícios, tem-se uma ideia dos papéis cotidianos das beberagens da terra, substitutas dos caros licores importados, para esses homens de guerra no Brasil holandês. Instrumentos de avivamento da memória para uns, as bebidas aparentemente também serviram àqueles que almejavam uma breve suspensão amenizadora de sua situação deveras desfavorável, tendo em vista os riscos que corriam e a frequência com que aparentemente se engajavam nas incursões para obterem das matas algo para fermentar. Em outras palavras, os batavos se esforçavam em larga medida para beber e talvez com isso esquecer brevemente ou amenizar a penosa situação em que se encontravam no Brasil.

³³⁹ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 76.

³⁴⁰ Ibid., p. 82.

³⁴¹ A edição consultada, única tradução do relato para o português, tem 76 páginas.

³⁴² Para mais sobre as patentes e os salários do exército da Companhia das Índias Ocidentais, ver: MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 352.

³⁴³ HAJSTRUP, Peter Hansen. op. cit., 2016, p. 84, 90.

Ao mapear todos esses usos cotidianos das bebidas, desvinculado das situações alimentares ou puramente festivas e lúdicas, e notar que o consumo dosado e a embriaguez tinham papéis diversos, específicos e importantes a cada grupo social aqui tratado, amplia-se a perspectiva do consumo de licores no norte do Brasil durante o tempo dos flamengos. Ainda é preciso, no entanto, que este estudo sobre as práticas de beber contemple um aspecto fundamental: a moralidade.³⁴⁴ Os juízos emitidos acerca da ingestão de bebidas são fundamentais para a compreensão das forças em jogo nas tentativas de regulação da vida daqueles homens e das bússolas morais que guiaram os vários letrados – clérigos, governantes, militares, comerciantes, viajantes, aventureiros, entre outros – que se deram ao trabalho de opinar acerca da embriaguez do outro. Passemos, pois, ao último tópico deste estudo, o dos juízos morais sobre as bebidas e as práticas de beber.

³⁴⁴ CARNEIRO, Henrique. op. cit., 2010, p. 14.

CAPÍTULO 3 – DOS JUÍZOS E IMPRESSÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE BEBER

Durante a sua segunda missão diplomática a Paris e Haia (1647-1648), Antônio Vieira escrevia periodicamente ao Marquês de Nisa, embaixador luso na capital francesa, dando notícias de sua estada nas Províncias Unidas. Em determinada ocasião, no início de 1648, ao escusar-se em nome de seu companheiro de viagem, o jesuíta francês Jean Ponthelier, que naquele momento não estava apto a escrever ao embaixador, Vieira conta que o padre, por “se queixa[r] que lhe dão bem de comer e mal de beber, se encomendou a prova dos vinhos [...] de Bordeaux, o qual mostrou nela não ser de prova”. Contudo, para não alarmar seu correspondente a respeito de qualquer descomedimento repreensível da parte de Ponthelier, Vieira pede que “se não escandalize o reverendo Padre Frei Antônio” de Serpa, capuchinho e capelão do Marquês, pois adverte “que nesta terra não é pecado nem desonra”³⁴⁵ beber em demasia. Frente a uma cultura que encarava o consumo de bebidas de maneira distinta dos portugueses e de outras nações católicas, Vieira julgou necessária a ressalva a seus compatriotas. Tendo-se em conta as múltiplas culturas em contato à mesma época no Brasil dos holandeses, entre as quais a lusa e a neerlandesa, que encaravam os licores e a ebriedade de maneiras distintas, em que moldes se deram as impressões e juízos acerca das várias práticas de beber, expressos pelos indivíduos que se puseram a escrever sobre aquele cenário?

Ao tratar das características e costumes dos naturais da terra, o padre Simão de Vasconcelos, em seu *Notícias curiosas e necessárias sobre o Brasil*, afirma: “Nos mais costumes são como feras, sem polícia, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos; e só nesta parte esmerados, porque os fazem de castas inumeráveis”.³⁴⁶ Desde os primeiros anos da presença jesuítica na América portuguesa, grande parte dos olhares sobre o beber das culturas locais era acompanhado de impressões negativas e condenatórias, e essas reprovações passaram a figurar como tópica dos escritos inacianos, a exemplo da obra de Vasconcelos, assim como de outros textos em língua portuguesa. Tamanha era a repreensão desses hábitos que, quando suprimidos ou extirpados do cotidiano indígena no processo de catequese conduzido pela Companhia de Jesus, os padres expressavam certo sentimento de triunfo. Em 1585, José de Anchieta escreve que, “depois de [convertidos a] cristãos [...], nem há dificuldade em tirar-lhes rito nem adoração de ídolos porque não os têm e [abandonam] os costumes depravados de matar homens e comê-los, ter muitas mulheres e embriagar-se de ordinário com os vinhos e outros semelhantes [...] com facilidade”,

³⁴⁵ VIEIRA, Pe. Antônio. “Carta XVII – Ao marquês de Nisa. 1648 – Janeiro 12”. In: *Cartas*, volume 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 117, 118.

³⁴⁶ VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Noticias curiosas e necessarias sobre o Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824, p. 77.

tornando-se “mui sujeitos a nossos Padres como se fossem religiosos e lhes têm amor e respeito e não movem pé nem mão sem eles [...]”.³⁴⁷ Outra expressão do sucesso no exercício da catequese dos nativos data de 1654 e vem relatada na mesma carta de Antônio Vieira enviada ao padre provincial do Brasil citada no capítulo anterior, epístola em que narra alguns progressos da missão que tomava parte no Maranhão. Naquelas paragens, conseguiram restringir o “cantar e bailar, [...] beber e alegrar-se” dos índios à “moderação devida”, uma vitória aos olhos de Vieira haja visto o quão “inclinados são a gastar as noites em seus brincos e passatempos [...]”.³⁴⁸

A condenação do beber nativo não é rara nos escritos neerlandeses produzidos durante os anos de sua presença no norte do Brasil. São muitos os textos que reverberam as impressões de que as bebedeiras indígenas resultavam em posturas viciosas, condenáveis e vergonhosas. O Conselheiro Político Elias Herckmans, ao tratar das características da capitania da Paraíba em 1639, então sob sua direção, anota que ali “os brasileiros espremem o sumo [do caju] para fazer uma beberagem, com que completamente se embebedam, e então se abandonam a grosseiros e bárbaros pecados”.³⁴⁹ As impressões de Johan Nieuhof, escritas cerca de uma década depois, mostram-se muito similares. O alemão afirma que os gentios “vivem muito quietos, a menos que bebam; nessas ocasiões cantam e dançam dia e noite” e “a bebedeira avassala os indivíduos de ambos os sexos e dá lugar a brigas, bem como a vícios abomináveis”.³⁵⁰ O cronista Gaspar Barléu também pontua que os brasileiros “matam a fome sem manjares delicados, mas não mostram a mesma temperança quanto à sede, porque para eles é menos vergonhoso atravessar o dia e a noite bebendo”.³⁵¹ Já Zacharias Wagener acentua ainda mais o olhar negativo sobre os hábitos embriagantes dos mesmos brasileiros, ao discorrer sobre seu gosto pelas aguardentes, cujo abuso configuraria um motivo de vergonha em sua perspectiva. O cartógrafo anota que, ao conseguirem boa quantidade dessas bebidas,

³⁴⁷ ANCHIETA, Pe. José de. “Informação da província do Brasil para nosso Padre”. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 435.

³⁴⁸ VIEIRA, Pe. Antônio. “Carta LXVI: Ao padre provincial do Brasil, 1654”. In: *Cartas*, volume I. São Paulo: Globo, 2008, p. 294.

³⁴⁹ HERCKMANS, Elias. “Descrição geral sobre a capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 88.

³⁵⁰ NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 348.

³⁵¹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora governador de Wesel, tenente-general da cavalaria das Províncias Unidas sob o príncipe de Orange*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 155.

[...] sentam-se todos em roda, colocando a cachaça³⁵² no centro, e começam a beber desbragadamente. Enquanto isso, alguns entoam canções bárbaras, a seguir levantam-se todos e, de mãos dadas, começam a dançar; tal é o seu gosto pela dança que passariam dias e noites a bailar e pular sem descanso caso não os prostrasse a fadiga, sendo a embriaguez a maior vergonha dessa pobre gente. Doravante, contudo, o uso diário de tais bebidas fortes não mais será permitido pelos oficiais [batavos encarregados de comandá-los].³⁵³

Esses são apenas alguns exemplos de uma tópica notável das impressões neerlandesas – e europeias – sobre o beber dos índios. De maneira geral, as culturas nativas eram tratadas como bárbaras e incivilizadas, especialmente por não terem conhecimento da(s) fé(s) do Velho Mundo. Como bem resume Antônio Vieira, “que dirá o tapuia bárbaro sem conhecimento de Deus? Que dirá o índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa Fé? Que dirá o etíope boçal, que apenas foi molhado com a água do baptismo sem mais doutrina? Não há dúvida de que todos estes, como não têm capacidade para sondar o profundo de vossos juízos, beberão o erro pelos olhos”.³⁵⁴ Por essa ótica, as várias festividades dos gentios, sempre palcos da ebriedade, se destacam como manifestações condenáveis. Entretanto, cabe notar que o cenário que majoritariamente figura nas impressões negativas é o das festanças e borracheiras, palcos da bebedeira desmedida. Quando as penas se prestam a dissertar sobre outros contextos em que se bebia, a exemplo do grande preparo de vinhos entre os índios com fim de reunirem braços para trabalharem a terra, ou mesmo a importância memorial dos licores para as comunidades nativas – ainda que as lembranças se expressassem por meio das gritarias e danças –, são relatadas em tom muito mais descritivo e curioso do que condenatório.

As impressões sobre o beber dos escravos são igualmente negativas, mas bem menos incidentes nos textos escritos no período. Zacharias Wagener descreve as danças dos cativos de maneira similar às ocasiões em que os indígenas se davam às suas borracheiras, mas, ao que parece, o alvo de condenação dos letrados era aquilo que os negros consumiam, ou seja, a garapa e suas variantes – talvez em função da precariedade de seus preparos, do público escravo ao qual eram primariamente associadas, e por conta de sua disseminação e efeito negativo entre as gentes. Tais impressões diferem daquelas registradas sobre as beberagens dos índios que, no

³⁵² Uma das únicas menções presentes na documentação de autoria neerlandesa em que o termo “cachaça” designa uma bebida destilada. Contudo, pelo fato dos coetâneos neerlandeses de Wagener empregarem a palavra para denominar a espuma do caldo de cana, e pelo termo ser usado pelo alemão ao tratar dos nativos, que chamavam de *cacitata* ou *kacitata* as bebidas fortes europeias, preferiu-se alinhar a semântica da palavra aos espirituosos importados em geral, não ao destilado de mel da cana-de-açúcar.

³⁵³ WAGENER, Zacharias. “O ‘Thierbuch’ e a ‘Autobiografia’ de Zacharias Wagener”. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 164.

³⁵⁴ VIEIRA, Pe. Antônio. “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda pregado na Igreja de N. S. da Ajuda, da cidade da Baía, com Santíssimo Sacramento exposto, sendo este último de quinze dias, nos quais em todas as igrejas da mesma cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações no ano de 1640”. In: *Obras escolhidas*. Volume X, Sermões. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954, p. 55.

máximo, despertavam asco aos olhos e paladares europeus, mas eram comumente encaradas como integrantes do repertório de consumo cotidiano das culturas nativas, cujas *quantidades* sorvidas e as manifestações da subsequente ebriedade seriam os grandes problemas. No que tange às bebidas canavieiras, Johan Nieuhof tinha a garapa como uma mistura detestável, e Piso considerava-a uma vilíssima bebida, que era consumida por uma multidão promíscua de africanos e europeus, como já foi comentado. Entretanto, parece que, como sugerem as provisões emitidas pelas autoridades portuguesas ao longo das décadas de 1630 e 1640, citadas no primeiro capítulo, e a timidez das menções aos licores feitos a partir dos substratos da cana-de-açúcar nos relatos holandeses, a disseminação desses preocupava muito mais aos lusos do que aos batavos – que, vale lembrar, incluíram a garapa em panfletos de recrutamento como incentivo comercial à vinda de soldados ao Brasil nos anos finais da conquista.

As práticas neerlandesas em torno das bebidas, como observadas e descritas por luso-brasileiros, também eram criticadas do ponto de vista moral, o que parece ter sido largamente motivado pela orientação religiosa reformada de grande parte dos homens à serviço da Companhia das Índias Ocidentais, vista como herética pelos católicos. O beber desmedido dos batavos era uma manifestação dessa orientação herética,³⁵⁵ mas também constituía uma faceta de costumes opostos aos do lusitano, o que também contribuía com a dificuldade de aproximação entre as duas culturas deste lado do Atlântico, já imersas em tensões religiosas.³⁵⁶ Voltando às impressões portuguesas do beber dos holandeses, observemos o “diálogo sobre a decadência do Brasil” entre os comerciantes batavos Kees J. Schott e Jan Maet, publicado como folheto na Holanda em 1647, e escrito no intuito de criticar o desempenho dos membros do Alto e Secreto Conselho, trio de governantes que substituiu Nassau em 1644. O texto almeja pontuar “a diferença entre o governo desses sacripantas e o que foi no tempo do Conde

³⁵⁵ FERNANDES, João Azevedo. “A Contenção e o Excesso: Bebida, Embriaguez e Identidades Étnicas no Brasil Holandês. (1630-1654)”. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, 2005. v. 01. p. 10.

³⁵⁶ Segundo os membros do Alto e Secreto Conselho, em 1646, em relatório ao Conselho dos XIX, “a arrogância” dos portugueses “(embora submetidos pela força de armas) não deixa que se queiram dispor a aprender a nossa língua e muito menos a ser instruídos na religião reformada, em razão dos pesados vexames que receberam durante a guerra, por cujo motivo estão exasperados contra nós, e porque acham que os nossos, que vivem no interior, levam uma vida extremamente dissoluta e ateia, têm eles uma repugnância tão grande à nossa religião e aos nossos costumes, que nesse ponto não se pode esperar nada de bom”. BULLESTRATE, Adriaen van; HAMEL, Hendrick; JANSEN BAS, Pieter. “Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 272. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 27-40; SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês, 1630-1654*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 75.

Maurício”,³⁵⁷ elencando as várias medidas e atitudes corruptas levadas a cabo pela administração de Adriaen van Bullestrate, Hendrik Hamel e Pieter Jansen Bas.³⁵⁸ Dentre os vários problemas em torno do Conselho, afirma-se que era “acima de tudo insuportável” para os portugueses “serem governados por um carpinteiro, referindo-se a Bullestrate,³⁵⁹ e de outra parte por bebadozinhos, [...] os outros membros do governo; porque os portugueses, espanhóis e italianos consideram o bêbado mais abjeto que o rufião ou o assassino”.³⁶⁰ Assim, os interlocutores do diálogo atribuem o frequente excesso no beber demonstrado pelos Conselheiros como um dos fatores que contribuíram para o levante luso-brasileiro iniciado em 1645.

Essa perspectiva dos lusos avessos aos ébrios certamente encontra correspondência na produção escrita em língua portuguesa nos anos da conquista. No mesmo folheto citado, de título *O Machadão do Brasil*, atribui-se uma fala a João Fernandes Vieira, em certo ponto do texto no qual os interlocutores dão certa razão à insurreição perante as arbitrariedades jurídicas e tributárias do Alto e Secreto Conselho – ainda que considerassem os luso-brasileiros “rebeldes perjuros” por terem se revoltado “enquanto estavam ainda presos” aos neerlandeses “por juramento” em função da trégua em voga entre as Províncias Unidas e Portugal (1641-1651), assinada após a restauração monárquica lusa, que havia se emancipado do controle espanhol e coroado como novo rei o Duque de Bragança. A seguinte frase é atribuída a Fernandes Vieira: “Que o diabo leve os engenhos, que por mais que de lá se tire, tudo é pouco para se dar de presente a esses beberões”.³⁶¹ Outro folheto, também publicado em 1647, cita a mesma fala do líder da insurreição, e foi escrito com objetivos muito semelhantes a *O Machadão*. *A bolsa do Brasil* trata dos fins que tiveram as aplicações do dinheiro da WIC em sua empresa na América portuguesa até meados da década de 1640. Prosseguindo a partir da supracitada fala do líder insurreto, o autor de *A bolsa* afirma que Fernandes Vieira tinha os Conselheiros por “pobres

³⁵⁷ O MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recémchegado d’aquelle paiz, e Jan Maet, caixeiro de negocinte, que também alli esteve com aquelle. Anno do Nosso Senhor de 1647. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Volume XIII. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, p. 132.

³⁵⁸ O Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal corno se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali (1646) foi redigido tanto para reportar informações do Brasil aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais quanto para esboçar uma defesa das correntes acusações que a administração superior da conquista vinha sofrendo, e que foram circuladas por folhetos como *O Machadão do Brasil* e *A bolsa do Brasil*. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Documento 5. Introdução”. In: *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 199, 200.

³⁵⁹ Adriaen van Bullestrate teria exercido ofício de carpinteiro em Middelburgo, na Zelândia, anos antes de vir ao Brasil.

³⁶⁰ O MACHADÃO do Brasil, op. cit., 1908, p. 162.

³⁶¹ Ibid., p. 156.

bêbados e imbecis, dando graças a Deus por terem partido Sua Excelência”, o Conde de Nassau, “e os senhores Van Ceulen e Gisselingh, que tinham mais critério e penetração e eram pessoas de mais respeito e autoridade do que estes ‘beberões’”.³⁶² Outro registro semelhante da opinião de Fernandes Vieira se encontra em uma carta por ele escrita e endereçada a alguns comerciantes holandeses do Recife, datada de 1646, e citada por Johan Nieuwhof. Nela, também critica duramente os mesmos membros do Alto e Secreto Conselho, pois conta que, ao receber deles algumas “perguntas capciosas” por escrito, “com respeito à presente guerra” de insurreição, e ter-lhes redigido algumas respostas que teriam contrariado suas expectativas, “retrucaram estes, mais como bêbados covardes que como soldados”.³⁶³ A carta ainda prossegue: “Se se dignarem eles a vir dizer essas cousas a mim, teremos ocasião de ver se suas espadas são tão ligeiras como suas línguas e, então, lhes ensinaremos a respeitar, como se deve, os mensageiros dos que aqui detêm o supremo comando”. Fernandes Vieira, “oportunamente”, previa que suas ameaças logo se concretizariam pela “força da espada cujos efeitos o seu povo [holandês] sente cada vez que ousa sair fora dos fortes”. E conclui, rogando “que [os batavos] não se deixem enganar, pois o Brasil não [lhes] está reservado [...]. Não há dúvida de que Deus abençoará as nossas armas, mas, se morrermos, teremos perdido nossa vida em defesa de nossa sagrada religião e de nossa liberdade”.³⁶⁴

Os olhares negativos sobre a ebriedade neerlandesa, assim como sobre as religiões reformadas, aparecem ainda em outros textos. A embriaguez parecia acompanhar frequentemente a soldadesca batava nas ocasiões de saques e pilhagens, o que despertou muitas críticas nos relatos e crônicas dos conflitos redigidos em língua portuguesa. Já nos primeiros momentos da invasão de Olinda e Recife, as tropas da WIC “começaram a saquear tudo com grande desaforo, e cobiça”, como conta o Frei Manoel Calado. Entravam pelas casas, saindo “carregado[s] do melhor que nelas achava[m]”; iam pelas Igrejas, roubando ornamentos e quebrando imagens sacras, “e as pisavam com os pés com tanta coragem, e desaforo, como que se com isto lhe parecesse que extinguíam a fé Católica Romana”; já

outros entravam por as lojas dos mercadores, e achando-as cheias de pipas de vinho, bebiam tanto que as ruas estavam alastradas de bêbados; outros como andavam esquentados, e azougados, punham fogo nos conventos, e edifícios suntuosos, dando com eles em terra [...]. E como andavam bêbados caíam a cada passo, e tornavam-se a levantar, dizendo: *Non força*. Enfim a barafunda

³⁶² A BOLSA do Brasil onde se mostra claramente o rumo que tomou o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais (1647). Tradução do Pe. Geraldo Pauwels. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo XXXVII, 1º semestre de 1933, p. 37. Preferiu-se a grafia da tradução de José Higino Duarte Pereira, transcrita por Evaldo Cabral de Mello. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 335.

³⁶³ JOÃO FERNANDES VIEIRA apud NIEUWHOF, Johan. op. cit., 1981, p. 301.

³⁶⁴ Idem.

e alarido era tanto, que com a muita mosquetaria, que disparavam, parecia um dia do juízo.³⁶⁵

Outra nota a respeito do comportamento ébrio dos holandeses nos saques é do cronista Diogo Lopes Santiago, que resume suas ações em “mil exorbitâncias, e insultos, não perdoando a coisa alguma [...]” ao andarem “à pilhagem [...], cheios de vinho [...]”.³⁶⁶ Em Olinda, durante a invasão,

[...] como acharam muita cópia de vinhos da Canária e doutras partes, que é o seu néctar suave, e o paraíso de seus deleites, se brindaram e emborracharam de tal sorte, que não ficou nenhum do maior até o mais pequeno, que se não engolfasse no vinho, e ficasse privado de seu juízo; e com armarem forcas para os delinquentes que com a borracheira se esqueciam de vigiar o que lhe era necessário: não havia quem os reprimisse e apartasse da grande abundância e afluência do licor que tanto os regala, ou para melhor dizer emborracha [...].³⁶⁷

Alguns anos depois, Calado sintetiza suas impressões acerca da conduta comumente observada entre a soldadesca batava: “muitos não se assentam por soldados mais que para comer, e beber, e levar vida licenciosa, e estão muitos anos comendo a fazenda de seus reis, e recebendo seu soldo, e nas ocasiões não têm mãos para brigar, senão pés para fugir, e acovardar com seu mau exemplo os generosos ânimos dos outros soldados honrados, e briosos [...]”, fazendo “isto porque não temem o castigo” de seus superiores ou do divino, ao contrário dos compatriotas de Calado.³⁶⁸

Na mesma esteira de condenação da embriaguez, com a adição de agravantes religiosos, alguns cronistas lusófonos anotam com indignação uma prática que parece ter sido recorrente nos saques holandeses: a tomada e uso dos cálices sagrados das igrejas como recipientes nos quais bebiam indiscriminadamente, uma grave profanação aos olhos católicos. Frei Calado conta que, num jantar sediado pelo almirante Jan Cornelisz Lichthart, após a vitória holandesa em Porto Calvo, em 1635, o militar “mandou vir de dentro da casa” em que se instalara “um cálice, que os seus soldados haviam tomado em uma Igreja na Várzea [do rio Capibaribe], e mandou nele deitar vinho”, brindando ao frei, que logo protestou, afirmando que “aquilo era notável agravo e maior injúria e afronta que podia fazer aos católicos romanos, o profanar-lhe, e consentir que lhe profanassem os vasos sagrados, nos quais se consagra o sangue de Cristo

³⁶⁵ CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 44, 45.

³⁶⁶ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984, p. 32, 33.

³⁶⁷ Ibid., p. 33.

³⁶⁸ CALADO, Frei Manoel, op. cit., vol. I, 2004, p. 144.

no sacrifício da missa; e que esta só injúria bastava para os Portugueses não terem por firme, e estável sua amizade [...]”. Tamanho era o respeito de que gozava o frei e o cuidado tomado pelo almirante, que este “mandou deitar o vinho fora, e tomando o cálice por o pé, o beijou, e o deu ao Padre Fr. Manuel com grande cortesia”.³⁶⁹ O cronista Santiago também registra que os holandeses comumente roubavam “as igrejas, fazendo de seus ricos ornamentos caprazões de seus cavalos, bebendo pelos cálices sagrados, fazendo em pedaços as imagens de Nossa Senhora e dos Santos que tanto veneramos [...]”.³⁷⁰ A prática aparenta ser tão comum nas pilhagens, que já ocorria na primeira tentativa holandesa de conquista das possessões da Coroa espanhola, levada a cabo na Bahia, entre 1624 e 1625. Em carta ânua datada de 1626, endereçada aos superiores da Companhia de Jesus, o então jovem padre Antônio Vieira reporta os fatos e desdobramentos que presenciou durante a ocupação batava de Salvador. Aí, o inaciano retrata a profanação das igrejas pelos neerlandeses da seguinte maneira:

Saqueadas já e destruídas as casas, vão-se aos templos os sacrílegos, e aqui fazem o principal estrago. Arremetem com furor diabólico às sagradas imagens dos santos e do mesmo Deus [...]. A esta tiram a cabeça, àquela cortam os pés e mãos, umas enchem de cutiladas, a outras lançam no fogo. Desarvoram e quebram as cruzes, profanam altares, vestiduras e vasos sagrados; usando dos cálices, onde ontem se consagrou o sangue de Cristo, para em suas desconcertadas mesas servirem a Baco, e dos templos e mosteiros dedicados ao serviço e culto divino, para suas abominações e heresias. Tal foi a misericórdia do nosso Deus que quis então tomar em si a maior parte do castigo, por não nos castigar com outro maior, como nossos pecados mereciam.³⁷¹

Com a expulsão dos holandeses da Baía de Todos os Santos, o inventário dos bens deixados em terra e a avaliação das estruturas da cidade feitos pelas forças luso-espanholas constataram que “a igreja lhes servia de adega e, depois que os vinhos se acabaram, de enfermaria”, e “da mesma maneira estavam profanadas todas as outras igrejas da cidade”,³⁷² como anotou o frei Vicente do Salvador. Ao fim e ao cabo, “os jesuítas fizeram vir da almiranta para terra uma barca inteiramente carregada de quadros sacros e mandaram açoitar e fustigar pelos frades os púlpitos dos quais tinha pregado o sacerdote neerlandês, bem como desenterrar os cadáveres de todos os” batavos “para levá-los para fora das portas” da cidade, “deixando apenas de profanar o corpo do Sr. Van Dort,³⁷³ sobre cujo túmulo pendiam o seu escudo, espada e esporas, debaixo

³⁶⁹ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 54, 55.

³⁷⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 107.

³⁷¹ VIEIRA, Pe. Antônio. “Ao geral da Companhia de Jesus, 1626 – Setembro 30”. In: *Cartas*, volume 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 44.

³⁷² SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 492.

³⁷³ Coronel das tropas batavas na Bahia. Será tratado mais adiante.

dum manto de veludo carmesim; e assim restabeleceram o culto de sua religião em S. Salvador, na Baía de Todos os Santos”.³⁷⁴

Alguns anos mais tarde, num sermão pregado em 1640, “pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda”, quando as forças flamengas tornaram a investir contra a Bahia,³⁷⁵ o mesmo Antônio Vieira volta a criticar seus “sacrílegos” inimigos. A seu ver, a seita “herege torpe e brutal [dos batavos], concorda mais com a brutalidade do bárbaro; a largueza e soltura da vida, que foi a origem e o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do gentilismo [...]”.³⁷⁶ Ao tratar dos constantes “agravos e afrontas” às imagens sacras cometidos pelos holandeses, o padre questiona ao divino: “Se a Baltasar,³⁷⁷ por beber pelos vasos do templo, em que não se consagrava vosso sangue, o privastes da vida e do reino, porque vivem os hereges, que convertem vossos cálices a usos profanos? Já não há três dedos que escrevam sentença de morte contra sacrílegos?!”.³⁷⁸ Fossem cometidas deliberadamente, fossem resultantes do calor da pilhagem – e da embriaguez que frequentemente acompanhava a soldadesca em saque –, essas profanações eram, aos olhos luso-brasileiros, e principalmente à vista de religiosos como Vieira e Calado, manifestações revoltantes da heresia e corrupção dos protestantes a serviço da Companhia das Índias Ocidentais – há de se reiterar, no entanto, que os cronistas lusófonos comumente generalizavam os traços culturais dos integrantes das tropas da WIC, que eram compostas por indivíduos recrutados de várias nações e nem todos de orientação religiosa reformada.

O beber entre as mulheres³⁷⁹ é outro aspecto que marca distinção entre os lusos e batavos, e provocou comentários de indivíduos como o frei Calado. Segundo consta no relatório

³⁷⁴ ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 213.

³⁷⁵ Como relata o Conde de Nassau ao Conselho dos XIX, em carta datada de 11 de setembro de 1640, “[...] realizamos um assalto à Bahia, com vinte navios e 2500 soldados, afim de tomarmos vingança dos danos que Luiz Barbalho ocasionou nas regiões por nós ocupadas, e incendiamos e destruimos para sempre vinte e sete engenhos, além de povoações e casas particulares, de sorte que na Bahia só restam oito engenhos [...] A nossa gente matou ali todos os que lhe caíram nas mãos, do mesmo modo por que eles nos pretendiam tratar, exceto as mulheres e crianças”. NASSAU, João Maurício de. “Cartas Nassovianas: correspondência do Conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Vol. XII. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1907, p. 544.

³⁷⁶ VIEIRA, Pe. Antônio. op. cit., 1954, p. 55.

³⁷⁷ Também chamado de Belsazar, era filho de Nabucodonosor e dominava a Babilônia. Seu pai havia pilhado o templo de Deus em Jerusalém, e Baltasar usou vasos sagrados de ouro e prata trazidos do saque em um banquete para que neles fossem servidos vinhos aos seus convidados. A profanação desses recipientes por lábios ímpios resultou, ao fim e ao cabo, na perda da Babilônia e na morte de Baltasar. Ver: DUMAS, Alexandre. *Memórias gastronômicas de todos os tempos, seguido de Pequena história da culinária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 106, 107.

³⁷⁸ VIEIRA, Pe. Antônio. op. cit., 1954, p. 68.

³⁷⁹ Na Holanda, “as mulheres bebem tanto quanto os homens”, afirma Paul Zumthor. “Até as moças aceitam que se lhes ofereça um copo já de manhã, e algumas delas, continuamente inchadas de cerveja, ganham com isso um

de Nassau e dos Conselheiros, “entre as mulheres [luso-brasileiras], poucas são as que bebem vinho, e há muitas que em sua vida nunca provaram dele”.³⁸⁰ A vida doméstica feminina em torno da mesa demandava posturas estritas, segundo Calado, que escreve não ser uso “nem costume entre os portugueses comerem as mulheres, senão com seus maridos, e ainda com estes era quando não havia hóspedes em casa (não sendo pai, ou irmão) porque nestes casos não se vinham assentar à mesa [...]”.³⁸¹ Somando-se ao panorama majoritariamente sóbrio dos portugueses no Brasil, às menções apenas a senhores bebedores, e à ausência de mais comentários a respeito do beber do belo sexo lusitano por estas terras, a assertiva do governo nassoviano parece coesa em relação ao panorama de consumo de licores da época, ainda que sintética. Em comparação às outras mulheres europeias que aqui estavam por conta da ocupação batava, vê-se um contraste. Na ocasião da restauração monárquica de Portugal, em fins de 1640, em muitos reinos europeus “se fizeram extraordinárias festas, e se mostrou com efeito o grande gosto que receberam com a alegre nova da coroação do S. Majestade [D. João IV], mandando-lhe cartas mui cortesias, e armas, e gente, para ajuda de defender seu Reino da ira, e sanha dos castelhanos, que o haviam de querer privar de seu trono”.³⁸² Pelas bandas do Recife, como relata Manoel Calado, o recebimento da notícia em princípios do ano seguinte não foi muito diferente – considerando-se os subsequentes esforços mútuos, tanto de portugueses quanto neerlandeses, no intuito de estreitarem seus laços. Ao receber as novas, o Conde de Nassau “ficou tão alegre”³⁸³ e mandou logo “entregar aos do Supremo Conselho as cartas” com as notícias da restauração, “as quais eles festejaram [...]”. A iminente aliança com Portugal, além de supostamente facilitar as relações e o governo dos lusos no Brasil holandês, possibilitou o vislumbre de uma expansão mais viável das fronteiras da conquista da WIC. Como escreve Gaspar Barléu, ao discorrer sobre as instruções passadas pelo Conselho dos XIX a Nassau em face da restauração monárquica lusa, o governo do Conde deveria “tratar seriamente de ampliar

ar abatido que não as abandona mais”. ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1989, p. 215.

³⁸⁰ CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 109.

³⁸¹ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 128. Segundo Evaldo Cabral de Mello, antes da invasão holandesa, a vida citadina dos senhores da açucarcracia, principalmente em Olinda, permitia mais liberdade às mulheres. Contudo, com a ruralização das elites portuguesas, confinadas em seus engenhos no interior em função da tomada das cidades do litoral pelos holandeses, o belo sexo passou a uma vida de maior reclusão. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2001, p. 19.

³⁸² CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 201.

³⁸³ “O inimigo tradicional era o espanhol; tudo de contrário a este resultava em proveito das Províncias Unidas”. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 90.

o território e prolongar as lutas numa glória contínua, antes que fossem sopitados ou terminados por tratados de paz os ardores marciais”.³⁸⁴ A trégua, que seria assinada em 12 de junho daquele ano nas Províncias Unidas, pelo embaixador de D. João IV, Tristão de Mendonça Furtado, estipulava que as colônias de ambas as partes seriam conservadas durante os dez anos do armistício.³⁸⁵ “Tudo ainda estava patente ao vencedor, ao passo que, pelo tratado, cada uma das partes teria tido salvas as suas possessões e não se poderia ir mais além”,³⁸⁶ segundo as instruções dos XIX. Sob essas diretrizes, e almejando o estreitamento das relações com as elites portuguesas da terra,³⁸⁷ “tratou o Príncipe [João Maurício] de festejar a aclamação d’El-Rei Dom João com grandes festas, e ostentações de alegria [...]”,³⁸⁸ que duraram vários dias e contaram com a presença de muitos lusos, “homens mancebos, e bons cavaleiros”, de “toda a Capitania de Pernambuco [...]”.³⁸⁹

No segundo dia dessas festividades, o Príncipe convidou todos os cavaleiros para um banquete,

onde houve muitos brindes, como é costume de sua terra, e como umas cerimônias a modo de jogo, e quem as errava lhe faziam beber três vezes em castigo de seu erro, e todas as vezes que se brindava a saúde d’el-Rei Dom João o Quarto deste nome Rei de Portugal, tinham obrigação de se levantarem todos os circunstantes com os chapéus nas mãos, e não se tornavam a cobrir, nem assentar, até que o brindes³⁹⁰ não dava volta a toda a mesa; e enquanto o brinde durava, não se calavam as trombetas, que eram muitas, nem parava o estrondo das caixas de guerra; e se o banquete era jantar durava a beberria até à noite, e se era ceia até a madrugada [...].³⁹¹

Continuando a comentar sobre a ocasião, Calado também anota que “nestes convites se acharam as mais lindas damas, e as mais graves mulheres, holandesas, francesas e inglesas, que em Pernambuco havia, e bebiam alegremente melhor que os homens, e arrimavam-se ao bordão de que aquele era o costume de suas terras”.³⁹² Ao fim das festividades em homenagem ao novo monarca luso, “despediu o Príncipe os cavaleiros portugueses, com muitos agradecimentos da mercê, que lhe haviam feito em se querer achar nas suas festas”, pondo em prática sua estratégia

³⁸⁴ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 238.

³⁸⁵ NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil*: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. Série 5ª, Brasiliana, vol. 220. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 197.

³⁸⁶ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 238.

³⁸⁷ Além dos festejos em nome do novo monarca português, Nassau logo tratou de negociar com o vice-rei em Salvador, Jorge de Mascarenhas, o Marquês de Montalvão, uma cessação das hostilidades entre os holandeses no Brasil e o governo da Bahia. MELLO, Evaldo Cabral de. “Os holandeses no Brasil”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 27.

³⁸⁸ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 204.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ No decorrer dos banquetes holandeses, “faziam-se tantos brindes quantos fossem os convidados”, bebendo-se “enormemente” sempre. ZUMTHOR, Paul. op. cit., 1989, p. 214.

³⁹¹ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 208.

³⁹² Idem.

inicial rumo a uma maior aproximação e consolidação de boas relações com as elites portuguesas locais.

Em outra ocasião, já em 1646, João Balbeque, secretário do governo da Bahia, organizou um banquete ao qual compareceram as mulheres de alguns holandeses que ali eram cativos, aprisionados em decorrência da guerra de insurreição, e cujas liberdades estavam em negociação com as autoridades batavas do Recife. Calado escreve que, “pretendendo todas brinda-lo à mesa, segundo seu ordinário costume, ele lh’o agradeceu com muita cortesia, porém escusou-se dizendo que não bebia vinho, nem aguardente, nem cerveja, senão água pura [...]”; ainda assim, foi tido pelas mulheres como um excelente anfitrião, pelo “bom tratamento que fazia aos holandeses prisioneiros” e que, na opinião de uma das senhoras, “devia ser grande senhor e grande fidalgo, pois com tanta cortesia sabia tratar os prisioneiros”.³⁹³ A posição tomada pelo frei diante da bebedeira das mulheres é bastante branda em comparação ao que diz da soldadesca e, em geral, sobre os homens holandeses. Não obstante, a postura feminina na “beberronia” mereceu algumas linhas em sua obra, mesmo que pela curiosidade das situações que presenciou nos banquetes sediados por Nassau, e pelo reconhecimento e destaque da diferença de tais hábitos em relação à sua própria cultura, marcada pela interação entre as esposas dos cativos neerlandeses na Bahia e o secretário Balbeque, cuja abstinência contrasta com o “ordinário costume” das batavas.

Manoel Calado, ao afirmar que “aquele era o costume de suas terras”, parece reconhecer, assim como Antônio Vieira em sua estadia nas Províncias Unidas, as idiosincrasias culturais no que tange ao consumo de licores entre os neerlandeses, com quem conviveu enquanto hóspede de Nassau e do governo flamengo em Pernambuco – ainda que seus registros condenem essas posturas e busquem afastar a cultura portuguesa e católica dos comportamentos associados aos batavos hereges. Em perspectiva inversa, o que foi escrito por penas neerlandesas sobre o beber dos portugueses, em volume significativamente menor se comparado aos registros luso sobre tal prática entre os batavos, gira em torno da tópica da sobriedade, como foi possível perceber no primeiro capítulo deste estudo, e denota uma visão de que aqueles oriundos da primeira nação colonizadora do Brasil eram majoritariamente comedidos, ou mesmo abstinentes, quanto ao consumo de bebidas; “bastante sóbrios em suas mesas”, como anotou Pierre Moreau.³⁹⁴ Mas qual era a perspectiva dos próprios holandeses sobre os seus compatriotas que bebiam por aquelas paragens?

³⁹³ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 179, 180.

³⁹⁴ MOREAU, Pierre. “Relação verdadeira do que se passou na guerra travada no país do Brasil entre os portugueses e os holandeses desde o ano de 1644 até o ano de 1648”. In: MOREAU, Pierre; BARO, Roulox.

No trecho extraído do relatório de Hendrik de Moucheron e Johannes van Walbeeck, citado no primeiro capítulo, os autores reconhecem uma notável tendência à imoderação no beber de seus compatriotas, cujos padrões de consumo, financeiramente insustentáveis em comparação ao comedimento luso constatado no Brasil, poderiam significar a ruína econômica do empreendimento custeado pela Companhia das Índias Ocidentais. O próprio Conde de Nassau admitia “que nos flamengos a matéria de mulheres, e o embebedarem-se era moeda corrente”.³⁹⁵ Os primeiros relatos que noticiam manifestações da afinidade holandesa com as bebidas deste lado do Atlântico datam de 1624, do ataque da WIC à Baía de Todos os Santos, que abrigava a principal cidade e porto do Brasil, então sob controle espanhol.³⁹⁶ Dessa maneira, acompanhamos o que se escreveu sobre os acontecimentos e bebedeiras passados nos quase doze meses da ocupação neerlandesa de Salvador.

Desde o momento em que o confronto entre lusos e batavos chegou às margens da Baía, parte da soldadesca holandesa já se entregava à embriaguez, como conta um pregador calvinista da Zelândia, Enoch Sterhenius, que integrava a frota invasora e testemunhou os acontecimentos do ataque e da ocupação. Segundo o predicante, em tom de espanto, “uma cidade populosa e medianamente fortificada, na qual havia-se concentrado um grande número de gentes dos lugares vizinhos” não deveria ter sido “tão facilmente ocupada com pouca ou nenhuma resistência” como foi. Em suas palavras, “se somente duzentos arcabuzeiros tivessem acometido os nossos à noite, poderiam nos meter em fuga e matado até o último homem”, e a situação seria ainda mais favorável aos lusos, pois “nossa gente, perdida por não saber o

História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 33.

³⁹⁵ CALADO, Frei Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 135.

³⁹⁶ As Províncias Unidas haviam se rebelado contra a Espanha em 1568, em nome de sua independência, o que deflagrou a chamada Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). A primeira investida neerlandesa no Brasil figura nesse contexto, haja visto que, à época, a Coroa espanhola também regia Portugal e suas colônias. Cabe apontar, inclusive, as claras intenções dos batavos em provocar danos à fazenda e à administração ibérica com a tomada de Salvador. Em 1623, circulava nos Estados Gerais um panfleto intitulado *Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil*, escrito por Jan Andries Moerbeek. Nele, o autor acentua a fraqueza militar nos principais portos dessas paragens, nomeadamente em Pernambuco e na Bahia, os supostos prejuízos que a conquista dessas localidades provocaria aos espanhóis, e, claro, os benefícios a serem obtidos pela Companhia, especialmente em função do monopólio sobre a produção açucareira – fabrico, transporte e venda. Essas intenções também foram constatadas e comentadas em 1625 pelo jesuíta português Bartolomeu Guerreiro, afirmando que o panfleto de Moerbeek expressa o “evidente dano que receberia a Fazenda de Sua Majestade e a reputação de suas armas se lhe tomassem a Província do Brasil”. MOERBEECK, Jan Andries. “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil” (1623). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Documentos Holandeses: os holandeses no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Alcool, 1942, p. 25-43; GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos: documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 45. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. “Os holandeses no Brasil”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). op. cit., 1999, p. 20-23.

caminho, andava de uma parte a outra e muitos que estiveram com sede se haviam emborrachado, de modo que estavam lançados em terra, vencidos pelo vinho e pelos sonhos [...]”.³⁹⁷ Outro relato do assalto a Salvador, de autoria anônima e curiosamente impresso em língua inglesa na cidade de Roterdã, no ano de 1626, deixa nota do curso alternativo tomado pelas tropas batavas ao se verem impedidas de investirem, num primeiro momento, contra os portões da cidade: saíram a “pilhar as casas circunvizinhas e conventos, e, encontrando muito vinho, metade dos soldados encontrou-se bêbada, e até mesmo alguns dos comandantes jaziam esparramados pelo chão”.³⁹⁸ Como registra Johan Gregor Aldenburgk, a companhia de soldados da qual fazia parte deu “busca no arrabalde e ali encontramos excelente vinho doce, e, no respectivo convento, as mesas postas com baixela de prata e deliciosos confeitos [...]”.³⁹⁹ Contudo, mesmo ébrios como muitos estavam, “a cidade (ou para melhor dizer deserto) lhes deu entrada franca e segura”⁴⁰⁰ em fins de maio de 1624, permitindo-lhes “entra-la sem queimar cartucho”,⁴⁰¹ com tranquilidade, como afirmou Sterhenius, pois, por medo, seus ocupantes a abandonaram durante a madrugada que seguiu o desembarque das tropas holandesas, com exceção do governador Diogo de Mendonça Furtado.

Vazia, a urbe foi saqueada, pois “não encontraram resistência em parte alguma, nem deram fé de gente inimiga”, logo metendo “a cidade a saco, e, com infração da disciplina militar arrombaram todas as casas, escritórios e armazéns, e tirado o que lhes convinha, tudo o mais estragaram e destruíram miseravelmente”.⁴⁰² Dentro dos muros de Salvador, parecem ter encontrado “grandes riquezas em pedras preciosas, prata, ouro, âmbar, muscada, balsamo, veludo, sedas, tecidos de ouro e prata, cordovão, açúcar, conservas, especiarias, fumo, vinho de Espanha e de Portugal, vinho das Canárias, vinho tinto de Palma”, além de “excelentes cordiais, frutas e bebidas, com o que muitos nos maravilhamos, e alguns soldados denominaram a terra

³⁹⁷ STERHENIUS, Enoch. “Brebe sucinta y berdadera narracion de la jornada al Brasil que algunos mercaderes ordenaron conlicença y autoridad de los Ilustres señores estados y ordenes de olanda y zelanda en el ano de mil y seiscientos y veinte y tres”. In: VALENCIA Y GUZMAN, Juan de. *Compendio Historial de la jornada del Brasil, 1625*. Recife: Pool Editorial, 1984, p. 361. As traduções das citações originalmente em espanhol ou inglês são nossas.

³⁹⁸ A PLAINE and true relation of the going forth of a Holland fleete the eleventh of november 1623, to the coast of Brasile. Rotterdam: J. B., 1626, p. 8.

³⁹⁹ ALDENBURGK, Johann Gregor. op. cit., 1961, p. 173.

⁴⁰⁰ VIEIRA, Pe. Antônio. op. cit., 2008, p. 44.

⁴⁰¹ LAET, Johannes de. “Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912, p. 49.

⁴⁰² Idem.

de ‘batávica’ [...]”.⁴⁰³ Não seria incoerente supor que a desordem da pilhagem fosse acompanhada de bebedeira. Controlada pelos holandeses, a cidade foi então ocupada.

O coronel do exército da WIC, Johan van Dorth, que havia se perdido da frota na travessia do Atlântico, chegou alguns dias depois da vitória na Baía de Todos os Santos, logo tomando as obrigações e liderança cabíveis a seu posto, até ali exercidas pelo almirante da frota, Jacob Willekens, e seu vice, Pieter Heyn. O coronel, nomeado governador, uma figura de “autoridade e prudência”, fez “cumprir-se a obediência entre os demais”.⁴⁰⁴ Um “valeroso e experimentado chefe, particularmente pelo grande respeito e autoridade de sua pessoa, e isto em uma conjuntura em que mui necessário eram o seu bom juízo e predomínio”,⁴⁰⁵ teve como “seu primeiro cuidado chamar os soldados à ordem, sujeitando-os à disciplina militar”.⁴⁰⁶ Contudo, apesar da subordinação e respeito inspirados por Van Dorth, o governador logo foi morto numa emboscada fora dos muros de Salvador, algumas semanas depois de seu desembarque no Brasil, deixando vago o comando das tropas e da conquista. A partir daí, o empreendimento da Companhia começou a desandar. Segundo Johannes de Laet, “anoja e enfastia narrar o que se passou posteriormente na Bahia; depois da morte do governador, o Sr. Van Dorth, os negócios correram ali mui descuidada e irreligiosamente”,⁴⁰⁷ e, para o predicante Sterhenius, “todas as coisas começaram a ir de mal a pior, porque os capitães” que o sucederam “foram homens preguiçosos, dados mais ao gosto das borracheiras, mulheres [...] e a todo gênero de vícios [...]”, e o conselho secreto, congregação de autoridade deliberativa entre as forças batavas na Bahia, “foi soberbo, louco e composto por tal escória de homens, que em nossa terra e pátria, no fim, não lhes foi dada nem a mínima honra”.⁴⁰⁸

Entra em cena Allert Schouten, capitão-mor que foi promovido a coronel, substituindo o finado Van Dorth. Um homem que costumeiramente andava “em festas e banquetes, assim na terra como nas naus”,⁴⁰⁹ também era um assíduo frequentador de lupanares e tabernas, “não se inibia ao ir no meio do dia a uma casa de prostituição aberta [...]”, fazendo as vezes de alcoviteiro, e “também era um grande bebedor”.⁴¹⁰ Seu governo, negligente quanto a disciplina dos comandantes e das tropas, também não se estendeu por muito tempo, pois Schouten logo veio a falecer. A data e as condições da morte não são consensuais entre os relatos, mas os

⁴⁰³ ALDENBURGK, Johann Gregor. op. cit., 1961, p. 173, 174.

⁴⁰⁴ STERHENIUS, Enoch. op. cit., 1984, p. 367.

⁴⁰⁵ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 52, 53.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 51.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 53.

⁴⁰⁸ STERHENIUS, Enoch. op. cit., 1984, p. 367-369.

⁴⁰⁹ SALVADOR, Frei Vicente. op. cit., 1965, p. 465.

⁴¹⁰ A PLAINE and true relation [...]. op. cit., 1626, p. 11.

textos afirmam que seu período de comando foi breve assim como o de Van Dorth. Já no que tange às causas do falecimento, algumas versões encontradas na documentação valem nota. Segundo Johann Aldenburgk, “o nosso coronel Allert Schouten foi acometido duma moléstia, de que faleceu dentro de vinte e quatro horas, sendo [...] devorado ainda em vida pelos vermes”.⁴¹¹ Frei Vicente do Salvador também corrobora com a ideia de que Allert morreu em função de uma doença, mas atribui as causas do achaque à vida desregrada e ébria do coronel. Já o autor do relato anônimo de 1626 afirma categórica e objetivamente: “por volta do fim de setembro de 1624, o coronel Allert Schouten morreu de repente, estando inchado de bebida”.⁴¹² Apesar da dissonância entre as narrativas, não é difícil supor que a vida de constantes bebedeiras tenha desempenhado algum papel no destino final e precoce de Allert. Com sua morte, quem lhe substituiu no comando da conquista foi o irmão, Willem Schouten.

Uma questão bastante problemática aos olhos coetâneos foi a incapacidade ou mesmo o desleixo da liderança militar durante o período de ocupação de Salvador, que pecou na manutenção dos bons ânimos e da disciplina entre a soldadesca, além de dar atenção inadequada e insuficiente aos suprimentos, armamentos e às estruturas de defesa da cidade. Ainda que o controle holandês fosse garantido dentro dos muros da urbe, as imediações eram cercadas por batedores portugueses que armavam emboscadas e lançavam mão de outras táticas semelhantes, confinando os batavos enquanto aguardavam o iminente socorro enviado pela Coroa ibérica. Consequentemente, a proximidade do inimigo demandava cuidados apropriados nas defesas externas de Salvador. Segundo Johannes de Laet, Allert Schouten “não teve muito em respeito ao prover a cidade das fortificações que requeria”,⁴¹³ e, nas palavras do cronista real espanhol Tomás Tamayo de Vargas, era danosa sua “incapacidade para o governo”.⁴¹⁴ Tudo indica, no entanto, que seu irmão o superou tanto na inabilidade para liderar quanto nas proezas com o copo.⁴¹⁵ Se Allert já havia sido descuidado com as estruturas de defesa da urbe, “ainda menos olhou por elas seu irmão Willem Schouten, que se entregou a todos os desregramentos, e não só não promovia as obras necessárias, como até recusava aos soldados, que queriam trabalhar, as remunerações, que lhes eram devidas”.⁴¹⁶ Segundo o autor anônimo, Allert também foi

mais cuidadoso ao fortificar a cidade do que seu irmão [...]; pois o primeiro cederia ao conselho daqueles com maior entendimento da questão do que ele,

⁴¹¹ ALDENBURGK, Johann Gregor. op. cit., 1961, p. 200, 201.

⁴¹² A PLAINE and true relation [...]. op. cit., 1626, p. 11.

⁴¹³ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 53.

⁴¹⁴ TAMAYO DE VARGAS, Tomás. *Restavracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil, por las armas de Don Philippe IV, el grande rei catholico de las Españas y Indias*. Madrid: Alonso Martin, 1628, p. 45.

⁴¹⁵ Expressão usada por Charles Boxer. BOXER, Charles. op. cit., 1961, p. 176.

⁴¹⁶ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 53.

mas este homem [Willem] faria suas próprias vontades sem qualquer aconselhamento [...], ainda que confrontassem qualquer tipo de razão; este homem reprovou seu irmão quando vivia, por seu envolvimento com prostitutas e constantes bebedeiras, e ele mesmo, quando feito coronel, portou-se de maneira muito pior nestes âmbitos.⁴¹⁷

A bem-sucedida recuperação de Salvador levada a cabo pelas forças ibéricas – cuja armada era a “mais poderosa que até agora passou a linha”⁴¹⁸ do Equador, vale destacar – mostrou-se ainda mais fácil em face de um inimigo desorganizado, cujo governante dedicava pouquíssima atenção ao exercício de suas funções e era ainda mais bebereiro e desleixado que seu fraterno antecessor. Para que se tenha ideia da dimensão da frota luso-espanhola e sua potência bélica, ouçamos o testemunho de Aldenburgk, ao avistar a esquadra adentrando a Baía de Todos os Santos:

A gente da armada espanhola era acima de dez vezes mais numerosa que a nossa, e, conforme soubemos, atingia a 30.000 homens, que nos cercaram com 1.500 canhões, por terra e por mar, arruinando as nossas obras de defesa ininterruptamente, abrindo de maneira contínua, com a artilharia, brechas nos nossos parapeitos [...], desmontando as nossas peças dos seus reparos [...]. O vultuoso número dos espanhóis exigia que, sem pausa, reparássemos as nossas trincheiras, parapeitos e baterias, no que sempre trabalhava cada esquadra durante três horas, escaramuçando por espaço de outras três e descansando nas três restantes, quando então comia um pouco, pois a nossa gente era em número reduzido e a cidade grande demais; e assim nos defendemos, noite e dia, pelo tempo de quatro semanas.⁴¹⁹

Mesmo perante tal adversário, deu-se uma curiosa situação, narrada também por Aldenburgk, que ilustra ainda mais a displicência e licenciosidade de Willem Schouten. Segundo o alemão, havia entre as tropas holandesas um “certo soldado inglês, chamado Juris Zigler, da companhia do capitão Hans Isenach, o qual profetizou a próxima chegada de nossa frota de socorro, e por essa razão o coronel Willem Schouten, que nele acreditou, o dispensou de dar guarda e de fazer faxina, fê-lo sentar à sua mesa, e mandou levar ao seu alojamento muito fumo e vinho das Canárias”.⁴²⁰ Tamanho era desleixo demonstrado pelo coronel e os demais comandantes do exército batavo que, como registrado por Laet, uma intervenção da soldadesca se mostrou necessária: “[...] ao passo que o inimigo de fora ia pondo toda a diligencia em forçar os sitiados a se renderem, no interior da praça eram os chefes não somente tardos e descuidados no prover das fortificações necessárias à sua defesa, como também continuavam a levar vida solta e

⁴¹⁷ *A PLAINE and true relation [...]*. op. cit., 1626, p. 11, 12.

⁴¹⁸ VIEIRA, Pe. Antônio. op. cit., 2008, p. 59.

⁴¹⁹ ALDENBURGK, Johann Gregor. op. cit., 1961, p. 203, 204.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 205.

desregrada”, o que veio a provocar “os soldados a censura-los asperamente e menosprezar as suas ordens, fermento que depois os levou a romperem em um funesto motim”.⁴²¹

Pouco depois de sua chegada à Baía de Todos os Santos, as forças luso-espanholas, que haviam “desassombrado no que respeita à baía”, voltaram “todos os seus canhões contra a cidade [...]”. Porém, como afirma Laet, “não era bastante para render a praça, que estava bem provida de munições de boca e de guerra para sete ou oito semanas, se a nossa gente se tivesse mantido acorde e obediente a seus chefes”. Entretanto, a desagregação interna das tropas batavas foi crucial em sua derrota final, pois “os oficiais e particularmente o cabeça deles se houveram de modo tal, que primeiro se fizeram desprezíveis, e depois suscitaram o pensamento aos soldados de mudarem de coronel,” e assim o fizeram. Este curso de ação provocou abatimento “[n]os bons [...], e os mais ousados” se envolveram “no que não era de sua competência, fixando a sua escolha em Hans Ernest Kijf”, um sujeito que antes havia sido promovido a sargento-mor por Allert Schouten. Laet continua: “A animadversão dos soldados contra o coronel Willem Schouten provinha principalmente de que ele raras vezes montava a cavalo para andar visitando as obras, e não acudia com as necessárias medidas a outras cousas, que muito importavam”, e, quando o fazia, “não animava os soldados, antes os ofendia com juras e doestos, conquanto eles andassem sobrecarregados de um continuo trabalho”. Willem “preferia frequentar os lupanares, ou deixar-se ficar em seu palácio a alambazar-se e emborrachar-se, até que enfim aconteceu ser deposto pelos soldados, preso em sua casa, e levantado por coronel o dito Kijf”.⁴²² Com a deposição do segundo irmão Schouten, Kijf, ou Kief, como também foi grafado, negociou a rendição da cidade, pondo fim a pouco menos de um mês de cerco, no primeiro dia de maio de 1625.

A derrota repercutiu de maneira extremamente negativa entre os Diretores da Companhia das Índias Ocidentais. A entrega da praça parecia injustificável do seu ponto de vista, pois supunham haver quantidades suficientes de suprimentos e vantagens estruturais da urbe para manter a resistência ao cerco até a chegada da frota de socorro que estava sendo organizada desde que as notícias a respeito da armada reunida pelos ibéricos chegaram às Províncias Unidas. A diligência da WIC neste feito foi tal que uma esquadra “de dezoito navios e sete iates, contendo mil seiscientos e noventa marinheiros e mil trezentos e cinquenta soldados”,⁴²³ comandada pelo general Boudewyn Hendricksz, fora aparelhada “com tal presteza, que antes do fim deste ano [de 1624] estavam de verga d’alto”. Entretanto, em função

⁴²¹ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 89.

⁴²² Ibid., p. 89, 90.

⁴²³ Ibid., p. 55.

de adversidades proporcionadas pelo inverno europeu, “foram por muito tempo retidas nos portos, por lhes não servirem os ventos [...]”,⁴²⁴ única razão aparente de não terem alcançado a Baía de Todos os Santos em tempo hábil para fazer frente à armada luso-espanhola. Ainda assim, as tropas sitiadas em Salvador já estavam a par de seus iminentes reforços. Novamente é Laet quem noticia – e critica – os erros dos responsáveis pelo empreendimento falho no Brasil:

o que se pode dizer mais seguro é que quase todos se esqueceram dos seus rigorosos deveres, e sem necessidade e mui vergonhosamente fizeram entrega da praça. Bem sabiam que socorros deviam esperar da República, pois lá chegara seguramente dezesseis dias antes do sítio o iate *Haese*, cujo capitão fora portador de cartas, e de viva voz lhes dissera quais os aprestos que aqui [nas Províncias Unidas] se haviam feito, e que as armadas não tardariam a partir. Havia na cidade víveres bastantes para três ou quatro meses, e ainda para mais tempo, se os poupassem, como cumpria, e bem assim pólvora e mechas, além de outras munições de guerra.⁴²⁵

A frota de socorro alcançou a urbe vinte e cinco dias depois da rendição das forças batavas. A ira dos diretores da Companhia foi severa, não só pela entrega injustificável da praça, mas também pela postura devassa e ociosa de seus homens, testemunhada por todo o tempo em que estiveram de posse de Salvador. “[...] Bêbados, alcoviteiros e incompetentes [...]”, como escreve o autor anônimo, que clama pela devida responsabilização pelo fracasso da empreitada, ou seja, a imputação dos indivíduos licenciosos que fugiram ao dever e negligenciaram o propósito do empreendimento, entregando-se aos nomeados vícios, e “não a nação [holandesa] sem responsabilidade alguma”.⁴²⁶ Laet conclui, com “pressa em terminar essa desagradável narração”: “Em suma, foi um castigo da Providência sobre aquela turbamulta de ímpios, que não se preocupavam com a Divindade, nem com seus preceitos, e para os Diretores da Companhia uma eficaz lição, afim de se precatarem melhor para o futuro”.⁴²⁷ E não só a lição, mas as impressões negativas do episódio também reverberaram nos anos seguintes.

Gaspar Barléu, algumas décadas depois, comenta sobre o episódio, contando que “a tomada de S. Salvador, metrópole da capitania, que custou pouco trabalho, e bem assim a dos fortes circunjacentes, fadaram a empresa com felizes auspícios, divulgando entre os bárbaros [ibéricos] a fama do povo ultramarino, já tão firme com os primeiros sucessos”. Os vencedores, contudo, “não se defenderam com a mesma coragem com que triunfaram. Efeminando-se e entregando-se à licença, engolfaram-se em insólitos prazeres tanto mais avidamente quanto mais bravamente se haviam portado”. O que se observava era que “se cuidava mais das delícias

⁴²⁴ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 56, 57.

⁴²⁵ Ibid., p. 92.

⁴²⁶ A *PLAINE and true relation [...]*. op. cit., 1626, p. 26.

⁴²⁷ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 92.

do que da utilidade”, e estando “quebrantados, na ociosidade e na intemperança, os ânimos dos chefes e dos soldados, o espanhol recuperou a cidade com um rápido cerco, efetuado pelo general D. Fadrique de Toledo”. Assim, “vencidos os holandeses mais pelos vícios do que pelas armas, voltaram para a sua terra inúteis à Companhia, vergonhosos para a Pátria, desprezados pelo inimigo, sofrendo, assim, o infamante castigo de seu desleixo e perfídia”.⁴²⁸ Como é possível perceber, a ideia de que as forças da Companhia haviam sucumbido na Bahia em função de sua licenciosidade e desleixo permaneceu corrente nas visões posteriores ao fracasso da empreitada. Tanto que também apareceu nos relatos de um soldado e aventureiro alemão chamado Caspar Schmalkalden, que esteve no Brasil entre 1642 e 1645. Schmalkalden anota em seu diário de viagem, de maneira bastante semelhante a Barléu: “[...] aquilo que os holandeses por lá [na Bahia] tinham conquistado com honra, brevemente o perderiam de novo de forma vergonhosa. Ninguém cumpria sua função, nem oficiais nem soldados, cada um entregava-se ao ócio, à luxúria, aos passatempos, à comilança e à beberagem”. Tudo que havia sido conquistado dos ibéricos “foi posto em jogo, quando, de repente chegaram com uma esquadra, atacaram a cidade de Salvador e, após um curto sítio [...], dela se apoderaram”. Dessa maneira, os holandeses, “que mais pelos seus próprios vícios que pelas armas inimigas foram vencidos, retornaram à pátria bem empobrecidos” e, assim, “foram desprezados por amigos e inimigos, a Companhia das Índias Ocidentais não quis mais fazer uso de seus serviços, eram considerados manchas da pátria, foram declarados desleais e deste modo receberam o salário que mereceram pela sua deslealdade e desleixo”.⁴²⁹

Esse retrospecto dos primeiros anos da presença sistemática dos holandeses no Brasil – sistemática na medida em que já havia mercadores e aventureiros batavos independentes na costa da América portuguesa desde as últimas décadas do Quinhentos e primeiras do Seiscentos,⁴³⁰ a exemplo de Dierick Ruiters – oferece uma amostra de suas impressões sobre o hábito beber dos seus compatriotas deste lado do Atlântico. Ao que tudo indica, o maior motivador da condenação da ebriedade era a sua consequente incapacitação para o trabalho e a guerra. Dito de outro modo, o indivíduo que se encontrava embriagado tendia à ineficiência na execução das tarefas ou ofícios que lhe cabiam – fosse ele um marinheiro, soldado raso, coronel, conselheiro político ou governador –, e isso apresentava um enorme problema para a boa

⁴²⁸ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 36.

⁴²⁹ SCHMALKALDEN, Caspar. *Brasil holandês: A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. Volume II. Organização de Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Rio de Janeiro: Index, 1998, p. 170.

⁴³⁰ Ver: SLUITER, Engel. “Os holandeses no Brasil antes de 1621”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XLVI. Recife: Typographia do Recife, 1967, p. 187-207.

condução do empreendimento da Companhia, no que tange à conquista, manutenção e administração dos territórios no Brasil. Um exemplo objetivo dessa perspectiva é dado por Johannes de Laet, quando disserta sobre a viagem de parte da frota comandada pelo general Hendricksz, que, impedida de cumprir a missão de socorro em Salvador por conta da rendição da cidade e do poderio da armada luso-espanhola ali aportada, se viu, ulteriormente, indo assaltar San Juan de Puerto Rico, no Caribe. Com o sucesso do ataque, e tendo conhecimento do comportamento usual de seus homens, o general, “para impedir que os soldados se embriagassem [com os licores adquiridos no butim], mandou vasar os barris de vinho, e lançar pregão que os ébrios seriam punidos rigorosamente”, haja visto que “a embriaguez da tropa tem feito perder muitas vezes ocasiões mui favoráveis, e proporcionado ao inimigo grandes vantagens, e melhor é vasar os barris que dar lugar a que a tropa se embebede”.⁴³¹ A moralidade por si, ao que parece, não foi nem um impeditivo para os que se entregavam ao consumo imoderado de bebidas, nem um grande condicionante da maioria dos discursos – com exceção, talvez, daqueles de autoria religiosa⁴³² – que registram e condenam a ebriedade dos batavos observados durante sua estada na América portuguesa. E, como se perceberá a seguir, esse traço dos juízos condenatórios da embriaguez expressos pelas penas neerlandesas não se restringiu ao que foi escrito sobre os acontecidos na Bahia.

Retornemos a 1630, ao ataque a Pernambuco que deu início ao domínio de quase um quartel de século exercido pela WIC nos territórios setentrionais do Brasil. Sobre a tomada de Olinda, Ambrosius Richshoffer anota que “conquistamos, com o auxílio de Deus, felizmente a cidade, sem perdermos mais de sessenta homens, ainda que muitos centos ficassem feridos; o inimigo, porém, perdeu seguramente três ou quatro tantos”. Após tal sucesso, o jovem alemão descreve uma situação em que é possível perceber as duas grandes nuances sobre o consumo de licores aos olhos neerlandeses: a permissividade do beber comezinho e dosado, parte tradicional de seu cotidiano e que também era visto como benéfico ao corpo, e a condenação da ebriedade que levaria à incapacitação dos indivíduos no exercício de suas incumbências, à privação de seus juízos. Richshoffer continua sua narrativa: com a vitória em Olinda, “ficamos, na maior parte, durante a noite, no Convento dos Jesuítas, mantendo boa guarda. Muitos, porém, que se encheram de vinho de Espanha”, ficaram “deitados nas ruas e casas como brutos irracionais”, pecando no exercício da guarda e “dando motivo a contínuos rebates falsos, de

⁴³¹ LAET, Johannes de. op. cit., 1912, p. 99.

⁴³² Nomes como Vicente Soler, Johannes Baers e Enoch Sterhenius são alguns exemplos de religiosos protestantes que escreveram sobre e o comportamento ébrio de alguns indivíduos durante a conquista. A igreja reformada buscava frequentemente combater o “pecado nacional holandês da época”, a embriaguez. SCHALKWIJK, Frans Leonard. op. cit., 2004, p. 75.

modo que até o romper do dia pouco pudemos descansar. Não obstante estivéssemos todos muito fatigados do constante pelejar e do intolerável calor, de pronto nos restauramos com o delicioso vinho de Espanha e refrescamos com limões, laranjas e açúcar”.⁴³³

A procura por bebidas, como vimos, era comum entre a soldadesca, o que requeria atenção das lideranças militares para que seus subordinados permanecessem longe dos estoques de vinho e aguardente. Após os saques de Olinda e Recife, como conta Richshoffer, “postaram-se sentinelas e pintaram-se forcas nas casas e adegas, em que ainda havia vinho de Espanha”. Entretanto, a medida mostrou-se pouco eficaz. “[...] três soldados ousaram penetrar em uma adega, donde retiraram alguns potes com vinho; a sentinela [responsável pela guarda da dita adega] calou-se e bebeu com eles”. Contudo, os infratores foram descobertos e “submetidos a Conselho de Guerra, e, no dia seguinte, todos os quatro, dentro de um círculo de soldados, tiveram que jogar à sorte sobre um tambor, a fim de ver-se qual seria enforcado”. Tendo “a sorte” caído “sobre o que estivera de sentinela [...] foi então condenado à morte, e, para escarmento de outros demasiadamente amantes do vinho de Espanha, enforcado”, ao passo que “os outros três foram violentamente açoitados sobre um alto poste de pedra”.⁴³⁴ Em fins de abril de 1632, época em que o conflito com os colonos luso-brasileiros já se estendia por dois anos e cobrava muito das forças da WIC, “o governador [Diederick van Waerdenburgh] resolveu fazer uma expedição para o interior, a uma vila chamada Iguarassú⁴³⁵”, visando “cortar os recursos do inimigo, atacando e arruinando os habitantes que dali iam diariamente levar-lhe [no Arraial do Bom Jesus, foco da resistência liderada por Matias de Albuquerque,] auxílio de gente, dinheiro e víveres”.⁴³⁶ Com o sucesso da empreitada, “tendo-se apoderado da povoação, achou nela mais de 200 pipas de vinho, cujos fundos mandou abrir com receio de que os soldados se embebedassem” e ali se assistisse a uma “dissolução da soldadesca”.⁴³⁷ Atitude semelhante também foi tomada após o ataque a Porto Calvo, em 1635, como mencionado no primeiro capítulo.

A bebida também figurava como obstáculo da competência entre os altos cargos do governo da conquista, particularmente atrelada a práticas de corrupção e licenciosidade. Vicente Joaquim Soler, em carta aos diretores da câmara zelandesa da Companhia, datada de

⁴³³ RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 65.

⁴³⁴ *Ibid.*, p. 75, 76.

⁴³⁵ Hoje o município pernambucano tem seu nome grafado como Igarassu.

⁴³⁶ LAET, Johannes de. “Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXXVIII. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916, p. 258.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 259, 260.

16 de julho de 1636, suplica “pela obrigação que tendes para com Deus e pelo vosso próprio interesse, que remedieis tantas desordens, tanto na Igreja quanto na Política. À falta de fazê-lo, será impossível que guardeis este país um ano”, pois “não há vestígio de temor a Deus; roubam-vos abertamente; vosso armazém entretém o luxo de vossos funcionários e suas putas; as quais pululam maravilhosamente neste país. O excesso não se pode exprimir por palavras”. Em favor da dissolução do Conselho Político – que pouco depois seria substituído pelo Alto e Secreto Conselho sob a liderança de Maurício de Nassau –, Soler prossegue: “Pensais mandar Conselheiros Políticos, e, entretanto, são ratazanas sem polícia.”⁴³⁸ Roem-vos até aos ossos. Retirai, em nome de Deus, o instrumento das suas iniquidades [Balthasar] Van der Voorde”, um dos Conselheiros. “Acreditai-me, acreditai-me, acreditai-me: retirai esse malicioso bêbado, e nomeai em seu lugar algum homem de bem e honrado. Não sei a quem isso pertence, mas se eu não vos dissesse a minha opinião a respeito dum tal homem, atraindo-vos-ia e a minha consciência também”.⁴³⁹ Em certa altura de seu *História dos feitos recentemente praticados [...]*, ao tratar das primeiras medidas tomadas por Nassau quando chegou ao Brasil em 1637, Gaspar Barléu discorre com mais detalhes acerca da governança que antecedeu a do Conde, que, segundo conta, carecia de virtudes e de competência, entregando-se constantemente aos vícios. Segundo o cronista, Nassau logo “aplicou-se a organizar a república e a sujeitar os cidadãos às leis. Coibiu com penas os vícios que soem grassar nos primórdios das dominações novas”. Descrevendo o que se passava até então, Barléu afirma que “os holandeses primeiro abriram o caminho para o poder e depois para o desregramento, porquanto, faltando então um governador e achando-se longe os regedores supremos de tão relevantes interesses, facilmente se abandonou a virtude” e enfraqueceu-se a disciplina, e tão logo “os naturais e os nossos patrícios deixaram as armas pelos prazeres, os negócios pelos ócios, maculando, de maneira vergonhosíssima, a boa fama de sua nação com a impiedade, os furtos, o peculato, os homicídios e a libidinagem”.⁴⁴⁰

Em meados da década seguinte, o autor de *A bolsa do Brasil* afirma que “os senhores governadores [os diretores da Companhia] nunca avantajaram com algum cargo a um homem de bem que fosse capaz de o exercer, deixando que a gente de sã consciência e ânimo piedoso

⁴³⁸ Soler faz um trocadilho com as palavras *raad*, que em holandês se referia aos membros do Conselho Político (*Politick Raad*), e o francês *rat*, aqui traduzida para ratazana. Na redação original: “Retirez d’icy ces Rats Politiques”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais” In: HERKENHOFF, Paulo (org.). op. cit., 1999, p. 46.

⁴³⁹ SOLER, Vicente Joaquim. “Recife, 16-07-1636. Aos Diretores da Câmara Zelandesa da Companhia das Índias Ocidentais, Middelburgo”. In: *Brasil Holandês*, volume III: Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 17, 18.

⁴⁴⁰ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 68.

pereça de desespero”; confiaram tudo “a um bando de valdevinos, que, servindo-se de lisonjas, bajulações e mexericos, lhes untam os beijos de mel e conseguem não ser incomodados nos cargos que ocupam com grande prejuízo da Companhia, a quem furtam sem peso e sem medida”. Ao se beneficiarem às custas da WIC, os governadores do Brasil “portam-se como uns pequenos condes: vivem, comem, bebem, vestem-se e arreiam-se como grãos senhores, principalmente os que têm a seu cargo a artilharia, víveres, fardos e açúcares da Companhia”. Exibiam “custosos vestidos, mesa lauta, cavalos, criados, etc. Donde tudo isto sai, considerem aqueles a quem interessa saber”.⁴⁴¹ É possível supor que esse beber à moda dos grãos senhores não fosse propriamente comedido, e certamente a opulência que permitia a aquisição de bebidas de qualidade e em quantidades dignas de senhorio é um indicador dos desvios monetários na gestão da conquista – lembrando que os triúnvios que substituíram Nassau foram taxados pejorativamente de “bebadozinhos” tanto nos folhetos de 1647 quanto por Fernandes Vieira. Também vale notar que a corrupção era comum entre os funcionários menores do governo. “Os empregados que têm a seu cargo os livros da guarnição, os segundos guarda-livros e os mais que vivem do trabalho da pena luxam à proporção, notando-se, porém, que frequentam mais as tabernas do que os grandes, porque estes, por amor às conveniências, mandam vir para as suas casas tudo quanto precisam ou compram fiado nos armazéns da Companhia”. Aparentemente, não havia “em torno dos escritórios” da WIC “um miserável lacaios dela que não leve a vida folgada que deseja! E os senhores do governo, que praticam os seus próprios furtos tão em segredo que todo o mundo sabe, não ousam punir esses velhacos, porque receiam que eles, sentindo-se agravados, declarem e publiquem por vingança as faltas dos seus superiores”.⁴⁴²

As considerações em torno das mazelas do beber excessivo e da embriaguez não se restringiam, porém, à condenação dos ébrios. Elas também se davam pelo elogio dos comedidos. Em 1630, pouco antes da investida contra Pernambuco, o predicante Joannes Baers exalta enormemente a figura do coronel Diederick van Waerdenburgh por sua temperança, tanto no comer quanto no beber. Ainda que seja razoável supor que a impressão de Baers seja condicionada por seu ofício de religioso,⁴⁴³ cuja orientação pregava moderação em várias instâncias da vida, dentre elas à mesa, o bom exercício de liderança do coronel saltou aos olhos do padre, por postar-se como exemplo sóbrio aos seus subordinados, mas também por se

⁴⁴¹ A BOLSA do Brasil, op. cit., 1933, p. 37; MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2010, p. 335, 336.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ A condenação do beber excessivo por parte dos religiosos comumente seguia a tradição medieval que considerava a embriaguez como catalizadora de outros pecados. MARTIN, A. Lynn. “The reform of popular drinking in late medieval and early modern Europe”. In: KIRBY, Diane; LUCKINS, Tanja (org.). *Dining on turtles: food feasts and drinking in History*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2007, p. 127.

mostrar bastante competente nos desígnios de sua posição. Nas palavras do pregador, Van Waerdenburgh era um homem “muito sisudo, de grande sobriedade e temperança, usando a bordo [do navio] de muita moderação na comida e bebida, e não só abstendo-se de excessos, mas, por meio de jejuns e preces, preparando-se com antecedência para, com uma boa consciência, em tempo e hora cometer virilmente a execução da empresa”. O que mais surpreendeu o predicante, contudo, foi o fato de que o coronel “não só observou e conservou esta maneira de viver e de proceder só transitoriamente até que fosse realizada a jornada, mas também continuamente durante o tempo em que esteve em terra ali em Olinda, comigo ao lado”.⁴⁴⁴ Uma postura de comedimento semelhante à de Van Waerdenburgh não era observada entre os demais homens e, quando imposta aos capitães da frota nas ocasiões de conselhos e jantares, incomodava profundamente. Ainda nas palavras de Baers, “frequentemente se dizia que os seus capitães tratavam melhor a gente do que ele; sim, eles queixavam-se que sofriam privações quando iam comer com ele, e que durante a viagem deveriam ter sido mais nutridos, pelo que o Sr. Coronel fez-lhes também melhorar os alimentos”. Diante do lamento dos capitães, o padre comenta: “Mas, apesar de ele os trazer sóbrios e morigerados, deviam estar satisfeitos, porque em nada foram prejudicados”. Concluindo, mais adiante, afirma que “esta singular virtude da sobriedade e temperança mereceu-lhe louvores daqueles que de ordinário não diziam muito bem dele. Entretanto a maioria mostrou-se satisfeita com as comidas e bebidas que lhe eram apresentadas, e só alguns murmuravam desejando ou apetecendo outras”.⁴⁴⁵

A questão pragmática em detrimento da moral na condenação do beber excessivo também pode ser percebida pelas preocupações médicas de Willem Piso. Como registrado pelo douto, a “bebida largamente usada [no Brasil] e muito saudável (mais do que a espremida de tantos frutos, como dissemos) é a água muito pura concedida por Deus a estas regiões”, pois “costuma restaurar e recrear grandemente, com aprazível refrigério, sobretudo os abatidos pelo ardor do sol. Tomada em abundância e repetidamente, não provoca nenhum flato ou cólicas no ventre ou nos hipocôndrios, nem enfraquece o estômago, mas sente-se com ela bem-estar [...]”. Os resultados de tais propriedades das águas encontradas no Brasil eram observados na saúde dos gentios, pois “muitos atingiram cem anos, em velhice muito feliz e livre de misérias, e nenhuma outra bebida provaram, em todo o decurso da vida, exceto a água”. Piso ainda anota que esses “velhos não são menos hábeis em distinguir o gosto das águas do que os europeus em discernir as várias qualidades dos vinhos; e a estes acusam de imprudência, se bebem quaisquer

⁴⁴⁴ BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004, p. 7, 8.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 10, 11.

águas, sem discriminação”, o que era muito comum, segundo o médico – aqui vale lembrar dos relatos de Peter Hansen sobre algumas mortes de seus companheiros em função das diarreias provocadas pelo consumo de águas insalubres. Graças ao conhecimento e ao cuidado em relação à água, os índios “bebem as melhores e as que nada depositam, guardando-as nos lugares altos (deixando de lado os subterrâneos, por causa do calor) em vasos de barro, por dias e noites, ao ar livre, onde apesar dos raios solares verticais, se refrigeram na mesma ocasião intensissimamente [...]”. Vicente Soler corrobora as boas impressões de Piso sobre as águas, afirmando que “são tão boas que se tomam como bebida diária”, e o próprio predicante não bebia “outra coisa, se bem que aqui não falem os vinhos espanhóis e franceses, nem as cervejas da Holanda. Até bebo frequentemente desta água em jejum, segundo os costumes locais, e, pela graça de Deus, sinto-me muito bem assim”.⁴⁴⁶

Contudo, por mais que tais águas fossem leves e saudáveis, resfriavam o organismo, e Piso recomenda “aos estuantes”, aqueles acostumados ao calor das bebidas embriagantes, que “não convém bebê-la, posto que lhes seja agradabilíssima, a não ser que antes provem algum alimento, para acompanhá-la”. Entretanto, a prática da maioria de seus compatriícios transgredia as prescrições pelo médico, pois “a maruja e os soldados, por costume de todo péssimo, depois de a sorverem muito fria, bebem largamente espírito de vinho, com medo das indigestões. Como se houvessem necessidade de um veículo deste gênero, e nada sofressem destes dois contrários o tono do coração e as outras vísceras”.⁴⁴⁷ Dessa constatação, o douto esboça uma argumentação sobre os problemas causados à saúde pelo consumo excessivo de bebidas nos trópicos. Em suas palavras, “[...] não pouco erram os que nas regiões tórridas o bebem algo mais do que se deve”, porque

nunca se verificou que o excesso de bebida um tanto fria prejudicasse tanto quanto a de uma mais quente, apesar das objeções dos pretensiosos; e parelhes diferentemente, por causa do mau vizo e da intemperança já adquirida pelo hábito do vinho. O seu estômago, fatigado em virtude do esgotamento do calor nativo, e também do que a ele chega das outras partes, obriga-os a tomar vinho e a perseverar no seu uso. [...] Consta que o espírito destilado do vinho

⁴⁴⁶ SOLER, Vicente Joaquim. “Breve e curioso relato de algumas singularidades do Brasil: um panfleto seiscentista de 1639 por Vicente Joaquim Soler”. In: TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil Holandês*, volume I: Documentos da Biblioteca Universitária de Leiden. Rio de Janeiro: Index, 1997, p. 45. O tom do relato de Soler se deve, provavelmente, ao fato de que a água pura e fresca não era comum no cotidiano europeu, algo claramente observado nas Províncias Unidas. Segundo Paul Zumthor, “na Holanda falta água potável em estado natural. Construíram-se cisternas, cavaram-se poços; em desespero de causa, pega-se água no canal. Desse modo, bebe-se muito pouca água. Até os mais pobres lhe tem aversão ou só utilizam esse líquido misturado a outro, leite ou cerveja”. ZUMTHOR, Paul. op. cit., 1989, p. 97. Ver também: BRAUDEL, Fernand. “Bebidas e ‘dopantes’”. In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 202; MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação na Europa*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 155.

⁴⁴⁷ PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 62-64.

ou dos sucos dos frutos esquenta e resseca [...]. E então inflama as vísceras, tira o apetite e a pouco e pouco, pelo excessivo hábito, acelera os funerais antes da morte, como milhares de vezes (Oh! lástima!) se observa nas Índias [Ocidentais]. Pelo contrário, é dado como remédio aos enfermos do espírito e do corpo o próprio vinho e o seu extrato [destilado]: este, para atrair num instante, ao centro, a excessiva dispersão dos espíritos; aquele, para excitar a hilaridade ou eliminar a fadiga, ou, enfim, para fortificar o estômago dos velhos; mas, porque poucos há que não sejam doentes, vieram a tornar-se bebida para todos. Disto julgo ficaram bastante claras as verdadeiras causas da longevidade e da conservação [dos homens da terra], quando o ar, os legumes, os frutos, as carnes dos animais, seguindo a natureza das águas, por uma contínua geração chegam a tal ponto que a temperatura dos homens seja, pouco mais ou menos, a das águas.⁴⁴⁸

Ainda que condene a “multidão promíscua” pelo consumo de garapa, para Piso, o problema do beber em excesso parece muito mais uma questão relacionada a um hábito generalizado entre seus compatriotas que conduzia à deterioração de sua saúde nas particularidades climáticas e ambientais do Brasil, o que se mostra coerente com sua formação médica de orientação hipocrático-galênica e também se alinha com a faceta comum entre as condenações batavas da bebedeira de seus compatriotas, majoritariamente guiadas pelo aspecto pragmático e menos pelo moral.

Feitas essas notas, cabe reafirmar que, ainda assim, os licores não se tornaram estranhos ao cotidiano dos homens. Ao mesmo tempo em que os relatos demonstram certa preocupação com o beber exagerado, tem-se notícias de casos de permissividade, amostras de que a dimensão do consumo de bebidas entre os holandeses no Brasil – tendo em vista os problemas de aprovisionamento – não foi muito afetada. Em janeiro de 1632, em meio aos conflitos com a resistência local, uma tropa da qual fazia parte Ambrosius Richshoffer foi guiada por dois prisioneiros portugueses até um engenho de açúcar no sul de Pernambuco. Junto ao engenho, “havia ainda diversos armazéns e outras casas, que tinham sido abandonadas pelos seus habitantes tão apressadamente que não puderam levar consigo a menor coisa, conseguindo apenas porem-se a salvo no mato e outeiro próximos”. Perto dali também encontraram “um armazém, com muitas pipas e barris cheios de vinho de Espanha, com que muito nos alegramos e fortalecemos, apesar de o inimigo, reforçado no outeiro, atirar tão cerradamente com flechas e balas que a muitos amargou o vinho e o açúcar”. Ao inventariarem grande presa no engenho e seus arredores e “vendo o nosso Sr. Governador [Van Waerdenburgh] que era impossível transportar para os navios ainda que parte” do valioso saque, “permitiu que cada um enchesse de açúcar o seu bernal e de vinho de Espanha as cabaças, e levasse consigo o que pudesse

⁴⁴⁸ PISO, Willem, op. cit., 1957, p. 64, 65.

carregar junto com o mosquete”.⁴⁴⁹ Já em agosto do mesmo ano, poucos meses depois da citada investida a Iguarassú, “o governador, continuando no seu plano, que era por meio da destruição dos engenhos e a devastação dos campos levar o desânimo ao seio dos portugueses e fazê-los entrar em negociações, projetou uma expedição à Barra Grande⁴⁵⁰”. Com cerca de 570 homens, a esquadra ali fundeou e, “sabendo [...] que junto à praia havia um armazém com vinho, e receando que o inimigo, sabendo da chegada dos nossos, pudesse muito bem abrir os fundos das pipas, mandou à terra, mesmo nessa noite [de chegada], o major Rembach com três companhias de fuzileiros, para impedir que tal fizessem”, haja visto que o vinho, além de almejado pela soldadesca, era um importante para seu sustento e encontrava-se escasso. Ao chegar à praia, o major “achou no armazém 40 pipas de vinho, as quais encarregou o *commandeur* de fazer levar para bordo dos navios [...]”, e também tabaco, “de que os soldados obtiveram grande quantidade”.⁴⁵¹ Embora os oficiais tivessem ideia dos problemas decorrentes da embriaguez entre a soldadesca e a marujada, mostraram-se extremamente permissivos nessas ocasiões – o que também pode ser observado no costume de dar de beber aos homens antes do trabalho ou da peleja, mesmo sabendo da imprestabilidade provocada pela embriaguez, como vimos nos casos dos sentinelas ébrios e desatentos e dos marinheiros que mal foram capazes de descarregar as mercadorias de seu navio. Ao que tudo indica, a moralidade, além de não ter sido um grande condicionante das condenações do beber exagerado, parece também não ter exercido uma expressiva regulação da conduta diária dos holandeses em relação aos licores.

Para ilustrar o panorama geral de posturas dos homens da Companhia nos trópicos e reiterar o valor de Maurício de Nassau como governante, Gaspar Barléu afirma que “todos os flagícios eram divertimento e brinquedo, divulgando-se entre os piores o epifonema: ‘Além da linha equinocial não se peca’, como se a moralidade não pertencesse a todos os lugares e povos, mas somente aos setentrionais, e como se a linha que divide o mundo separasse também a virtude do vício”. Deve-se compreender, todavia, que a moralidade citada pelo cronista vai além de um sentido de “respeito aos costumes, e sua direção”,⁴⁵² ou que simplesmente se opõe ao cultivo de vícios, abrangendo também a necessidade de uma conduta que evitasse os flagícios em prol da boa execução do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais. Dito de outro modo, a noção da inexistência de moralidade ao sul da linha do Equador apontada por

⁴⁴⁹ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 139, 140.

⁴⁵⁰ Hoje parte do município de Maragogi, em Alagoas.

⁴⁵¹ LAET, Johannes de. op. cit., 1916, p. 262.

⁴⁵² BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo (L-Z). Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 96.

Barléu sinaliza não só o florescimento das práticas viciosas, mas, principalmente, a perda de compostura e compromisso por parte dos homens, cujo objetivo no Brasil deveria ser o exercício eficiente de seus deveres em benefício da WIC e das Províncias Unidas. Tanto que todo o quadro de desmoralização “foi suprimido e emendado pela severidade e prudência do novo governador, que coibia muitos abusos, corrigia muitos erros e punia rigorosamente muitos delitos, de modo que se poderá crer ter ele feito maior número de bons do que encontrou” e “a justiça, a equidade, a moderação, quase enterradas no país, foram restituídas às cidades, vilas e aldeias”. Mas, principalmente, “a cada um voltou ou foi imposta a vontade de cumprir com os seus deveres. Os dignos obtinham muito facilmente as honras, como os indignos e criminosos os castigos”.⁴⁵³ Entretanto, como pôde se perceber pelas várias descrições dos comportamentos dos homens em todos os momentos da conquista, a execução dessas medidas disciplinares não foi nem tão eficaz e nem duradoura, algo muito bem ilustrado pelo criticadíssimo trio de governantes que substituiu Nassau a partir de 1644. Malgrado a ineficácia, porém, a questão fundamental é ter sido este o objetivo almejado com a extirpação dos vícios dos governantes e da população e, ao fim e ao cabo, da maior parte dos discursos neerlandeses que se puseram a condenar a embriaguez de seus compatriotas no Brasil.

⁴⁵³ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 68, 69.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que um primeiro olhar para os documentos ou mesmo para os estudos fundamentais sobre o tempo dos flamengos dê a impressão de que, na época, pouco se escreveu sobre as práticas de ingestão e outros aspectos do cotidiano daquelas gentes, é notável a riqueza de nuances perceptíveis nos registros legados pela conquista batava. A ingestão de bebidas embriagantes no Brasil dos holandeses mostrou-se uma preocupação recorrente do período. É verdade que não há um único texto redigido com o propósito de tratar dos licores e de seus consumidores. Contudo, a recorrência dessas notas em documentos de diversos gêneros, escritos por autores bastante heterogêneos ao longo dos trinta anos entre o ataque a Salvador e a assinatura da capitulação de Taborda, no Recife, demonstra uma notável atenção em relação a essas práticas e uma preocupação entre os letrados coetâneos de descrevê-las ou julgá-las.

De tão volumoso corpus documental, extraiu-se inúmeras perspectivas dos modos como os variados grupos sociais de então lidavam com as bebidas em seus meios: a sobriedade comum dos portugueses, com pequenas ressalvas para os abastados, que adquiriam e se fartavam de bebidas europeias; o beber imoderado dos holandeses – fazendo jus ao estereótipo da época que distinguia as culturas europeias setentrionais como beberronas e afins dos fermentados de cereais, e as mediterrâneas como comedidas e amigas do vinho de uvas –, indivíduos que, mesmo na falta das bebidas do Velho Continente, ajeitavam-se com as beberagens da terra; o distinto beber dos índios, com propósito e ocasião, além de seu vasto cardápio de “vinhos”; e a bebedeira catártica dos escravos, quando consumiam a garapa feita dos substratos da produção açucareira nos dias em que não eram obrigados a trabalhar. Ainda que de maneira menos enfática, também foi possível vislumbrar os moldes em que se deram alguns intercâmbios de substâncias e práticas entre esses coabitantes do Brasil setentrional da primeira metade do século XVII. Nesse sentido, também foi possível notar como portugueses e holandeses tentaram lidar com as difíceis condições de abastecimento em meio aos conflitos que travaram, e como elas foram fundamentais para que os batavos aderissem à fermentação de bebidas a partir de gêneros da terra, conforme aprenderam com os nativos.

Viu-se ainda como o consumo de licores extrapolava a alimentação e o festejo. Em benefício do corpo, os europeus receitavam as bebidas no trato de doenças e também as distribuíam entre soldados, marinheiros e escravos para que fossem motivados ao trabalho ou ao exercício militar. Em prol da memória, os nativos produziam suas beberagens em abundância, embriagavam-se em grandes grupos e, assim, professavam a todos os feitos individuais e coletivos, presentes e passados. Também houve aqueles que, sujeitos às privações enfrentadas deste lado do Atlântico, utilizaram as bebidas para o fim oposto. Os soldados da

companhia bebiam para esquecer, ainda que brevemente, das suas precárias condições cotidianas.

Por fim, foi possível perceber quão diversas eram as perspectivas dos letrados coetâneos sobre a natureza das bebidas e os significados da embriaguez. Diversidade derivada, sem dúvida, dos modos como suas respectivas naturalidades e religiões encaravam a prática do consumo excessivo, tanto dos seus conterrâneos como dos indivíduos de outras nacionalidades. Viu-se como os beberes típicos – e as posturas decorrentes da ebriedade – das culturas iletradas e não conversas às religiões europeias eram encarados como manifestações de barbárie e incivilidade. Como a própria natureza daquilo que se bebia importava aos olhos coetâneos. E como as condenações emitidas por portugueses eram majoritariamente condicionadas por questões morais e religiosas, enquanto os juízos negativos proferidos por holandeses derivavam principalmente de preocupações práticas – sejam elas relativas ao zelo na condução do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, ou à manutenção da saúde dos seus compatriotas na América portuguesa –, o que pôde ser observado no protagonismo dos batavos nas notas e comentários condenatórios.

Cabe pontuar que, apesar dos contínuos e notáveis esforços, tanto das autoridades políticas e religiosas holandesas quanto de letrados humanistas, que ambicionavam a regulação da conduta de seus compatriotas,⁴⁵⁴ e de similares esforços do governo da WIC no Brasil, as posturas intemperantes dos batavos deste lado do Atlântico demonstram a pequena eficácia da regulação moral dos indivíduos vinculados à República das Províncias Unidas dos Países Baixos e ao Calvinismo – o que pode ser percebido também pela disseminação estereotipada dos neerlandeses como bebedores pelo resto da Europa. Nação e fé intimamente atreladas às ideias de racionalidade e comedimento, que respeitavam os preceitos dos textos sagrados como normas para a fé e o comportamento,⁴⁵⁵ de maneira que resguardassem a vigilância de si, servissem à eficiência do trabalho e sustentassem a liberdade cristã – pontos que, de certa maneira, faziam convergir as preocupações humanistas e calvinistas⁴⁵⁶ –, viram um papel bastante distante desempenhado por seus filhos na América portuguesa. A narrativa de uma Holanda calvinista como nação racional e moderna, comedida e debruçada com afinco sobre seus empreendimentos, se desfaz deste lado do Atlântico. A permanência dos holandeses no Brasil, “além da linha equinocial, [onde] não se peca”, assistiu a desvios morais que vão na

⁴⁵⁴ Ver: SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 191-222

⁴⁵⁵ *Norma credendi et agendi*. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês, 1630-1654*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 42.

⁴⁵⁶ SCHAMA, Simon. op. cit., 1992, p. 205, 206.

contramão da moralização pregada e almejada em sua pátria e que também parecem ter comprometido os rumos do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais, seja de maneira mais direta e generalizada, como no caso da breve tomada de Salvador, ou de maneira mais sistêmica e disseminada entre os escalões de militares e funcionários da WIC ao longo dos vinte e quatro desde a conquista de Pernambuco.

Eis, em linhas gerais, uma perspectiva do beber e das bebidas à época da conquista holandesa do Brasil setentrional, ou melhor, um panorama dos modos como os letrados coetâneos que ali estiveram ou que escreveram sobre a empreitada da Companhia das Índias Ocidentais deste lado do Atlântico na primeira metade do século XVII, mais precisamente entre 1624 e 1654, perceberam e registraram tais práticas. O tempo dos flamengos apresentou um quadro particular no que tange aos lugares sociais e comportamentos em torno das bebidas; um quadro de fabrico e consumo de beberagens, de usos e trocas dessas substâncias, de perspectivas e juízos acerca dos licores e das práticas de beber, cuja grande marca é a riqueza derivada da pluralidade dos atores envolvidos nas bebedeiras e daqueles que se puseram a relata-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos

A BOLSA do Brasil onde se mostra claramente o rumo que tomou o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais (1647). Tradução do Pe. Geraldo Pauwels. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo XXXVII, 1º semestre de 1933, p. 36-59.

A PLAINE and true relation of the going forth of a Holland fleete the eleventh of november 1623, to the coast of Brasile. Rotterdam: J. B., 1626.

ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

ANCHIETA, Pe. José de. “Do Ir. José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma (fim de março de 1555)”. In: LEITE, Serafim (org.). *Monumenta brasiliae*, volume II (1553-1558). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1957, p. 173-209.

_____. “Informação da província do Brasil para nosso Padre (1585)”. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 409-447.

BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora governador de Wesel, tenente-general da cavalaria das Províncias Unidas sob o príncipe de Orange*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BECK, Mathias. “Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XVII. S/ local, s/ número, 1903.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, n. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BULLESTRATE, Adriaen van. “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de Dezembro de 1641 até 24 de Janeiro do ano seguinte de 1642”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 147-197.

_____; HAMEL, Hendrick; JANSEN BAS, Pieter. “Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal corno se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 205-300.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Dois volumes. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925.

CARPENTIER, Servaes. “Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 41-52.

CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 77-129.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

DIÁRIO da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Vol. X, n. 56. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902, p. 87-96.

DIÁRIO ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil (1645-1647). *Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. XXXII, 1887, p. 121-225.

DOCUMENTOS holandeses. 1º volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

DUSSEN, Adriaen van der. “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640.” In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 137-232.

GRAEFF, Nicolaes de. “Viagem de Nicolaus de Graaff à costa do Brasil de 1649-1653”. Tradução de Alfredo de Carvalho. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Volume XIII. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, p. 78-83.

GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos: documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 37-225.

HAECX, Hendrik. “Diário de Henrique Haecx, Membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 69. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

HJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil (1644-1654): o diário de um soldado dinamarquês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais*. Recife: CEPE, 2016.

HERCKMANS, Elias. “Descrição geral sobre a capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 59-112.

HUE, Sheila (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LAET, Johannes de. “Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Serializado nos volumes XXX, XXXIII, XXXVIII e XLI. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912-1925.

MARCGRAF, Georg. *História natural do Brasil*. Edição comemorativa do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MOERBEECK, Jan Andries. “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil” (1623). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Documentos Holandeses: os holandeses no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Alcool, 1942, p. 27-43.

MONTEIRO, Pe. Jácome. “Relação da Província do Brasil, 1610”. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 393-426.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MOUCHERON, Hendrik de; WALBEECK, Johannes van. “Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 123-139.

NASSAU, João Maurício de. “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 307-384.

_____. “Cartas Nassovianas: correspondência do Conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambuco*. Vol. X e XII. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1902-1907.

NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

O MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recémchegado d’aquelle paiz, e Jan Maet, caixeiro de negocinte, que também alli esteve com

aquelle. Anno do Nosso Senhor de 1647. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Volume XIII. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, p. 125-170.

PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

PROVISÃO que prohiu em todo o Estado do Brazil. com excepção de Pernambuco, a bebida de vinho de mel, aguardente e cachaça (1649). In: *Collecção chronologica da legislação Portugueza* (1648-1656). Segunda série. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 49-50.

PUDSEY, Cuthbert. *Brasil Holandês*, Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000.

PYRARD DE LAVAL, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, contendo a noticia de sua navegação ás Indias Orientaes, Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os diferentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou nestes paizes (1601-1611)*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

QUELEN, Augusto de. “Breve Relação do Estado de Pernambuco (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 417-459.

REGISTRO de uma provisão do Governador Pedro da Silva sobre se não fazer aguardente (1636). In: *Documentos Historicos (1631-1637): patentes, provisões e alvarás*. Vol. XVI da série e XIV dos documentos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 396-399.

RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984.

SCHMALKALDEN, Caspar. *Brasil holandês: A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. Dois volumes. Organização de Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Rio de Janeiro: Index, 1998.

SOLER, Vicente Joaquim. *Brasil Holandês*, volume III: Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

STERHENIUS, Enoch. “Brebe sucinta y berdadera narracion de la jornada al Brasil que algunos mercaderes ordenaron conlicencia y autoridad de los Ilustres señores estados y ordenes de olanda y zelanda en el ano de mil y seiscientos y veinte y tres”. In: VALENCIA Y

GUZMAN, Juan de. *Compendio Historial de la jornada del Brasil*, 1625. Recife: Pool Editorial, 1984, p. 343-371.

TAMAYO DE VARGAS, Tomás. *Restavracion de la civdad del Salvador, y Baía de Todos-Santos, en la provincia del Brasil, por las armas de Don Philippe IV, el grande rei catholico de las Españas y Indias*. Madrid: Alonso Martin, 1628.

TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil Holandês*, volume I: Documentos da Biblioteca Universitária de Leiden. Rio de Janeiro: Index, 1997.

VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Noticias curiosas e necessarias sobre o Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Cartas*. Volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

_____. “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda pregado na Igreja de N. S. da Ajuda, da cidade da Baía, com Santíssimo Sacramento exposto, sendo este último de quinze dias, nos quais em todas as igrejas da mesma cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações no ano de 1640”. In: *Obras escolhidas*. Volume X, Sermões. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954, p. 42-79.

WAGENER, Zacharias. “O ‘Thierbuch’ e a ‘Autobiografia’ de Zacharias Wagener”. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.

WIESEBRON, Marianne L. (org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654)*. Série Mauritian, vol. 2, 3 e 4. Leiden: Leiden University Press, 2005-2011.

Documentos complementares

AQUINO, Tomás de. “Os sete pecados capitais” (artigos selecionados extraídos das *Questões disputadas sobre o mal e da Suma teológica*). In: *Sobre o ensino (De magistro), Os sete pecados capitais*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, v. 70. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Dois tomos. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

D’EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil pelo padre Ivo D’Evreux*. São Luís do Maranhão: Typographia do Frias, 1874.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Edições do Senado Federal, volume 100. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

Estudos

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leia Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

_____. “Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português”. *Saeculum: revista de história (UFPB)*, v. 27, 2012, p. 13-28.

BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasiliana, volume 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasiliana, volume 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. “Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970”. In: ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1973, p. 3-15.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BUESCU, Ana Isabel. “À mesa do rei: cultura alimentar e consumo no século XVI”. In: FERNANDEZ, Máximo García; SÁ, Isabel dos Guimarães (org.). *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidad de Valladolid, 2010, p. 19-45.

CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

_____. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

_____. *Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna: economia e embriaguez do século XVI ao XVIII*. 2004. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_henrique_historia.pdf> Acessado em abril de 2016.

_____. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____. *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês: Presença holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956.

_____. *História da Alimentação no Brasil*. Segundo volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968a.

_____. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Coleção Canavieira, n. 1. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968b.

COURTWRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Third printing. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

DEL PRIORE, Mary; FIGUEIREDO, Luciano (org.). *Cachaça: alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005

_____. *Histórias da gente brasileira: volume 1: Colônia*. São Paulo: LeYa, 2016.

DUMAS, Alexandre. *Memórias gastronômicas de todos os tempos, seguido de Pequena história da culinária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERNANDES, João Azevedo. “A Contenção e o Excesso: Bebida, Embriaguez e Identidades Étnicas no Brasil Holandês. (1630-1654)”. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, 2005. v. 01, p. 1-17.

_____. “Liquid Fire: alcohol, identity, and social hierarchy in Colonial Brazil”. In: PIERCE, Gretchen; TOXQUI, Aurea (org.). *Alcohol in Latin America: a social and cultural history*. Tucson, Arizona: The University of Arizona Press, 2014, p. 46-66.

_____. *Selvagens Bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. “Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás”. *Tempo: revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense*. Número 22, janeiro de 2007, p. 98-121.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (org.). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014, p. 55-86.

_____. “Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia”. In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 82-118.

FRAGOSO, João (org.). *O Brasil Colonial*. Volume 2. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A Construção do Brasil na Literatura de Viagem nos séculos XVI, XVII e XVIII*: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____.; RAMINELLI, Ronald (org.). *Andanças pelo Brasil Colonial*: catálogo comentado (1503-1808). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda*: o gabinete de curiosidades de Nassau. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004.

GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul E.; SHERRATT, Andrew. *Consuming habits*: global and historical perspectives on how cultures define drugs. Second edition. New York: Routledge, 2007.

HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: a época colonial, volume 1. Tomo I, do descobrimento à expansão. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Raízes da Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUE, Sheila. *Delícias do descobrimento*: a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

KIPLE, Kenneth F.; ORNELAS, Kriemhild Coneè (org.). *The Cambridge World History of Food*. Two volumes. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

MARTIN, A. Lynn. "The reform of popular drinking in late medieval and early modern Europe". In: KIRBY, Diane; LUCKINS, Tanja (org.). *Dining on turtles*: food feasts and drinking in History. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2007, p. 121-135.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. (org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. 1ª reimpressão. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª edição, revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MIRANDA, Bruno R. F. “‘Doentes e incapazes para marchar’: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abril-junho de 2015, p. 337-353.

_____; et al (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Recife: Editora UFPE, 2016.

_____. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 1ª edição. Recife: Editora UFPE, 2014.

MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação na Europa*. Bauru: EDUSC, 2003.

NASCIMENTO, Rômulo L. X. “‘Navegar, sim, comer... pouco’: algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês”. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 157-175.

NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Série 5ª, Brasiliana, vol. 220. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. *O pão e o vinho da terra: alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2013.

PAPAVERO, Claude Guy. “Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês”. *Revista de Nutrição*. Campinas: PUCCAMP, jan/fev. 2010, vol. 23, no.1, p. 137-147.

PEREIRA, Moacir Soares. *Capitães, naus e caravelas da armada de Cabral*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1979.

PICKEL, D. Bento José. *Flora no Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII*. Recife: EDUFRPE, 2008.

PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. Série 5ª, Brasiliana, vol. 180. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SCARANO, Julita. “Bebida alcoólica e sociedade colonial”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. Vol. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 467-484.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês, 1630-1654*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B.; ISRAEL, Jonathan. *The Expansion of Tolerance: religion in Dutch Brazil (1624-1654)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

_____. “The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the portuguese Restoration of Independence”. *The American Historical Review*. Vol. 96, n. 03, jun. 1991, p. 735-762.

SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 3ª edição. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2011.

SLUITER, Engel. “Os holandeses no Brasil antes de 1621”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XLVI. Recife: Typographia do Recife, 1967, p. 187-207.

SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-81.

STRAATEN, Harald S. van der. *Brasil: um destino*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

_____. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGARELLO, Georges; PORTER, Roy. “Corpo, saúde e doenças”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 441-486.

_____. *História das práticas de saúde: a saúde e a doença desde a Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 2001.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004.

WHITEHEAD, P. J. P.; BOESEMAN, M. *Um retrato do Brasil Holandês do século XVII: animais, plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1989.

APÊNDICES

BEBIDAS PRODUZIDAS NO BRASIL À ÉPOCA DA CONQUISTA HOLANDESA

GÊNERO BASE	NOMENCLATURAS*	OUTRAS INFORMAÇÕES
Ananás	<i>Nanâi</i>	Fabricavam o vinho tanto da fruta madura quanto imatura, que daria um licor mais azedo e muito quisto entre as gentes. Os testemunhos afirmam que a bebida produzida era muito forte, a das mais embriagantes feitas na terra, e de bom gosto.
Arroz	---	Era mastigado, assim como a mandioca, o milho e a batata, antes de ser posto a fermentar.
Banana (<i>Pacóba</i> ou <i>pacova</i>)	<i>Pacobí</i>	---
Batata (<i>Patáta</i>)	---	Mastigada e cuspidada para fermentar.
Cajá	---	---
Caju	---	Para produzi-la, socavam os frutos no almofariz ou os espremiavam com as mãos, coando o caldo e deixando-o assentar até que ficasse branco como leite, empalidecendo gradativamente com o passar de alguns dias. Dizia-se ser forte e ter sabor adstringente e acre, mas bastante agradável, especialmente com a adição de açúcar.
Cana-de-açúcar	Garapa, vinho de mel, <i>agoardente</i> , aguardente de mel, aguardente de açúcar, cachaça, vinho de cachaça.	Os processos de fabrico das bebidas a partir dos substratos da cana eram diversos: fermentavam, com a adição de água, a espuma do açúcar, retirada das caldeiras, que resultava no que era comumente denominado como <i>garapa</i> ; também chamavam de garapa a bebida resultante da mistura de açúcar preto e água – que ocasionalmente contava com a adição de folhas de cajueiro. Havia também as aguardentes, resultantes da destilação dessas variadas formas fermentadas dos substratos da produção açucareira. Em geral, essas bebidas eram tidas como detestáveis pelos europeus letrados, que as associavam aos escravos e à degradação dos soldados batavos que com elas se embriagavam frequentemente.
Caraguatá (bromélia)	---	---

Catolé (fruto da palmeira <i>Aqué</i>)	---	---
Coco	---	---
Ietica (batata doce)	---	---
Jabuticaba	---	---
Jenipapo	---	---
Mandioca (macaxera, aipim)	<i>Cavicaracu</i> ; <i>Cacimacaxera</i> ; <i>Aipy</i> (nomenclatura genérica).	Produziam-se duas bebidas, que diferiam de acordo com as técnicas empregadas na feitura: a raiz podia ser mastigada, cuspidada e cozida com água (<i>Cavicaracu</i>); ou partida, socada e também cozida (<i>Cacimacaxera</i>). Bebiam-nas mornas, e dizia-se que o sabor era agradável e um pouco ácido.
Mangaba	---	---
Mel silvestre	---	O gênero produzia um vinho muito forte e abstergente, e que, para deixá-lo mais temperado, mais suave, era preciso expô-lo aos orvalhos noturnos ou misturá-lo a água fresca, feito hidromel.
Milho (abati)	---	Vinho muito apreciado pelos mestiços e portugueses do Quinhentos. À época dos holandeses, tem-se notícia de uma bebida feita com milho e mel selvagem. Provavelmente o licor era fermentado a partir do primeiro e adoçado com o segundo. Era mastigado antes de ser posto a fermentar.
Raiz de urucuzeiro	---	---
Seiva da palmeira <i>Airi</i>	---	---
Sumo do coqueiro <i>inaia quacuiba</i>	---	---

*Apesar de nem todas as bebidas gozarem de nomenclaturas distintivas, vale ressaltar que, com algumas ressalvas para as variedades destiladas a partir da cana-de-açúcar, todas eram denominadas “vinhos”, de maneira geral, cabendo ao gênero base de sua feitura a função distintiva.

BIBLIOGRAFIA DO QUADRO

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, n. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BULLESTRATE, Adriaen van; HAMEL, Hendrick; JANSEN BAS, Pieter. “Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 205-300.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925.

CARPENTIER, Servaes. “Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 41-52.

DIÁRIO da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Vol. X, n. 56. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1902, p. 87-96.

DUSSEN, Adriaen van der. “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640.” In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume I. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 137-232.

HERCKMANS, Elias. “Descrição geral sobre a capitania da Paraíba”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 59-112.

HUE, Sheila. *Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no Século XVI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

____ (org.). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARCGRAF, Georg. *História natural do Brasil*. Edição comemorativa do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MIRANDA, Burno R. F. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 1ª edição. Recife: Editora UFPE, 2014.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Coleção Reconquista do Brasil, volume 54. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NIEUHOFF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

PROVISÃO que proíbe em todo o Estado do Brasil. com excepção de Pernambuco, a bebida de vinho de mel, aguardente e cachaça (1649)". In: *Collecção chronologica da legislação Portuguesa* (1648-1656). Segunda série. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 49-50.

PUDSEY, Cuthbert. *Brasil Holandês*, Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000.

PYRARD DE LAVAL, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, contendo a noticia de sua navegação ás Indias Orientaes, Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os diferentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou nestes paizes (1601-1611)*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

REGISTRO de uma provisão do Governador Pedro da Silva sobre se não fazer aguardente (1636). In: *Documentos Historicos (1631-1637): patentes, provisões e alvarás*. Vol. XVI da série e XIV dos documentos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 396-399.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Noticias curiosas e necessarias sobre o Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

WAGENER, Zacharias. "O 'Thierbuch' e a 'Autobiografia' de Zacharias Wagener". In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.

QUADRO DE AUTORES CONSULTADOS

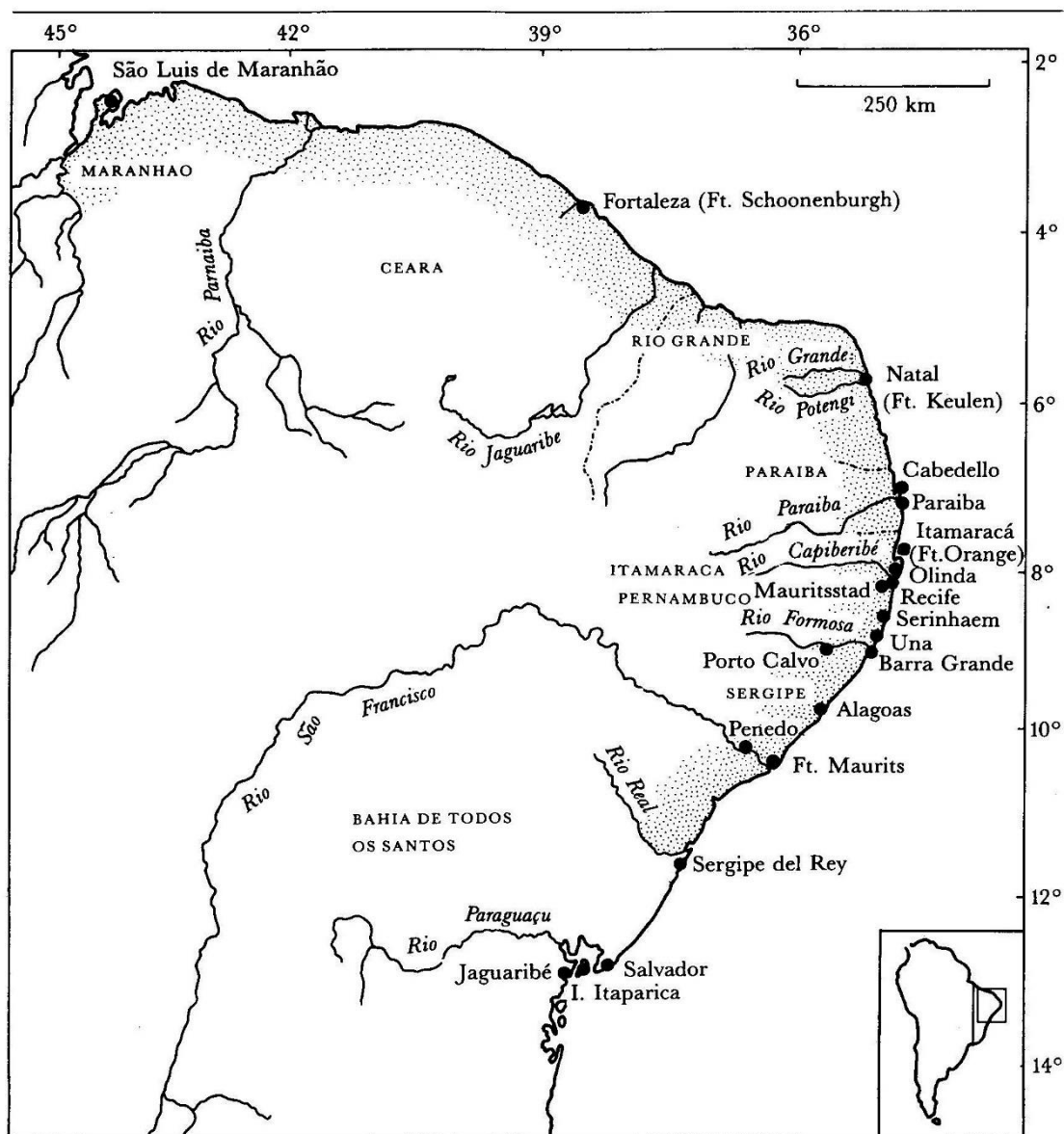
NOME	NACIONALIDADE	OCUPAÇÃO	PASSAGEM ESTADIA NO BRASIL
ANÔNIMO (<i>A Plaine and true relation...</i>)	?	?	1624-5
Johann Gregor ALDENBURGK	Alemão	Soldado	1624-5
José de ANCHIETA	Espanhol	Jesuíta	1553-1597
Joannes BAERS	Holandês	Reverendo calvinista	1630
Gaspar BARLÉU*	Holandês	Cronista	---
Mathias BECK	?	Aventureiro	?-1654
Ambrósio Fernandes BRANDÃO	Português	Senhor de engenho	Por volta de 1583-1618
Adriaen van BULLESTRATE	Holandês	Alto e Secreto Conselheiro	1640-1647
Manoel CALADO	Português	Pregador da Ordem de São Paulo	Início da década de 1620-1646
Fernão CARDIM	Português	Jesuíta	1583-1598; 1603-1625
Servaes CARPENTIER	Holandês	Conselheiro Político; governador; assessor do Alto e Secreto Conselho; médico	1630-1646 (com breve retorno às Províncias Unidas em 1637)
Mathias van CEULLEN	Holandês	Alto e Secreto Conselheiro	1637-1644
Duarte de Albuquerque COELHO	Português	Donatário da capitania de Pernambuco	1631-1638
Yves D'EVREUX	Francês	Padre capuchinho	1612-1614
Adriaen van der DUSSEN	Holandês	Alto e Secreto Conselheiro	1637-1639
Pero de Magalhães GÂNDAMO	Português	Cronista	Durante o governo de Mem de Sá (1558-1572)
Nicolaes de GRAEFF	Holandês	Médico e viajante	1649-1653
Bartolomeu GUERREIRO*	Português	Jesuíta	---
Hendrik HAECX	Holandês	Alto Comissário da WIC e membro do Alto Governo	1645-1654 (com breve retorno às Províncias Unidas em 1647)
Peter Hansen HAJSTRUP	Dinamarquês	Soldado raso; escrevente	1644-1654

Hendrick HAMEL	Holandês	Alto e Secreto Conselheiro	1640-1647
Elias HERCKMANS	Holandês	Conselheiro Político; Diretor de territórios; poeta e dramaturgo	1635-1644 (com breve retorno às Províncias Unidas em 1642 e participação em uma expedição enviada ao Chile, entre 42 e 43)
Pieter JANSEN BAS	Holandês	Conselheiro Político; Diretor de territórios; Alto e Secreto Conselheiro	1638-1647
Johannes de LAET*	Holandês	Geógrafo e um dos XIX Diretores da WIC	---
François PYRARD DE LAVAL	Francês	Aventureiro	1610
Georg MARCGRAF	Alemão	Naturalista e astrônomo	1638-1644
Jan Andries MOERBEECK*	Holandês	?	---
Jácome MONTEIRO	Português	Jesuíta	1607-1610
Pierre MOREAU	Francês	Secretário de um dos membros do Alto Governo	1645-1648
Hendrik de MOUCHERON	Holandês	Advogado fiscal junto ao Conselho Político; Diretor de territórios	1640-1650
João Maurício de NASSAU	Alemão	Conde, governador, capitão e almirante-general	1637-1644
Johan NIEUHOF	Alemão	Agente comercial e funcionário da WIC	1640-1649
Manuel da NÓBREGA	Português	Jesuíta	1549-1570
Willem PISO	Holandês	Médico	1637-1644
Cuthbert PUDSEY	Inglês	Mercenário	1630-1640
Augusto DE QUELEN	Francês	Aventureiro e comerciante	1638-1639
Ambrosius RICHSHOFFER	Alemão	Soldado	1630-1632

Vicente do SALVADOR	Luso-brasileiro	Padre franciscano	Nascido no Brasil em 1564, estudou em Coimbra, retornou à América portuguesa por volta de 1587 e aqui exerceu seu ofício até a morte, em 1636.
Diogo Lopes SANTIAGO	Português	Cronista gramático e	Sabe-se que estava em Pernambuco desde antes da invasão holandesa, em 1630, e que aqui permaneceu após a rendição dos batavos em 1654.
Caspar SCHMALKALDEN	Alemão	Soldado aventureiro e	1642-1645
Vicente Joaquim SOLER	Espanhol	Ministro calvinista	1636-1644
Gabriel Soares de SOUSA	Português	Senhor de engenho e funcionário do governo da Bahia	Década de 1560-1591
Enoch STERHENIUS	Holandês	Predicante calvinista	1624-5
Tomás TAMAYO DE VARGAS*	Espanhol	Cronista real	---
Simão de VASCONCELOS	Português	Jesuíta	1615-1671
Antônio VIEIRA	Português	Jesuíta	Em idas e vindas entre Brasil e a Europa ao longo da vida, esteve na América portuguesa entre 1614 e 1697.
Diederick van WAERDENBURGH	Holandês	Coronel governador da conquista e	1630-1633
Zacharias WAGENER	Alemão	Soldado, cartógrafo, desenhista, escrivão e despenseiro	1634-1641
Johannes van WALBEECK	Holandês	Cartógrafo e assessor do Alto e Secreto Conselho	1630-1633; 1640-1646

*Autores que não estiveram no Brasil.

EXTENSÃO MÁXIMA DA OCUPAÇÃO HOLANDESA NO NORTE DO BRASIL, 1643



Fonte: WHITEHEAD, P. J. P.; BOESEMAN, M. *Um retrato do Brasil Holandês do século XVII: animais, plantas e gente* pelos artistas de Johan Maurits de Nassau. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989, p. 18.

CRONOLOGIA

Na presente cronologia, foram privilegiados momentos importantes do período em que os holandeses e a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC) ocuparam as principais capitanias do norte do Brasil, assim como acontecimentos anteriores, posteriores ou exteriores ao que se passou naquelas paragens entre 1624 e 1654. Também foram listados alguns episódios que foram citados ao longo deste estudo.

1621: Fim da trégua de doze anos entre a Espanha e as Províncias Unidas, e fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

1624: Forças da WIC invadem e ocupam Salvador.

1625: Armada luso-espanhola reconquista a Baía de Todos os Santos.

1630: Tropas da WIC tomam Olinda e Recife. Diederick van Waerdenburgh assume como governador da conquista e o Conselho Político é instalado.

1632: Investidas contra a resistência portuguesa em Iguarassú e em Barra Grande.

1633-4: Expansão da conquista a Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Van Waerdenburgh retorna às Províncias Unidas e o Conselho Político passa a ser encabeçado provisoriamente por dois diretores delegados.

1635: As forças holandesas tomam o Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho, principais concentrações da resistência luso-brasileira. Também investem contra Porto Calvo mas perdem a praça pouco depois, sitiada pelas forças de Matias de Albuquerque, então em retirada, juntamente com grande parte da população do interior dos territórios ao norte do rio São Francisco, para a Bahia.

1636: Vitória holandesa na batalha de Mata Redonda, nos arredores de Porto Calvo.

1637: O Conde João Maurício de Nassau assume o governo do Brasil holandês no Recife, trazendo consigo uma comitiva de artistas e diplomados em diversas áreas de conhecimento a fim de documentar as terras conquistadas. A administração fica a cargo do Alto e Secreto Conselho, sob a liderança de Nassau. Tentativas de organização político-administrativa e reativação da indústria açucareira, debilitada pela guerra, são levadas a cabo pelo governo. Tomada definitiva de Porto Calvo. Ocupação do Ceará. Conquista do forte português e feitoria de escravos de São Jorge da Mina, na África Ocidental.

1638: Nova investida contra Salvador, capitaneada pelo próprio Conde de Nassau, mas fracassada.

1639: Início da construção do palácio de Nassau, chamado Vrijburg, e da Cidade Maurícia, na ilha de Antônio Vaz.

1640: Restauração da monarquia portuguesa e início do reinado de D. João IV.

1641: Tratado prevendo armistício de dez anos é assinado entre Portugal e as Províncias Unidas. No Brasil, uma trégua é acordada entre a administração nassoviana e o governo na Bahia, sob o Marquês de Montalvão, Jorge de Mascarenhas. Tomada da feitoria de escravos de São Paulo de Luanda, em Angola. Presença holandesa em Sergipe e no Maranhão.

1643: Medidas tomadas no intuito de repovoar as Alagoas, terras de enorme potencial produtivo e esvaziadas pela saída dos antigos moradores portugueses. Envio da expedição ao Chile.

1644: O Conde de Nassau, finalmente dispensado pelos Diretores da WIC do governo da conquista depois de inúmeros pedidos no decorrer dos anos anteriores, retorna às Províncias Unidas, sendo substituído pelo triunvirato formado pelos Altos Conselheiros Adriaen van Bullestrate, Hendrik Hamel e Dirck Codde van der Burgh – este, falecido poucos meses após a partida do Conde, é, então, substituído por Pieter Jansen Bas.

1645: Expedição sob o comando de Johan Blaer enviada a Palmares. Início da insurreição em Pernambuco. Após as batalhas do Monte das Tabocas e da Casa Forte, as forças neerlandesas ficam confinadas ao Recife, sitiado por meses até o ano seguinte, e às faixas litorâneas pelos insurretos.

1646: Frota neerlandesa com suprimentos e reforços põe fim do cerco do Recife. Chegada dos membros apontados para compor o Alto Governo, substituindo o Alto e Secreto Conselho após inúmeras denúncias e queixas.

1648: Por meio do Tratado de Münster, a Espanha reconhece a independência da República das Províncias Unidas dos Países Baixos. Primeira batalha dos Guararapes e triunfo luso-brasileiro.

1649: Expedição em busca de minas de prata liderada por Mathias Beck é enviada ao Ceará. Segunda batalha dos Guararapes, igualmente vencida pelos insurretos.

1654: Luso-brasileiros reconquistam o Recife e as guarnições litorâneas, expulsando as forças batavas e pondo fim ao Brasil holandês, com a assinatura da capitulação de Taborda.

1658-61: Negociações que culminam na assinatura do Tratado de Haia, que previa o reconhecimento da soberania lusa no norte do Brasil por parte dos holandeses mediante pagamento de indenização pela Coroa portuguesa – quitada apenas nos primeiros anos do século seguinte.